

Gabriel Rodrigues da Silva

**O DISCURSO JORNALÍSTICO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
AMBIENTAIS IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA EM
2019: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS COLUNAS DE ELIANE BRUM, NO JORNAL
*EL PAÍS BRASIL***

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Regina Schuster

Santa Cruz do Sul

2020

Gabriel Rodrigues da Silva

**O DISCURSO JORNALÍSTICO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
AMBIENTAIS IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA EM
2019: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS COLUNAS DE ELIANE BRUM, NO JORNAL
*EL PAÍS BRASIL***

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Comunicação Social – Habilitação Jornalismo da
Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do
título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dra. Patrícia Regina Schuster

Santa Cruz do Sul

2020

GABRIEL RODRIGUES DA SILVA

**O DISCURSO JORNALÍSTICO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
AMBIENTAIS IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA EM
2019: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS COLUNAS DE ELIANE BRUM, NO JORNAL
*EL PAÍS BRASIL***

Este trabalho de curso foi submetido a banca do curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Dra. Patrícia Regina Schuster

Professora orientadora - UNISC

Dra. Cristiane Lindemann

Professora Avaliadora - UNISC

Dra. Ângela Cristina Trevisan Filippi

Professora Avaliadora - UNISC

Santa Cruz do Sul

2020

À Deus, por me preparar e capacitar a cumprir a minha missão. À minha mãe, Angela Cristina (em memória), por ter contribuído grandemente para minha formação pessoal e escolha profissional, dando bases a quem sou hoje. Aos meus avós, Eneidi e Lélío, por caminharem ao meu lado me incentivando, auxiliando e proporcionando condições de chegar até aqui.

À minha tia, Liane, por também me apoiar e acreditar nas realizações dos meus sonhos. Ao meu pai Luciano, amigos, colegas e professores, por me motivarem a ir além e dar o meu melhor durante esta jornada.

Aos meus irmãos, Daniel e Tiago que, na vivência de suas infâncias, trazem leveza e esperança aos nossos dias.

RESUMO

A presente monografia propõe-se a analisar como as colunas da jornalista Eliane Brum, no jornal El País Brasil, discursivizam a cobertura de políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal na Amazônia no ano de 2019. Partindo da Análise de Discurso (AD), como método, este trabalho objetiva elucidar de que forma o discurso jornalístico e o discurso ecológico-ambiental abarcam o exercício de análise de políticas públicas desenvolvidas, ou suprimidas, na Floresta Amazônica. O trabalho apresenta o contexto histórico, social, ambiental, econômico e político da região e investiga os sentidos produzidos pelos textos da referida autora. Assim, constata-se que este discurso jornalístico é contra-hegemônico, pois a autora busca retratar todos esses vieses e seus respectivos impactos a partir de uma visão descentralizada, da floresta e dos povos nativos e não dos centros urbanos e dos detentores do capital. Trata-se, portanto, de uma proposta de análise, que pode ser aplicada ao discurso ambiental. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a informação local veiculada por meio dos discursos jornalísticos relativos a meio ambiente. A metodologia é aplicada em três etapas: pesquisa bibliográfica e revisão de literatura acerca dos principais conceitos apresentados neste trabalho; levantamento dos discursos de Eliane Brum e do presidente da República Jair Messias Bolsonaro para análise do estudo de caso; análise dos discursos através do protocolo elaborado com fundamento na Análise de Discurso. O principal objetivo alcançado por este trabalho confirma a hipótese da pesquisa de que a informação ambiental está atrelada a discursos jornalísticos, políticos e econômicos em âmbito local, nacional e global, com um caráter predominantemente situacional, mercadológico e ecológico. Por fim, concluímos que o discurso jornalístico converge para a denúncia de problemas emergenciais na Floresta Amazônica, a ineficiência ou ausência de políticas públicas e a disputa de interesses econômicos e políticos na região, com vistas a dar visibilidade à causa ambiental e às minorias e em reafirmar seus direitos, além de promover a conscientização e a educação da população em geral.

Palavras-chave: Políticas públicas. Eliane Brum. El País Brasil. Meio Ambiente. Floresta Amazônica.

ABSTRACT

This monograph intends to be analyzed as the columns of journalist Eliane Brum, and not as the magazine *El País Brasil*. It covers the environmental public policies implemented by the Federal Government in Amazon in 2019. Starting from Discourse Analysis (AD) as a method, this work aims to elucidate how the journalistic discourse and the ecological-environmental discourse involves the exercise of analyzing public policies developed, or suppressed, in the Amazon Forest. The work presents the historical, social, environmental, economic and political context of the region and investigates the meanings produced by the texts of that author. Thus, it appears that this journalistic discourse is counter-hegemonic, since the author seeks to portray all these precepts and their respective impacts from a decentralized view of the forest and the native peoples and not the urban centers and the owners of the capital. It is, therefore, a proposal for analysis, which can be applied to the environmental discourse. The general objective of this research was to analyze the local information conveyed through the journalistic speeches related to the environment. The methodology is applied in three stages: literature search and literature review about the main concepts presented in this work; survey of the speeches performed by Eliane Brum and the President of the Republic Jair Messias Bolsonaro for analysis of the study case; discourse analysis through the protocol elaborated based on Discourse Analysis. The main objective achieved by this work confirms the research hypothesis that environmental information is linked to journalistic, political and economic discourses at the local, national and global levels, with a predominantly situational, market and ecological character. Finally, it is concluded that the journalistic discourse converges to denunciations of emergency problems in the Amazon Forest, an inefficiency or loss of public policies and the Question of economic and political interests in the region, with a view to environmental visibility because of minorities and to reaffirm their rights, in addition to promoting awareness and education for the general population.

Keywords: Public policy. Environment. Amazon rainforest. Media. Amazon rainforest.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	12
2.1 Conceito	12
2.2 Políticas públicas ambientais no Brasil	13
2.3 Lógica de governo.....	17
3 DO JORNALISMO.....	36
3.1 O discurso jornalístico	36
3.2 O Jornalismo ambiental.....	40
4 METODOLOGIA.....	47
4.1 Método da Análise de Discurso.....	47
4.2 Eliane Brum.....	52
4.3 Recorte da pesquisa - Jornal El País Brasil	55
4.4 Textos analisados do Jornal El País Brasil.....	58
5 ANÁLISE	62
5.1 Amazônia sob os holofotes da mídia.....	62
5.2 Da questão indígena ao agronegócio: a ideologia do governo Bolsonaro	73
5.3 Visão geral dos problemas e da política ambiental em 2019	82
5.4 Principais causas do desmatamento na Amazônia	85
5.5 Floresta no rastro do fogo	89
5.6 Ecocídio em curso na Amazônia	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	105

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia propõe-se a apresentar uma metodologia de análise de dados qualitativos, denominada Análise de Discurso. A partir de um conjunto de fundamentos caracterizando esta metodologia, a matéria prima com que trabalha, assim como os diferentes objetivos que pode focalizar, apresenta-se uma descrição de um conjunto de passos segundo os quais pode ser concebida e aplicada. Ademais, este trabalho objetiva compreender como se dá a construção da linguagem jornalística e atenta à importância das informações e opiniões coletadas dos textos de Eliane Brum, no sentido de gerar a percepção do leitor sobre a causa ambiental. Além disto, contextualiza a problemática e os conflitos na Floresta Amazônica em torno da política contemporânea. Deste modo, promove uma discussão ao mesmo tempo abrangente e condensada da natureza, metodologia e possibilidades da análise de conteúdo dentro da pesquisa em Meio Ambiente e Jornalismo Ambiental.

Considerando que a exploração e a destruição marcam a história da Amazônia – o maior bioma terrestre do Brasil, que ocupa 49,29% do território nacional e compreende três das cinco divisões regionais do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), a região amazônica recebe e/ou se ausenta de incentivos governamentais historicamente. Encarada, historicamente, como um território a ser anexado e de extração de recursos naturais à área de povoamento e de grandes obras, como um espaço de riquezas naturais e de diversidade étnica, cultural e social a serem preservados à região a ser desmatada em prol de grandes mineradoras, de garimpeiros e do agronegócio predatório. A ideia de ocupação da Amazônia para consolidar o domínio sobre esse território foi consolidada com o regime militar no Brasil (1964-1985), período marcado por obras de infraestrutura, degradação ambiental, exploração mineral, expansão do agronegócio e pelo massacre de índios.

A preocupação com a preservação ambiental da Amazônia se consolidou após a promulgação da Constituição de 1988, com o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e a aceleração da demarcação de suas terras. Na época, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, firmou o debate mundial e a necessidade de preservar o meio ambiente. No entanto, a taxa de desmatamento na Amazônia manteve-se pressionada pela exploração da madeira e o agronegócio, até a reversão da proteção ambiental, com o governo de Jair Bolsonaro em 2019, guiado por princípios que conduziram os

projetos da ditadura militar. Neste trabalho, portanto, destacamos a floresta como alvo de restrição do poder dos órgãos de fiscalização, de discursos voltados à exploração de recursos ambientais e do negacionismo climático reforçados pelo presidente. Seguido do enfraquecimento de políticas públicas ambientais, com a escalação de ministros que reforçam o clima de temor e incerteza na região, os quais reforçam um impacto simbólico negativo na população e estabelecem bases arbitrárias para mais retrocessos. Diante do aumento dos focos de incêndio e desmatamento ilegal, bem como na Amazônia Legal – território de responsabilidade da União e dos Estados –, a atual situação da maior floresta tropical que abriga a maior biodiversidade do planeta tornou-se foco de preocupação e de pressão internacional em 2019, tendo em vista, também, que o bioma exerce grande influência no controle do aquecimento global, representando, dessa forma, uma perspectiva viável para o futuro da humanidade.

A relação entre o fogo e o desmatamento, consiste, normalmente, na limpeza do terreno após a derrubada da vegetação, tanto de pastagem quanto de floresta primária para destinar a terra ao cultivo ou à criação de plantas e/ou raças de animais, como resultado da ação humana, decorrente de um modelo econômico, de ocupação e de uso do solo, gerando graves prejuízos e consequências irreversíveis ao meio ambiente e aos povos tradicionais, em que estão inseridos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Diante da complexidade deste tema, faremos uma análise dos principais pontos que envolvem esta discussão, tendo como foco a implementação de políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal na Amazônia em 2019, a partir de uma análise das colunas da jornalista Eliane Brum, no jornal *El País Brasil*.

A partir dos textos analisados, percebemos que a autora retrata os fatos relacionados à questão amazônica, política e de gestão ambiental no Brasil – que englobam outros segmentos mais ampliados e correlacionados, como a temática indígena e econômica, mais especificamente o setor do agronegócio, e que temos tratado neste trabalho – em uma linguagem literária e interpretativa que se aproxima do lirismo¹ (estilo de escrita que lhe é peculiar) e assume uma postura investigativa e denunciativa-opinativa, como parte do fazer jornalístico. O jornalismo se propõe a recompor uma realidade palpável, enquanto a literatura, uma realidade verossímil dentro de um enredo (Aristóteles, 1984). Conforme Marina Lee Colbachini (2010, p.

1 Lirismo, qualidade de lírico, que manifesta sentimentos ou emoções intensas, de forma subjetiva e romântica, em obras ou produções em geral, como neste caso, a escrita.

22), ambas, porém, carregam teias ficcionais que reforçam o simbólico daquilo que se tem como real.

Entretanto, Marques de Melo afirma que o jornalismo interpretativo é “uma categoria carente de configuração estrutural, cuja expressão narrativa oscila entre o informativo e o opinativo [...] e que ainda não adquiriu fisionomia própria no lugar onde surgiu” (MARQUES DE MELO apud COSTA, 2007 p. 6). Nesse sentido, Nava entende que o gênero interpretativo faz parte do gênero informativo, o qual busca a contextualização de fatos de modo a externar ao leitor a sua interpretação individual, buscando, em geral, traçar uma linha de antecedentes e de consequências, tendo por base dados oficiais, entrevistas cedidas a outros veículos, livros e outros. Portanto, o gênero interpretativo, é:

Uma forma de tratamento da informação, inserida, no caso brasileiro, na categoria jornalismo informativo. Isso porque podemos elaborar notícias, reportagens e entrevistas, grandes ou pequenas, alinhavadas segundo um preceito fundamental: informar melhor” (NAVA apud COSTA; LUCHT, 2010, p. 114).

Dentro do contexto da Amazônia que norteia este trabalho, recorremos à Luciana Leão Brasil (2011, p.172), que conceitua linguagem (sistema de comunicação; verbal e não verbal), símbolo (determina um tipo de signo em que o significante retrata algo abstrato por meio de convenção, conformidade ou contiguidade semântica; linguagem simbólica) e sentido (carrega o significado básico das palavras, expressões e enunciados de uma linguagem) , ao dizer que “a linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável”. Para compreendermos a complexa relação entre autor/texto/leitor, retomamos os pressupostos teóricos de Indursky (2001, p.34), que pressupõe à função-leitor concordar, identificando-se com a posição-sujeito ocupada pelo autor, ou discordar, discutir, criticar a posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor. Desse modo, entende-se que o sujeito-leitor demonstra interesse em um texto a partir de seu lugar social, de sua posição-sujeito, dentro de seu contexto sócio-histórico, cultural, político e econômico, considerando seu histórico de leituras e de discursos que refletem desde o interdiscurso (que determina essa formação discursiva como tal), cruzando-os em sua leitura. Como destaca Orlandi (1987, p.193), ao afirmar que, “a leitura é o momento crítico da constituição do texto, pois é o momento privilegiado do processo de interação verbal [...]”. A reflexão da prática discursiva da leitura, portanto, consiste

em um trabalho de desestruturação e estruturação do texto, entrelaçando-o ao conceito de interdiscurso.

No âmbito da Comunicação Social, verificamos a existência de trabalhos científicos que tratam da representação das políticas públicas ambientais para a Amazônia na mídia. Isso se deve, também, ao aumento do interesse geral da sociedade por assuntos sobre o meio ambiente, junto a compreensão de termos como sustentabilidade, conservação e biodiversidade, além do aumento de cursos universitários dentro dessa área, a presença de ambientalistas e a divulgação de pesquisas e práticas de informação na mídia, como mostra um estudo² feito por pesquisadores da Universidade de Princeton e da agência de notícias Mongabay, ambos dos Estados Unidos, entre 2004 e 2017, sobre os dados de buscas do Google.

Para embasar os fundamentos teóricos do presente estudo, foram utilizadas as teorias enunciativa, narrativa, de linguagem, do texto, da difusão e da evolução, de modo a compreender o discurso como instrumento de comunicação. Nessa perspectiva, consideramos a relação do jornalista com o meio ambiente, repassando o conceito de Comunicação e o papel deste profissional na sociedade. Dessa maneira, o problema de pesquisa é composto pelas seguintes questões: (a) Quais as políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal em 2019? (b) De que forma a jornalista Eliane Brum aborda a problemática ambiental na Amazônia e a atuação do Governo, Estados e Nações para enfrentar estas questões? (c) Como a comunidade científica é retratada nesses estudos quanto às fontes informativas? (d) Qual o papel político das entidades ambientais como fornecedoras de informação para a mídia? (e) Qual o papel da imprensa na consolidação de uma política ambiental na Amazônia? (f) Que relações são estabelecidas entre esses atores na esfera das fontes informativas no âmbito ecológico?

Dessa forma, o pressuposto sociológico que orienta este estudo é o de que o discurso jornalístico sobre meio ambiente envolve diversos atores sociais (instituições estatais, entidades científicas, partidos políticos, movimentos sociais e ambientalistas) que atuam como fontes de informação, sendo influenciado, também, por diversas vertentes do discurso ecológico. Refere-se, portanto, a um discurso condicionado por múltiplos fatores, segundo a perspectiva da teoria multifactorial da notícia (SOUSA, 2000; 2006). O recorte analítico inclui as fontes fundadoras do discurso ambiental

2 Disponível em: <<https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/fee.1962>>.

mediado pela imprensa, conforme identificado em pesquisa anterior (BARROS, 1999). Seguindo o mesmo autor, esse *interplay* [interação] de atores, com suas diferentes perspectivas, interesses e enquadramentos, é considerado fundamental para a compreensão das dinâmicas de mediatização ambiental [...] (BARROS, 2013). Assim, compreendemos que o processo de mediatização contribuiu para a ampliação da visibilidade ambiental, atendendo a exposição dos argumentos e justificações dos diferentes atores implicados – os agentes públicos, a comunidade científica e as entidades ambientais. Doravante, no sexto capítulo, expressamos as considerações a respeito deste trabalho, seguido das referências consultadas e dos anexos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Conceito

No Brasil, estudos sobre políticas públicas foram realizadas recentemente, dando ênfase “à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas” (FREY, 2000, p. 214). Nos Estados Unidos, contudo, essa vertente de pesquisa da ciência política teve início na década de 1950, dando origem ao termo ‘policy science’³. Na Europa, especialmente na Alemanha, a preocupação com determinados campos de políticas toma expressão nos anos 70, com a ascensão da socialdemocracia, o planejamento e as políticas setoriais, voltadas a setores específicos, como economia, tecnologia, sociedade ou meio ambiente. Segundo os pressupostos teóricos de Frey, as disputas políticas e as relações das forças de poder tencionam os programas e projetos desenvolvidos e implementados.

As peculiaridades socioeconômicas e as políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos, mas é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento (Klaus Frey, 2000, p. 212).

O termo políticas públicas possui várias definições que privilegiam aspectos diversificados como ações e não ações, processo decisório, atores políticos, planejamento (PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira, 2011, p. 72). Dessa forma, Vianna Junior apud Vallejo (2003) conceitua política pública como sendo:

[...] uma ação planejada do governo que visa, por meio de diversos processos, atingir alguma finalidade. Esta definição, agregando diferentes ações governamentais introduz a ideia de planejamento, de ações coordenadas. (VIANNA JUNIOR, apud VALLEJO, 2003, p. 16)

No estado de direito democrático, essa definição reitera o planejamento e execução de políticas públicas associado às demandas sociais. No entanto, muitas das demandas que se apresentam não possuem importância agregada, sendo então

3 Policy Analysis, traduzido como análise de políticas, no inglês, é o processo de identificação de medidas políticas que poderiam solucionar seu problema, elegendo, dentre essas opções, a mais eficaz, eficiente e viável. É considerada suma importância “tanto para a compreensão de políticas públicas quanto para a estruturação de um processo de pesquisa que vise a realização de estudos de caso” (FREY, 2000, p. 216).

incluídas no rol das não ações. Política pública, portanto, é tudo o que o governo decide fazer ou não (PAL, 1987; HECLO, 1972, apud VALLEJO, 2005). Conforme Peccatiello (2011, p. 73), na década de 1980, o conceito de “políticas” adquire um sentido mais amplo com a inserção de “normas técnicas e sociais estabelecidas por uma coletividade pública com a finalidade da administração do domínio público. Já Little (2003, p. 18) compreende que “o conjunto de decisões inter-relacionadas, definido por atores políticos, que tem como finalidade o ordenamento, a regulação e o controle do bem público”.

Para o entendimento deste conceito, Peccatiello (2011, p. 72) considera que o Estado desenvolve tais políticas “em resposta às demandas que emergem tanto de seu próprio interior como da sociedade, englobando também preferências e escolhas privadas”. Portanto, entendemos que as políticas públicas configuram um compromisso público efetivado pelo Estado nas diversas áreas sociais, devendo, assim, ser controladas pelos cidadãos. Dessa forma, pode-se dizer que “o Brasil evoluiu em termos de legislação, conhecimento e consciência e precisa ampliar e aprimorar a conexão entre as políticas existentes no sentido de torná-las mais efetivas” (CERVI; SCHMIDT, 2016, p. 43).

2.2 Políticas públicas ambientais no Brasil

A evolução da política ambiental brasileira começa a ser analisada na década de 1930, marcada pelo início de “ações de regulamentação da apropriação dos recursos naturais necessários ao processo de industrialização” (PECCATIELLO, Ana Flávia, 2011, p. 72). Na segunda metade do século 20, pode-se identificar marcos internacionais que influenciam as políticas ambientais em âmbitos mundial e nacional.

A implementação do primeiro Código Florestal inaugura a delimitação de territórios para conservação no Brasil, em 1934 – essa prática, entretanto, já era realizada desde o final do século 19 em países como os Estados Unidos (EUA). No ano 2000, ocorre a consolidação de uma legislação única que contempla, entre outros aspectos, a gestão e fiscalização de áreas protegidas, “após décadas de discussões de propostas entre a bancada ruralista e os representantes das diferentes tendências ambientalistas” (p. 72).

Basicamente, a política ambiental no Brasil se desenvolveu em resposta às exigências do movimento internacional ambientalista iniciado a partir da

segunda metade do século XX, durante a década de 1960. Assim, a criação das instituições e legislações designadas especificamente concentra-se nas quatro últimas décadas do século XX. Para o entendimento do que hoje temos por política ambiental brasileira, é plausível caracterizar as grandes linhas dessa evolução. [Peccatiello 2011, p. 73].

Da criação de dispositivos legais, destacam-se: o Código das Águas (1934), Código de Mineração (1934), Código Florestal (1934), Código de Pesca (1938) e Estatuto da Terra (1964); agências setoriais (1960) – Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a criação e delimitação de zonas naturais protegidas – Parque Nacional do Itatiaia (1937), Parque Nacional do Iguaçu (1939), Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939), Floresta Nacional de Araripe-Apodi (1946), Parque Nacional do Araguaia (1959), Parque Nacional das Emas (1961), Parque Nacional das Sete Quedas (1961), entre outros.

Segundo Sousa (2005), no ano de 1989 verifica-se a reestruturação dos órgãos públicos de meio ambiente, destacando o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e os Recursos Naturais – IBAMA (Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989). A partir de 1985, é notório o fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente, conforme estabelecido na Constituição de 1988 como competência comum entre Estados e União. Uma destas conquistas é a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9.985/2000), que contempla o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. Segundo Medeiros (2006), o longo processo de gestação do SNUC deve-se “a um grande embate entre as diferentes posições sobre meio ambiente existentes no Brasil sobre a questão ambiental, algumas contraditórias, representadas, entre outras, por preservacionistas⁴, conservacionistas⁵, socioambientalistas⁶ e ruralistas”.

4 Preservacionistas, como integrantes do movimento preservacionista fundado por John Muir (século 19), acreditam que a intervenção humana é essencialmente prejudicial ao meio ambiente, sendo contrários ao desenvolvimento moderno, industrial e urbano para assegurar a “intocabilidade” da natureza.

5 Conservacionistas consideram que o ser humano é capaz de utilizar os recursos naturais de modo controlado e equilibrado; movimento criado por Gifford Pinchot, compreende que a conservação se baseia na prevenção de desperdícios e no uso destes recursos para benefício da maioria dos cidadãos.

6 Socioambientalistas objetivam um equilíbrio ecológico e uma justa distribuição dos benefícios provenientes da exploração dos recursos naturais entre toda a sociedade; o termo socioambientalismo se originou na premissa de que as políticas ambientais alcancem eficácia social e sustentabilidade política com o engajamento e envolvimento comunitário.

Considerando o avanço na área da política ambiental brasileira na década de 1980, e a magnitude das ações direcionadas à garantia de proteção e gestão das áreas naturais, Vieira e Bredariol (1998) dizem:

Acirra-se a contradição entre uma economia predadora e poderosas pressões de movimentos e interesses nacionais e internacionais. Assim como a economia, o meio ambiente também se globaliza. Redefinem-se os temas da política ambiental. Evidencia-se a necessidade de um novo pacto entre as nações (VIEIRA; BREDARIOL, 1989, p. 84).

O Brasil é seguidor dos principais tratados e convenções internacionais em matéria ambiental, e é considerado detentor de uma legislação moderna e até inovadora, do ponto de vista técnico, dizem Cervi e Schmidt (p.31, 2016). Dessa forma, o Brasil se destaca no cenário internacional como país emergente por buscar “crescer e se desenvolver economicamente de forma mais sustentável do ponto de vista ambiental e mais justa do ponto de vista da inclusão social” (p.41, 2016). Atualmente, entre os principais órgãos e entidades responsáveis pelo Meio Ambiente no Brasil⁷, estão:

- a) Ministério do Meio Ambiente: compete a função de formular, planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e diretrizes governamentais para o meio ambiente.
- b) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): órgão consultivo e deliberativo, responsável por assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos ambientais.
- c) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA): possui a finalidade de executar e fazer executar as políticas e diretrizes governamentais definidas.
- d) Agência Nacional das Águas (ANA): cabe a competência de disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- e) Fundação Nacional do Índio (FUNAI): órgão indigenista oficial do Estado brasileiro vinculada ao Ministério da Justiça, tem a missão institucional de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.
- f) Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio): vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, cabe ao instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. Exerce o papel de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.
- g) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): autarquia federal cuja missão é executar a reforma agrária e ordenamento fundiário nacional.

⁷ Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente – DPIMA. Disponível em: <<http://www.dpima.eb.mil.br/index.php/en/>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

h) Sistema Florestal Brasileiro (SFB): tem a missão de promover o conhecimento, uso sustentável e ampliação da cobertura florestal, com estratégia de desenvolvimento sustentável.

i) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

j) Secretaria do Patrimônio da União (SPU): ligada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, administra o Patrimônio Imobiliário da União. Compete a incorporação e regularização do domínio dos bens, sua adequada destinação, além do controle e da fiscalização dos imóveis.

k) Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): tem a finalidade de promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais.

Conforme Cervi e Schmidt, toda e qualquer política ambiental brasileira, a exemplo da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA – criada pela Lei 6.938/1981), da Política Energética Nacional (Lei 9.478/1997) e da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997), “é orientada segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, da prevenção, precaução, informação, participação e cooperação internacional” (pp. 41 e 42, 2016). De acordo com Dean (1996), as queimadas já preocupavam o governo e a sociedade brasileira desde o século 18, com o registro do “Regimento do Pau-Brasil” e a proibição de fogo nas matas que tivessem essa árvore. Editada em 12 de dezembro de 1605, essa é considerada a primeira lei protecionista florestal brasileira, com penas severíssimas firmadas. As queimadas no Brasil são medidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os dados são do satélite Aqua, o mesmo usado pela agência espacial norte-americana (NASA), que também acompanha os focos do desmatamento. Os responsáveis por combater as chamas são os Corpos de Bombeiros e brigadistas da Defesa Civil (pessoas capacitadas para atuar na prevenção e combate a incêndios). Em alguns estados, as forças contam com recursos do Fundo Amazônia, projeto que tem por finalidade captar doações para investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal⁸.

⁸ Amazônia Legal é a zona da Floresta Amazônica que abrange uma área de 5.217.423 quilômetros quadrados, correspondente a 61% do território nacional. Engloba nove estados do Brasil: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico da Região Amazônica, através do dispositivo legal (Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953).

2.3 Lógica de governo

O governo de Jair Messias Bolsonaro teve início no dia 1º de janeiro de 2019 e está previsto para encerrar no dia 31 de dezembro de 2022. O militar reformado paulistano Jair Bolsonaro foi eleito o 38º presidente do Brasil no dia 28 de outubro de 2018, com 55,13% dos votos válidos no segundo turno das eleições presidenciais, derrotando o candidato do PT, Fernando Haddad, que obteve 44,87% dos votos válidos. Bolsonaro foi eleito à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), o qual desfilou-se em novembro de 2019, permanecendo sem partido e migrando para uma organização política em que fundou durante o exercício de seu mandato, a Aliança pelo Brasil.

Com 22 ministérios, o governo vigente possui sete a menos em relação ao último governo e sete a mais do que fora prometido em campanha. Entre eles destaca-se o Ministério da Economia, resultado da fusão do Ministério da Fazenda; Planejamento; Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Trabalho. O governo conta com número de ministros de formação militar superior a três dos cinco presidentes da ditadura militar (Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo), sem levar em conta o vice-presidente Hamilton Mourão e o próprio presidente da República. Os primeiros meses de governo foram caracterizados por investidas na política externa, com um maior alinhamento com os Estados Unidos e outros países governados por líderes de direita, de orientação liberal e conservadora.

No que toca à política ambiental, tema deste estudo, durante a campanha eleitoral de Bolsonaro, as taxas de desmatamento na região amazônica cresceram 48,8% de agosto a outubro, em comparação com o mesmo período do ano passado. A floresta perdeu 1.674 mil quilômetros quadrados no primeiro trimestre, área maior do que a do município de São Paulo, com 1.521 mil quilômetros quadrados, conforme dados do projeto Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter-B)⁹, do Instituto

9 O Deter-B foi fundado em 2004 sob o nome de Deter-A, como uma forma de apoio ao combate do desmatamento ilegal e da degradação da Amazônia e do Cerrado. Desenvolvido no Centro Regional da Amazônia, o projeto Deter-B identifica e mapeia, em tempo quase real, desmatamentos e alterações na cobertura florestal com área mínima próxima a um hectare. As imagens são captadas pelos sensores WFI, do satélite CBERS-4 (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) e AWiFS, do satélite IRS (*Indian Remote Sensing Satellite*), com 64 e 56 metros de resolução espacial, nessa ordem. Os dados são enviados diariamente ao Ibama. Em paralelo, existe o Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) desde 1988, que utiliza o satélite norte-americano

Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), criticados pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles¹⁰, do Partido Novo. Em junho de 2019, durante um encontro com lideranças empresariais na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo, Bolsonaro afirmou que a política ambiental do governo é norteada por “modificar tudo o que foi feito até agora” e caracterizou criação de áreas protegidas de “indústria”. Em seu discurso, disse: “Nós não podemos ter uma política ambiental como tínhamos há pouco tempo da indústria da demarcação das terras indígenas, da indústria de quilombolas, da indústria de estações ecológicas”¹¹, antes de reclamar da existência da Estação Ecológica (Esec) de Tamoios, na Baía de Ilha Grande, Angra dos Reis, litoral sul do estado do Rio de Janeiro, onde foi multado¹² por crime ambiental em 2012.

Landsat 8 (resolução de 20 metros) para fornecer ao Inpe a taxa anual de desmatamentos por corte raso. O monitoramento ambiental por imagens de satélites é considerado por organismos internacionais um exemplo positivo do Brasil.

10 Ricardo Salles foi condenado em primeira instância por improbidade administrativa pelo juiz Fausto José Martins Seabra, da 3ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ao julgar procedente a ação do Ministério Público do Estado de São Paulo, o magistrado considerou que em 2016 Salles, então secretário de Meio Ambiente de São Paulo, na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), adulterou mapas de zoneamento da Área de Proteção Ambiental Várzea do Tietê e a minuta do decreto do plano de manejo da unidade de conservação, em benefício de empresários, principalmente ligados ao ramo de mineração. Com a sentença, publicada em 18 de dezembro de 2018, Salles perde os direitos políticos por três anos, além de cumprir pagamento de multa civil. Duas semanas após, assume o cargo de ministro do Meio Ambiente na gestão de Jair Bolsonaro, sendo mantido até então.

11 Trechos disponíveis em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2019/06/12/governo-tem-obrigacao-de-nao-atrapalhar-empresarios-diz-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

12 A multa ambiental foi aplicada a Jair Bolsonaro (então deputado federal) por pesca irregular, no valor de R\$ 10 mil, após o fiscal ter presumido que ele estaria pescando ao ser flagrado com uma vara de pesca na Estação Ecológica (Esec) de Tamoios, área com um raio de 800 metros que serve para refúgio para pinguins, focas, baleias e golfinhos no estado do Rio de Janeiro – protegida através do decreto lei nº 9.452 em 1982. Na ocasião, Bolsonaro recorreu à multa e, um ano depois, em 2013, criou um projeto de lei que pretendia desarmar fiscais do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgãos que têm poder de polícia ambiental – embora ele fosse um defensor de longa data dos direitos de propriedade de armas no Brasil. Mais tarde, pediu, por meio de um mandado de segurança, autorização para pescar na Esec de Tamoios. Apesar de ter sido fotografado durante a autuação do Ibama, Bolsonaro ignorou o flagra, afirmou que não havia “materialidade” que provasse seu delito e que não havia placa informando sobre a proibição. Em outra versão, afirmou que a autuação tinha “motivação política” e alegou que não estava presente no local, mas em Brasília. Empossado presidente da República, demonstrou interesse de transformar a Esec Tamoios em uma “Cancún brasileira” e de explorar o local para turismo, recebendo críticas de ambientalistas e comerciantes. Em janeiro de 2019, após parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), a superintendência do Ibama no Rio de Janeiro anulou a multa por prescrição da infração, embora o documento comprovasse que essa ocorreria somente em 2024; a multa já havia sido anulada pelo Ibama em 2018. Em março de 2019, o Ibama exonerou o servidor José Augusto Morelli (concurado desde 2012) do cargo de Chefe do Centro de Operações Aéreas da Diretoria de Proteção Ambiental por uma questão “administrativa”, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Morelli alegou que a decisão foi motivada por vingança pessoal: “Fui punido por ter feito minha obrigação”. Seguindo orientações de Bolsonaro, a área ambiental – MMA, Ibama e ICMBio – passou por um processo de militarização, bem como através do decreto da operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no trabalho de prevenção

Na ocasião, Bolsonaro defendeu a atuação de Salles, dizendo que “[ele] é o homem que está no lugar certo”, e aproveitou para criticar o Ibama e comemorar a diminuição no número das multas ambientais: “Os produtores rurais cada vez mais têm menos medo do Ibama”. “Eu paguei uma missão para ele [ministro Ricardo Salles]: mete a foice em todo mundo. Não quero xiita¹³ ocupando esses cargos, tem gente boa lá, tem, mas o homem do campo não pode se apavorar com a fiscalização e a fiscalização é no primeiro momento, advertir, caso persista no erro, aí tudo bem”, disse. Nos primeiros dois primeiros meses de seu mandato, o Ibama realizou 1.139 autuações, 441 a menos do que no mesmo período de 2018. Sobre a redução no percentual de multas ambientais no primeiro bimestre do ano, Bolsonaro afirmou: “[...] e vão continuar diminuindo. Vamos acabar com esta indústria da multa no campo”. Em abril de 2019, o ministro instituiu a criação de “núcleos de conciliação” para apurar a aplicação de multas ambientais, sob o decreto nº 9.760.

As multas por desmatamento ilegal na Amazônia foram praticamente suspensas desde outubro de 2019, conforme a organização internacional não-governamental Human Rights Watch. A ONG associa o ocorrido ao decreto assinado por Bolsonaro, atribuindo às Forças Armadas a competência de coordenar órgãos e entidades públicas federais de proteção ambiental durante operações para combater o desmatamento e incêndios na Amazônia, por não garantir ou notório como os agentes de fiscalização terão autonomia, ferramentas e recursos suficientes para cumprir este trabalho.

No primeiro trimestre de governo, o Ministério do Meio Ambiente esvaziou a assessoria de comunicação do Ibama e estabeleceu que as demandas enviadas à assessoria devam ser dirigidas ao MMA, prática essa que é denominada “Lei da Mordça”, ou censura, na visão de parlamentares, ambientalistas, servidores ambientais não identificados e da própria mídia. A medida passou a ser adotada após a exoneração do chefe da Comunicação Social do Ibama, publicada no Diário Oficial

e combate ao desmatamento e queimadas na Amazônia Legal, subordinadas ao controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

13 “Xiita” é considerado um termo errôneo e carregado de conotação imoral por profissionais e estudiosos da área, empregado como sinônimo para um ambientalismo radical ou ecossocialismo (também conceituado como “ambientalismo marxista” ou “ambientalismo de esquerda”). Esse grupo defende maior centralidade das políticas de preservação, a partir de uma visão biocêntrica de patrimonialização da natureza, segundo a qual o Estado deve ampliar o número de unidades de conservação e manter algumas áreas florestais intocadas. *Dá* ressonância às ideias de movimentos de base conservacionista (Pádua, 1990; Oliveira, 2008).

no dia 13 de março de 2019. Neste ano, Salles orientou a restrição do contato entre servidores e a empresa. Nos primeiros nove meses do governo, apesar de a procura por informação do MMA ter quadruplicado, oito a cada dez pedidos de jornalistas não foram respondidos pela Comunicação da pasta, mostram dados obtidos pelo Observatório do Clima e pelo O Eco por meio da Lei de Acesso à Informação. Em março de 2019, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, formalizou a recomendação através de uma portaria. Na sequência, foi emitida uma nota técnica pela Comissão de Ética do órgão que pretende coibir as declarações políticas contrárias ao governo nas redes sociais dos agentes ambientais. De acordo com o então chefe de assessoria de imprensa do MMA, capitão Pallemberg Aquino (exonerado do cargo), essa medida adotada teria a finalidade de alinhar a comunicação do Ibama e do ICMBio à do ministério.

Das mudanças promovidas na assessoria de comunicação do MMA, houve uma redução de 25 funcionários e cinco estagiários a dez funcionários – apenas três deles jornalísticas – e dois estagiários, mais o chefe de assessoria, que compõem o núcleo de Jornalismo e de criação. Essa equipe terá de lidar também com a comunicação do Ibama e do ICMBio. O MMA também instituiu o Núcleo de Conciliação Ambiental (NUCAM), com competência para analisar, modificar o valor e anular multas aplicadas pelo Ibama por crimes ambientais no território nacional – o que na prática, inviabiliza o papel do fiscal, alegam críticos. Entre outras competências, o NUCAM extingue uma das modalidades de conversão de multas, sistema que prevê a adesão de entidades públicas e ONGs em projetos de recuperação ambiental. A medida foi estabelecida após a exoneração em massa de superintendentes regionais do Ibama, responsáveis pela fiscalização, atuação em emergências ambientais e na prevenção e no controle de incêndios florestais.

O presidente chegou a cogitar a possibilidade de extinguir o Ministério do Meio Ambiente, mas recuou na decisão. No entanto, o departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente foi incorporado pela Secretaria de Ecoturismo e o Serviço Florestal Brasileiro foi transferido do Ministério do Meio Ambiente para a Agricultura. O Ministério do Meio Ambiente cortou 24% do orçamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) após o início do novo governo. O governo Bolsonaro também tem feito

reiteradas críticas ao Acordo de Paris¹⁴ e vários membros de seu governo refutam as mudanças climáticas, apesar do consenso científico. O chanceler Ernesto Araújo entende como sendo um "dogma marxista", enquanto o ministro do Meio Ambiente, afirma que este tema não é prioritário na agenda do governo. A gestão Bolsonaro cancelou um encontro regional da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as mudanças climáticas que aconteceria em Salvador (Bahia) e se recusou a sediar a COP-25, Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, no Brasil.

Na questão da política agrícola, a responsabilidade de realizar a reforma agrária e a demarcação e regularização das terras indígenas e áreas remanescentes dos quilombos passou a ser do Ministério da Agricultura, tendo à frente a ministra Tereza Cristina Dias¹⁵, do Democratas (DEM-MS), com apoio da bancada ruralista. Desta forma, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ficaram fragmentados e com menos poder. Essas ações repercutiram negativamente na imprensa e no campo científico internacional, com protestos em vários países e assinatura de manifesto por oito ex-ministros do Meio Ambiente do Brasil contra as políticas ambientais do governo Bolsonaro. Em agosto de 2019, Bolsonaro exonerou o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, o que provocou críticas de ambientalistas, organizações ambientais e jornalistas, culminando em protestos. O Inpe é o órgão responsável pelo sistema de monitoramento da Amazônia, sendo alvo de Bolsonaro, que passou a acusá-lo de divulgar "dados mentirosos" e de estar a "serviço de uma ONG", no mês de julho. O presidente associou as organizações não

14 Acordo de Paris é um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que estabelece medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020. O objetivo é de conter o aquecimento global abaixo de dois graus celsius, mediante comprometimento das nações empenhadas a adotar um plano de desenvolvimento sustentável. O Acordo de Paris foi negociado na capital francesa durante a COP21, e aprovado em 12 de dezembro de 2015. O Brasil é um dos países signatários do Acordo, ratificado pelo Congresso em agosto de 2016.

15 Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias é uma engenheira agrônoma, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, deputada federal licenciada por Mato Grosso do Sul (MS), ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e ex-secretária de Desenvolvimento Agrário do estado do MS. Em 2018, como líder da bancada ruralista, foi uma das principais articuladoras pela aprovação do projeto de lei nº 6.299/2002 que flexibiliza as regras para fiscalização e aplicação de agrotóxicos no Brasil – conhecido como PL do Veneno; feito este que rendeu-lhe o apelido de “musa do veneno” –, sendo indicada ao cargo no alto escalão do governo Bolsonaro por um grupo de 20 membros da FPA. O PL – cujo relatório prevê que pesticidas possam ser liberados pelo Ministério da Agricultura ainda que órgão reguladores como Ibama e Anvisa não tenham concluído suas análises –, repudiado por cientistas, ambientalistas e setores da sociedade civil, foi aprovado por uma comissão especial presidida por Tereza Cristina em junho de 2018 e aguarda passar pelo Plenário. Desde a sua posse, foram liberados um total de 551 agrotóxicos, até março de 2020. Em maio deste ano, 22 novos produtos foram liberados.

governamentais (ONGs), que atuam na proteção ambiental, aos incêndios ilegais, declarando que o Brasil está em "guerra [...] para conter o fogo criminoso". ONGs como a WWF Brasil, o Greenpeace e o Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, rebateram e criticaram as afirmações do chefe de Estado.

Por outro lado, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, confirmou que o governo faria uma “rigorosa” investigação sobre “as suspeitas de uma ação articulada pelo WhatsApp [aplicativo de troca de mensagens online] para atear fogo na floresta amazônica”¹⁶, diante de uma investigação aberta pelo Ministério Público Estadual do Pará, em Nova Progresso, que apura um grupo de pessoas que teria organizado a ação criminosa no dia 10 de agosto, data que ficou marcada na região como “Dia do Fogo”. Em um dos desdobramentos da Operação “Pacto de Fogo”, a Polícia Federal confirmou que o ato foi combinado em grupos de mensagens no WhatsApp, que teriam a presença de fazendeiros, empresários, produtores rurais e autoridades, inclusive da Polícia Civil. As investigações iniciaram após a assinatura de um despacho pelo presidente Jair Bolsonaro, em 25 de agosto.

Esse cenário, todavia, resultou uma crise internacional do governo Bolsonaro com países que financiam o Fundo Amazônia, como Noruega e Alemanha (Europa) – que chegaram a suspender os recursos doados, equivalentes a 133 e 155 milhões de reais, respectivamente, após declarações polêmicas e considerarem o descumprimento do acordo de preservação ambiental internacional por parte do governo brasileiro, em 2019; seguido, posteriormente, da tentativa de restabelecimento destes recursos – e de compradores do agronegócio brasileiro, como empresas dos Estados Unidos e da Europa – a exemplo da VF Corporation, holding ¹⁷ proprietária de 18 marcas de calçados e acessórios, com sede em Denver, capital do Estado do Colorado (EUA), e da H&M, segunda maior varejista de moda do mundo, com sede em Estocolmo, na Suécia (Europa), que suspenderam temporariamente a aquisição de couro do Brasil. Segundo a VF, a medida se mantém “até que haja a segurança” de que os materiais usados em seus produtos “não contribuam para o dano ambiental no país”. A H&M alega em comunicado oficial que

16 Trechos disponíveis em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2019/08/bolsonaro-manda-investigar-grupo-que-convocou-dia-do-fogo-no-para.html>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

17 Holding, sociedade holding (do inglês “to hold”; traduzido como controlar, manter ou segurar) ou gestora de participações sociais, designa uma empresa-mãe que detém a posse majoritária de ações de um grupo de empresas, geralmente denominadas subsidiárias, centralizando controle sobre elas.

a medida se deve “aos grandes incêndios [...] na Floresta Amazônica e às conexões com a produção de gado”.

Na ocasião, um grupo de 87 companhias europeias – entre elas as multinacionais do ramo alimentício Tesco (Reino Unido), Aldi (Alemanha) e Carrefour (França), que, juntas, administram ativos superiores a 2,5 bilhões de libras – encaminhou uma carta ao governo brasileiro pedindo a interrupção do desmatamento na Amazônia para a produção de soja. O documento solicita a extensão da moratória da soja na Amazônia (ASM, abreviado em inglês), um acordo assinado pelas empresas em 2006 para impedir o uso de novas terras para a produção de commodities¹⁸, que é usada para alimentação humana e matéria-prima para ração de gado.

De acordo com uma pesquisa do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade de Maryland, Estados Unidos, publicada pela revista científica ‘Proceedings of the National Academy of Sciences’ em janeiro de 2019, a área brasileira de terras cultiváveis quase dobrou entre os anos de 2000 e 2014. O estudo mostra que muitas das áreas cultiváveis não são criadas por meio da conversão direta de vegetação nativa, mas por um processo dividido em duas etapas: as florestas são derrubadas para a criação de pasto; depois esses pastos são, ao longo do tempo, convertidos em plantações, especialmente de soja. A pecuária para a criação do gado é a atividade que mais contribui para o desmatamento na Amazônia, ocupando 65% da área desmatada, segundo estudo do Imazon divulgado em 2017. O rebanho bovino na Amazônia Legal pulou de 37 milhões de cabeças na década de 1995, número equivalente a 23% do total nacional, para 85 milhões em 2016, correspondente a cerca de 40%.

Conforme a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Vivian Ribeiro, a criação de novos pastos é o maior agente do desmatamento – sendo a principal razão para a perda da cobertura vegetal florestal – e a criação de terras para plantio permanece ligada à indústria de gado. De acordo com Vivian, essas áreas são reivindicadas e desmatadas para a formação do pasto, a fim de que a terra, uma vez limpa, possa ser rapidamente comercializada a um preço inflacionado para agricultores, especialmente da indústria da soja, considerando que a planta gera mais

18 Commodities, do plural “commoditie”, termo derivado da expressão inglesa “commodity”, designa o conjunto de bens primários comercializados no mercado financeiro das bolsas de valores. No âmbito da economia, é um conceito relativo à dinâmica dos preços dos produtos.

lucro que a pecuária bovina. Assim, a pesquisadora salienta que a especulação de terra para ambas as atividades é um “agente-chave” do desmatamento e destaca que os pastos recém-criados levam cerca de sete anos para trazer lucro aos fazendeiros, o que coloca em dúvida a procedência legal de terras convertidas em plantações de forma rápida.

Essa prática, portanto, emite intenções especulativas na limpeza do terreno, destaca Tiago Reis, pesquisador de doutorado sobre as cadeias de suprimento da agricultura da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Por outro lado, Reis compreende que uma parcela da indústria trabalha de forma sustentável e é compromissada com a defesa da produção sustentável, entretanto, reconhece que outra parte está ligada ao desmatamento e aos conflitos e especulação de terra. Ao mesmo tempo que afirma que a eleição de Bolsonaro, que conta com o apoio da bancada ruralista¹⁹, representa um efeito problemático na política ambiental, gerando “a sensação de que os agricultores podem fazer o que quiserem”, ou seja, de impunidade e de permissividade. Os pesquisadores também destacam a expansão agrícola brasileira que atingiu seu ápice em 2004 a um índice inferior em 2012 – período em que as taxas de conservação de vegetação nativa entraram em ritmo de crescimento novamente, como consequência a queda no desmatamento da Amazônia (de 25,3%, em relação ao ano anterior, segundo divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva à época, no Governo Lula), especialmente após a instituição da Moratória da Soja, um acordo entre comerciantes de commodities, ONGs conservacionistas e governo, para impedir o cultivo de soja em terras recém-desmatadas, entre 2006 e 2013. Entretanto, o desmatamento e as queimadas na Amazônia vêm aumentando nos últimos anos.

19 A bancada ruralista refere-se à frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil – a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), fundada em 1995 –, uma das maiores bancadas da Câmara dos Deputados, formada por 257 deputados e senadores de diversos partidos. Atuante em defesa dos interesses dos proprietários rurais, é constituída por parlamentares declarados ruralistas, que possuem interesses familiares na agricultura e na pecuária, ou que são patrocinados por grupos ligados a essas atividades. Dentre as pautas defendidas, destacam-se a defesa à produção agrícola em larga escala, o incentivo ao agronegócio e a ampla utilização de agrotóxicos; a frequente oposição a medidas ambientais e a demarcação de terras indígenas, incluindo projetos de lei em tramitação no Congresso que aumentam os limites legais para desmatamentos e anistiam fazendeiros que desmataram ilegalmente suas propriedades. Em razão de uma pauta conservadora e espectro ideológico majoritariamente de direita e centro-direita, está associada à bancada evangélica e à bancada armamentista, que juntas formam a chamada “bancada BBB” (“Bíblia, Boi e Bala”), coalizão de representantes do agronegócio, da segurança pública e religiosos evangélicos, que expressa apoio ao presidente Jair Bolsonaro.

Diante da ampla repercussão nacional e internacional da política ambiental de Bolsonaro nas redes sociais – a Amazônia foi citada, ao menos, 15 milhões de vezes nos idiomas em português, inglês, francês e espanhol, na plataforma Twitter, e a discussão sobre as queimadas na floresta foram tuitadas²⁰ em mais de 150 países; hashtags²¹ como “#PrayForAmazonia” (reze pela Amazônia, em tradução livre), mencionada 3,65 milhões de vezes, estavam no centro da discussão, segundo dados levantados pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP) – e na mídia internacional, como o El País (Espanha), The New York Times (Nova Iorque) e Le Monde (Paris), onde imagens e vídeos das queimadas na Amazônia rodaram o mundo. Na ocasião, Bolsonaro afirmou, sem provas, que ONGs poderiam estar por trás de queimadas na Amazônia para “chamar atenção” contra o governo. “Nós tiramos dinheiros de ONGs. Dos repasses de fora, 40% ia para ONGs. [...] Acabamos também com o repasse de dinheiro público. De forma que esse pessoal está sentindo a falta do dinheiro”, declarou o presidente na saída do Palácio da Alvorada²². E acrescentou: “Então, pode estar havendo, sim, pode, não estou afirmando, ação criminosa desses 'ongueiros' para chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil. Essa é a guerra que nós enfrentamos”. Ambientalistas classificaram fala de leviana e irresponsável.

Na ocasião, o presidente chegou a culpabilizar, sem qualquer evidência, o ator norte-americano e ativista ambiental Leonardo DiCaprio e a ONG WWF por financiarem as queimadas ocorridas na Amazônia. Para endossar as acusações, sem provas, o presidente citou a prisão preventiva de brigadistas da organização Brigadas de Alter do Chão do Pará²³, soltos após decisão da Justiça. Em comunicado, DiCaprio

20 Plural de “tuitada”, advém do verbo transitivo direto “tuitar”; significa fazer uma publicação no Twitter (lê-se “Tuíteer”, em português), rede social de compartilhamento de mensagens curtas.

21 A hashtag, escrita com o símbolo “#”, é utilizada para indexar palavras-chaves ou tópicos no Twitter. Esta função permite que os usuários acompanhem facilmente os tópicos de seu interesse. Os assuntos mais comentados do país e do mundo ficam em destaque na página.

22 Trechos disponíveis em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-ser-responsaveis-por-queimadas-na-amazonia-23891984>>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

23 Os brigadistas Daniel Gutierrez Govino, João Victor Romano, Gustavo de Almeida Fernandes e Marcelo Aron Cwerner, membros da ONG Brigadas de Alter do Chão, foram acusados pela Polícia Civil paraense de serem os responsáveis pelos incêndios que atingiram a Área de Proteção Ambiental (APA) Alter do Chão em setembro de 2019, sob a alegação de que estariam se autopromovendo e obtendo doações de organizações não governamentais, segundo o delegado de Conflitos Agrários, Fábio Amaral Barbosa. O caso ganhou repercussão na mídia nacional e gerou questionamentos por não conter evidências dos crimes nos depoimentos e provas obtidas. Cerca de 180 entidades ambientalistas e de direitos humanos criticaram a prisão dos brigadistas, em meio a protestos. Em novembro de 2019, o juiz Alexandre Rizzi, da 1ª Vara da Comarca de Santarém, concedeu liberdade provisória aos quatro dirigentes da ONG. O mesmo magistrado havia negado o pedido da defesa dos brigadistas e

rebateu as acusações, dizendo que “embora certamente mereçam apoio”, ele não financiava as organizações “que estão atualmente sob ataque”. Essas declarações geraram polêmica no país e repercutiram também na mídia internacional. Contudo, em novembro de 2019, Bolsonaro voltou a criticar ONGs que atuam na Amazônia: “ONGs não estão lá [na Amazônia] para preservar ambiente, mas em causa própria”.²⁴Neste período, Bolsonaro também entrou em uma polêmica com a Igreja Católica, ao se referir ao evento Sínodo da Amazônia²⁵, realizado pelo Vaticano (sede mundial desta instituição religiosa), como um ato político e afirmar que esse “não reflete a posição de todos os católicos”, gerando um conflito entre seus membros e entidades católicas, e com a autoridade máxima da Igreja, Papa Francisco. Em seguida, o presidente confirmou que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) estava monitorando o Sínodo, equiparando-o a um problema de segurança nacional. O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, admitiu preocupação com o Sínodo, afirmando publicamente intensão de “neutralizar”

determinou a permanência da prisão preventiva por mais dez dias. Em uma apuração da BBC News Brasil e da Folha de São Paulo, foram levantadas informações sobre a ligação familiar do juiz com a propriedade de madeireiras em Santarém que tiveram conflitos com ONGs, tendo atuado como advogado da empresa. Rizzi, por sua vez, alegou nunca ter dito conflitos com ONGs no passado e “julgar quem quer que seja, independentemente de credo, ideologia ou partido político”. À época, o Ministério Público Federal afirmou não haver provas que apontavam a ligação dos membros da ONG aos incêndios ocorridos na região. A WWF-Brasil, organização que, segundo a Polícia Civil, teria sido vítima de desvio de verba pelo grupo suspeito, condenou a “falta de clareza” sobre a investigação e demonstrou repúdio aos ataques e inverdades envolvendo seus parceiros. A ONG, no que lhe concerne, confirmou o repasse de cerca de R\$ 70 mil ao Instituto Aquífero Alter do Chão, organização responsável por manter as atividades da brigada. Conforme a WWF, o montante transferido viabilizaria a compra de equipamentos de combate a incêndios florestais, como abafadores e máscaras de proteção, agindo “dentro da legalidade”. Na ocasião, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), se disse “preocupado com o episódio” e determinou a substituição do delegado responsável pelo inquérito policial para o diretor da Delegacia Especializada em Meio Ambiente, Waldir Freire Cardoso. Em janeiro de 2020, o Ministério Público do Pará (MP-PA) solicitou à Justiça estadual a determinação da Polícia Civil para aprofundar as investigações sobre as causas e os eventuais responsáveis pelos incêndios.

²⁴ Trecho disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-criticar-ongs-que-atuam-na-amazonia-nao-doem-dinheiro/>>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

²⁵ O Sínodo da Amazônia, ou Sínodo dos Bispos para a região Pan-Amazônica, foi realizado no Vaticano, em Roma, de 6 a 27 de outubro de 2019. A Igreja Católica, que possui uma presença atuante na região da floresta, colocou o tema “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e por uma ecologia integral” no centro das atenções globais. Em resposta às críticas do governo Bolsonaro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - que já havia criticado medidas do governo, como o “retrocesso nos direitos sociais”, a flexibilização da posse e do porte de armas e a exploração de minério em áreas indígenas e quilombolas -, emitiu uma carta em agosto: “Lamentamos imensamente que hoje, em vez de serem apoiadas e incentivadas, nossas lideranças são criminalizadas como inimigos da Pátria. Junto com o Papa Francisco, defendemos de modo intransigente a Amazônia e exigimos medidas urgentes dos Governos frente à agressão violenta e irracional à natureza, à destruição inescrupulosa da floresta que mata a flora e a fauna milenares com incêndios criminosamente provocados”. A CNBB reiterou o entendimento do GSI de que “cabe ao Brasil cuidar da Amazônia Brasileira”, afirmou que o evento é da “Igreja para a Igreja” e que, portanto, as discussões internas da instituição são de conhecimento público.

o movimento, mas negou monitoramento. Ao ser questionado, Heleno alegou que o Sínodo trata de "terras indígenas, de exploração das plantações e de distribuição de terras" e que esses são "assuntos do Brasil", afetando, de certa forma, a soberania nacional, no seu entendimento.

Diante das ameaças de líderes de países como França (presidente Emmanuel Macron) e Irlanda (Michael Higgins) de bloquear o acordo econômico UE-Mercosul²⁶, e temendo um boicote às exportações brasileiras, produtores rurais, 11 entidades brasileiras, entre elas o grupo do setor de carne bovina Abiec e as ONGs Imazon e Ipam, assinaram uma campanha pela proteção da Amazônia, exigindo, através de um documento, a proteção de áreas de conservação ambiental e a criação de uma força-tarefa do Ministério da Justiça para solucionar conflitos por terras públicas de floresta, em setembro de 2019. Essa união de representantes do agronegócio e ambientalistas ocorre frente ao aumento de incêndios florestais, responsável pela maior onda de queimadas dos últimos cinco anos, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A fumaça originada das queimadas na região amazônica se espalhou por todo o continente, tornando-se visível pelo satélite da NASA, Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (National Aeronautics and Space Administration). "O Espectrorradiômetro de Imagem de Resolução Moderada (Modis) do satélite Aqua capturou as imagens de vários incêndios ocorridos nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Mato Grosso, ao longo de agosto. Embora a atividade [de queimadas] tenha sido acima da média no Amazonas e, em menor escala, em Rondônia, tem sido abaixo da média em Mato Grosso e Pará", disse a agência espacial, em nota.

O satélite da NASA captou um "corredor de fumaça" no mapa, atingindo o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul do Brasil, e países vizinhos como Argentina, Uruguai e Peru. As queimadas florestais simultâneas ocorridas na Bolívia e no Paraguai (região de fronteira com a Amazônia) retornaram ao Brasil e, juntando-se às nuvens de fumaça no país, "emparedadas" na cordilheira dos Andes – que percorre todo o continente sul-americano –, enfim chegando a São Paulo, resultaram em um

26 O UE-Mercosul é o Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia, formado por 28 países da UE e os quatro do bloco Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). Assinado em 28 de junho de 2019, o acordo foi firmado entre os membros do Mercado Comum do Sul e da União Europeia para estabelecimento comum de práticas de livre comércio, mediante o cumprimento de uma série de metas e exigências, como a implementação do Acordo de Paris e o compromisso com proteção ambiental, que vincula um pacto em defesa da Amazônia.

fenômeno raro²⁷, marcado pelo escurecimento repentino do céu, por volta das 15 horas e 30 minutos, no dia 19 de agosto de 2019. Em nota, o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) diz que “parte deste material é de origem local e oriundo da Amazônia, mas outra parte considerável, talvez a predominante, de queimadas de grandes proporções, originadas nos últimos dias perto da tríplice fronteira da Bolívia, Paraguai e Brasil, próximo da região de Corumbá, no Pantanal Sul-Matogrossense”. A empresa de meteorologia MetSul observa que a fumaça proveniente da Bolívia e do Paraguai difere da que vem da região amazônica: a primeira apresentava uma coloração amarronzada, enquanto a última mais esbranquiçada.

Em relação à fauna e flora afetada pelas queimadas na Floresta Amazônica – que abriga a maior biodiversidade do planeta, cerca de 20% das espécies de animais do planeta e 2,5 mil espécies de árvores (ou um terço de toda a madeira tropical do mundo) e 30 mil espécies de plantas (das 100 mil da América do Sul) –, estima-se que 265 espécies estão ameaçadas de extinção, sendo 180 espécies da fauna, das quais 124 ocorrem apenas no bioma, e 85 da flora, nos trechos atingidos por fogo, segundo o relatório da organização não-governamental internacional WWF – Brasil (sigla em inglês para Fundo Mundial para a Natureza), baseado no uso de estatísticas da organização, cruzamento de seu banco de dados sobre a fauna e a flora da região e informações sobre desmatamentos e queimadas do Inpe e do ICMBio. Deste total mencionado, 76% dessas espécies estão protegidas por algum instrumento de conservação, como Unidades de Conservação (UC) ou Planos de Ação Nacional (PAN).

O levantamento da WWF aponta que algumas reservas foram atingidas, entre elas: Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (PA), Reserva Extrativista Jaci Paraná (RO), Estação Ecológica Terra do Meio (PA), Reserva Extrativista Chico Mendes (AC) e Floresta Nacional do Amanã (AM/PA). Ao todo, 11,7 quilômetros quadrados da APA Alter do Chão²⁸ foram atingidos pelo fogo, uma área proporcional a 1.647 mil campos de futebol, ou 7,34% do tamanho de toda área de proteção

27 O fenômeno que transformou o “dia em noite” em São Paulo está relacionado à chegada de uma frente fria e de partículas oriundas da fumaça de queimadas na região amazônica, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). As partículas permanecem suspensas na atmosfera e são diluídas pela chuva.

28 Alter do Chão é um dos distritos administrativos do município de Santarém, no estado do Pará (PA), distante da cidade cerca de 37 quilômetros por via terrestre e 1.373 quilômetros da capital Belém. O balneário, cortado pelo Rio Tapajós, é o principal ponto turístico da região, conhecido como Caribe da Amazônia, onde ficam o Lago Verde, a Floresta Encantada e a Ponta do Muretá.

ambiental. De acordo com o relatório da WWF, as queimadas ocorrem em um cenário de declínio nas populações de animais nas florestas, como destaca um estudo da organização com a primeira avaliação global da biodiversidade florestal do ano de 1970 até 2014. O documento mostra que as populações monitoradas de aves, mamíferos, anfíbios e répteis que vivem em florestas, diminuíram, em média 53%, durante o período estudado. “A perda e a degradação de habitats causada principalmente pela atividade humana, como o desmatamento, é a causa de 60% das ameaças a florestas e espécies florestais. Os declínios foram maiores em florestas tropicais, como a floresta amazônica”, diz o relatório. A região amazônica conta também com os serviços de ONGs, biólogos, brigadistas voluntários e colaboradores.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, ocorrida em maio de 2019, Bolsonaro assinou um decreto que regulamenta a posse, o porte e a comercialização de armas e munições para caçadores, atiradores esportivos e colecionadores, os chamados CACs. Mudanças incluem compra de cartuchos e transportes de armas carregadas e municiadas do trajeto entre a residência do portador e os clubes de tiro, o que estava proibido. Especialistas em conservação temem que a medida sirva como “autorização” a caçadores de animais ameaçados de extinção no Brasil, como onças, papagaios e macacos, mesmo em reservas. A caça profissional e esportiva de animais silvestres foi proibida no Brasil há mais de 50 anos. Estima-se que, pelo menos, 1,1 mil espécies de animais já estejam ameaçadas de extinção por desmatamento, expansão humana e caça furtiva no país. Somente em 2018, as florestas tropicais do mundo perderem cerca de 12 milhões de hectares. Desse montante, 1,3 milhão pertencem ao Brasil, colocando o país no topo do ranking de perda florestal, conforme o relatório do *Global Forest Watch*, sistema online de monitoramento florestal global quase em tempo real, vinculado à Universidade de Maryland, nos Estados Unidos.

No que abrange aos setores industriais mencionados anteriormente, o Brasil é o terceiro maior exportador de couro industrializado do mundo, atrás da China, Itália e Estados Unidos. A nação exporta mais de 80% de sua produção de couros, movimentando, em 2018, US\$ 1,44 bilhão em vendas, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). O país consolidou-se como maior exportador de soja no mesmo ano, conquistando participação de 56% nas exportações globais do grão, conforme levantamento divulgado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). A cadeia produtiva da soja movimenta US\$ 100 bilhões por ano no Brasil, segundo a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja). De acordo

com o levantamento da consultoria AgRural, o estado do Mato Grosso segue liderando a colheita de soja, seguido por Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Os principais fornecedores do couro cru, correspondente à primeira etapa de fabricação do produto, são Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, o Estado do Mato Grosso lidera o mercado de couro e soja, possuindo mais de 500 mil quilômetros quadrados da Amazônia em seu território, com áreas de densa floresta. O Brasil é um dos mais importantes produtores de carne bovina no mundo, tornando-se, em 2015, o país com o maior rebanho (209 milhões de cabeças, tendo abatido mais de 39 milhões de cabeças), o segundo maior consumidor (38,6 quilos por habitante ao ano) e o segundo maior exportador (1,9 milhão de toneladas), segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Conforme o levantamento, 80% da carne bovina consumida pelos brasileiros é produzida no próprio país, e representa 6% do Produto Interno Bruto (PIB) ou 30% do PIB do Agronegócio, com um movimento superior a 400 bilhões de reais, tendo um aumento de quase 45% nos últimos cinco anos. Diante dos desdobramentos citados acima, a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Tereza Cristina, disse que “o agronegócio não é o grande destruidor da Amazônia” e criticou a possibilidade de imposição de barreiras comerciais ao país em consequência dos incêndios na floresta.

Com relação à questão indígena, essa população está distribuída em 462 terras regularizadas (correspondente a cerca de 12,2% do território nacional), sendo apenas 8% delas demarcadas, com concentração na Amazônia Legal, segundos dados da Funai. Até o momento o governo não homologou nenhuma terra indígena, cumprindo o que o presidente Bolsonaro já prometia desde a sua campanha quando dizia que, se dependesse dele, não haveria mais demarcação de terra indígena no país, e que reveria as demarcações de TIs, além de externar sua pretensão de explorar a região amazônica em parceria com os Estados Unidos²⁹. Por outro lado, em maio de 2020,

29 A conquista e ocupação da Amazônia, no período colonial, foram empreendimentos conduzidos pelo Estado, planejados e executados com prioridade política pelo governo metropolitano, que resultaram na incorporação ao território do Brasil de, aproximadamente, 60% de sua área total atual (REZENDE, Tadeu, 2006). Embora atualmente não haja nenhum indício real deste tipo de interesse dos Estados Unidos da América na região da Amazônia brasileira, em 1850 (século 19), políticos norte-americanos discutiam o projeto de ocupação do território no norte do Brasil, conforme relato no livro “O sul mais distante” (Cia. Das Letras), escrito pelo pesquisador de escravidão nas Américas Gerald Horne, professor da Universidade de Houston, no Texas (EUA). Segundo a obra, na época, o chefe do Observatório Naval dos Estados Unidos, Matthew Fontaine Maury, sugeriu que seu país evitasse a Guerra Civil e expandisse a sua produção de algodão com mão de obra escrava na região da floresta.

o Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF/MT) ingressou com uma ação civil pública solicitando que a Funai e o Incra sejam obrigados a manter ou incluir todas as terras indígenas do estado no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), sob pena de multa. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), “a norma ataca os direitos indígenas e vai provocar um aumento dos conflitos por terra”. Ex-presidentes da Funai e entidades indigenistas criticam a atuação e o comando da entidade, presidido pelo delegado da Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier e pelo antropólogo Ricardo Lopes Dias, coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai (CGIIRC) – nomes próximos às bancadas ruralista e evangélica.

A presente medida judicial foi tomada após a publicação de uma normativa publicada pela Funai no dia 22 de abril deste ano, que autoriza a certificação de terras privadas em áreas indígenas não homologadas, considerando a sua inconstitucionalidade, e diante da denúncia de que o Governo Bolsonaro teria aprovado a certificação de 114 fazendas de maneira irregular – sendo a maior parte delas na área da Amazônia Legal – antes da publicação da norma, infringindo as normas de proteção de terras indígenas previstas pela Funai desde 2012. Reunidas, essas fazendas ocupam mais de 250 mil hectares de áreas indígenas. Em perspectivas gerais, o Brasil possui 5.073.324 estabelecimentos agropecuários que ocupam 351,289 milhões de hectares (cerca de 41% da área total do país), um aumento de 5.8% em áreas de unidades rurais em uma década, conforme o Censo Agropecuário 2017 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019. O levantamento mostra um total de TIs que somam 117,639 milhões de hectares e unidades de conservação distribuídas em 151,895 milhões de hectares.

A denúncia posta acima ainda mostra que há mais de duas mil propriedades privadas autodeclaradas no Sicar que incidem em áreas indígenas em sete estados da Amazônia, sendo 500 delas em áreas onde vivem indígenas isolados. Essas áreas

Em 1853, o governo norte-americano enviou ao Congresso um texto em referência à Amazônia com os seguintes dizeres: “Uma região que, se aberta à indústria do mundo, ali se achariam fundos inexauríveis de riquezas”. No atual contexto, pesquisadores brasilianistas e de geopolítica que estudam a Amazônia sob a ótica americana afirmam que não há risco de “internacionalização” da floresta. Em 2019, o governo norte-americano se disse preocupado diante do “impacto dos incêndios na Floresta Amazônica sobre as comunidades, a biodiversidade e os recursos naturais da região”. Por outro lado, o presidente dos EUA, Donald Trump (Partido Republicano, aliado de Bolsonaro, ambos alinhados a uma direita conservadora e negacionistas climáticos) disse que o presidente brasileiro estava fazendo um “ótimo trabalho” e ofereceu auxílio para combater queimadas na Amazônia.

são visadas por desmatadores na pretensão de que venham a ser regularizadas em seguida. Caso a Justiça atenda à solicitação, as TIs não homologadas e as demais áreas que eram protegidas antes da normativa voltam a ter proteção no Estado. O STF já considerou que o Estado deve proteger terras indígenas, mesmo sem decreto de homologação. Isto ocorre no mês em que a Medida Provisória 910, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro em dezembro de 2019, seguiu para votação na Câmara dos Deputados. Chamada por críticos de “MP da grilagem”, que alegam que ela premia desmatadores e estimula a destruição de novas áreas de floresta, a MP 910 permite que terras públicas desmatadas com até 2,5 mil hectares se tornem propriedade de quem as ocupou irregularmente, seguindo alguns requisitos. Caso aprovada a medida, que recebe o apoio da bancada ruralista, se torna válida em todo o território nacional, com um impacto maior na Amazônia Legal, onde há vegetações amazônicas e concentração de terras públicas não designadas (cerca de 57 milhões de hectares, ou pouco mais do que o território da França, segundo dados do Ministério da Agricultura). Diante desse cenário, um projeto elaborado pela Comissão Europeia, que visa combater o “desmatamento importado”, coloca o Brasil como importante foco, e um grupo de 40 supermercados britânicos publicou uma carta aberta em que ameaça boicotar produtos brasileiros caso seja aprovado o PL da Grilagem.

O desmatamento da Amazônia em abril de 2020 foi o maior da última década, devastando também terras indígenas, entre elas a Yanomami, localizada entre Roraima e Amazonas. A área desmatada soma 529 quilômetros quadrados, superior à de cidades como Porto Alegre (496,682 km²), conforme dados divulgados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Em meio à pandemia do novo coronavírus³⁰, houve um aumento de 171% no desmatamento em comparação

30 O coronavírus é uma família de vírus que iniciou uma pandemia global em 2020, resultando em milhões de casos e centenas de milhares de mortes. A doença do coronavírus (Covid-19) afeta pessoas de diferentes maneiras, causando infecções respiratórias que variam do resfriado comum a doenças mais graves, exigindo internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e uso de ventilação mecânica. Os primeiros casos do novo coronavírus (Sars-Cov-2), responsável pela Covid-19, foram reportados em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na República Popular da China (Ásia). Com aparência microscópica de uma coroa, este vírus é de rápida proliferação e potencialmente letal. O Brasil registrou o primeiro caso em fevereiro de 2020 e, diante de um cenário político conturbado e posições do presidente Jair Bolsonaro contrárias às ações adotadas em outros países e recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o país atingiu um recorde de mortes registradas em 24 horas no dia 19 de maio de 2020, somando mais de mil mortes e 17.971 vítimas da Covid-19, segundo balanço divulgado pelo Ministério da Saúde. A proliferação do novo coronavírus atingiu em grande escala estados da região Amazônica, como Amazonas, Pará e Mato Grosso, com registros em 44 povos indígenas, sendo 610 casos de infecção e 103 mortes neste dia 19, segundo a associação Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) – a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), entretanto,

com o mesmo mês do ano passado, com 195 quilômetros quadrados. Os dados mostram que o Pará (PA), responsável por 32% da área total desflorestada em abril, retornou ao topo da lista dos estados que mais desmatam na região; seguido de Mato Grosso (26%), Rondônia (19%), Amazonas (18%) e Roraima (4%). Especialistas da área apontam que, com o relaxamento da fiscalização da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente, grileiros e garimpeiros avançam sobre terras públicas, unidades de conservação e terras indígenas, e sustentam que isso se deva à crescente extração ilegal de madeira e subsequente exportação – como a de espécies de árvores raras e valiosas, destacando-se o ipê, cujo metro cúbico é estimado em até 2, 5 mil dólares em terminais brasileiros de exportação –, além de denúncias de exploração ilegal de madeira e de fraude e falta de fiscalização. Somente em 2019, a Amazônia perdeu, em média, 2,1 mil hectares de floresta por dia, área que corresponde a quase dois mil campos de futebol em devastação – sendo que apenas 0,5% da área total de desmatamento está dentro da realidade –, de acordo com o Relatório Anual de Desmatamento do MapBiomas. Conforme o estudo, o bioma amazônico foi o mais devastado do país, representando 63% dos 3.339 hectares derrubados por dia no Brasil.

Segundo Bomfim (2001), o emprego do fogo é uma prática alternativa comum no meio rural por ser uma técnica eficiente para limpeza do terreno, eliminação de pragas e doenças e para outros fins, sendo viável economicamente e com efeito rápido. Mas seu uso inadequado é comumente denunciado para derrubadas e limpas de florestas, estando “relacionado com a mentalidade atrasada do homem do campo e com a herança indígena e primitiva” (DEAN;1996, VASCONCELOS;1974). Dessa forma, a queimada torna-se um perigo global quando ocorre a perda de controle e se transforma em incêndio florestal que, nas palavras de Ribeiro e Bonfim (2000), “é a ocorrência do fogo em qualquer formação vegetal, cujas causas variam de naturais a criminosas, podendo também estar associadas à forma acidental e, portanto, inesperada pelo proprietário ou responsável pela área atingida”. Na Floresta Amazônica observa-se que o fogo ateado é, em boa parte, intencional para a limpeza de terras para a criação de gado, agricultura e extração de madeira. De modo geral,

contabilizou 402 casos confirmados e 23 óbitos. O estado que concentra mais óbitos de indígenas por Covid-19 é o Amazonas, com 78 casos, de acordo com a Apib. Entre os povos indígenas afetados, estão: anacé (Ceará), arapiuns (Pará) e apurinã (Amazonas). Conforme a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), [a presença de] garimpeiros, madeireiros, caçadores, entre outros grupos, configuram vetores de transmissão.

as queimadas, bem como outros problemas de degradação ambiental, trazem prejuízos tanto ao meio ambiente quanto à população, passando a ser tratada como uma questão social, pois interfere diretamente nas condições de vida do entorno e aos ordenamentos econômico, cultural e político.

Em um dos desdobramentos da crise no governo Bolsonaro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello determinou a divulgação da reunião ministerial do dia 22 de abril um mês após, no dia 22 de maio de 2020. O material faz parte do inquérito que investiga suposta tentativa de interferência do presidente na Polícia Federal, após denúncia do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sérgio Moro. O conteúdo do vídeo é marcado por declarações antidemocráticas e palavras de baixo calão de Bolsonaro e dos ministros da Educação, Abraham Weintraub, do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves³¹, que falam em prender governantes, prefeitos e ministros do STF e aproveitar foco do coronavírus para flexibilizar a legislação ambiental, entre outras questões.

No tocante à questão ambiental, Salles afirmou que o momento de pandemia era uma “oportunidade”, já que a imprensa estaria “voltada quase que exclusivamente” para este tema, para passar reformas infralegais e “ir passando a boiada” e simplificar normas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e dos ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e de outros órgãos, “de baciada”.³² “Nós assinamos uma medida a pedido do Ministério da Agricultura, que foi a simplificação da lei da Mata Atlântica, para usar o Código Florestal. [...] temos que estar com a artilharia da AGU preparada pra cada linha que a gente avança”, disse Salles, que também afirmou não precisar do Congresso Nacional. Em outro trecho, Weintraub diz odiar o termo “povos indígenas” e em “acabar com esses privilégios”. Damares fala

31 Damares Alves é uma pastora evangélica, que se intitula “terrivelmente cristã”, e já esteve envolvida em uma série de polêmicas desde que assumiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Desde 2013, se apresenta como advogada e mestra em educação, direito constitucional e direito de família, embora não possua título de mestrado e esteja com o registro suspenso na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em janeiro de 2019 a mídia nacional repercutiu a denúncia de que Damares teria sequestrado uma criança da tribo dos Kamayurá, do Parque do Xingu, Mato Grosso (MT), a qual se refere como sua filha adotiva. Damares contestou essa versão, disse em nota que “todos os seus direitos foram observados” e que “nenhuma lei foi violada” e afirmou ter obtido a permissão dos pais biológicos e que essa mantém contato com a família biológica. Ela é fundadora da ONG Atini - Voz Pela Vida, alvo de acusações do Ministério Público e de indigenistas, que falam em tráfico, sequestro e exploração sexual de crianças e incitação ao ódio contra indígenas. A ministra se desligou da entidade no ano de 2015.

32 Trechos disponíveis em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/reuniao-revela-a-grande-oportunidade-do-genocidio-indigena/>>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

em mapeamento de indígenas, quilombolas e outros grupos e em mudanças de políticas públicas a uma chamada “políticas de valores”. A ministra ainda afirmou, sem provas, que indígenas foram contaminados pela Covid-19 propositalmente com o intuito de incriminar o governo. Isto ocorreu na semana em que o Congresso acumulava 35 pedidos de impeachment e sete de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar e fiscalizar eventuais desmandos no aparelho estatal. Neste momento, os pedidos se encontravam “em análise”, passíveis de serem aceitos pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A maioria sob a justificativa de crime de responsabilidade de Bolsonaro.

3 DO JORNALISMO

3.1 O discurso jornalístico

O termo “discurso” abarca muitos significados, sendo definido por Eni Orlandi como “palavra em movimento, prática de linguagem” (2009, p. 15). Trata-se, portanto, de um conjunto de ideias organizadas por meio da linguagem, influenciando no raciocínio e nos sentimentos do ouvinte ou leitor. Comumente, o discurso carrega as visões de mundo derivados da posição social de um grupo ou instituição, de modo que se sustente como tal perante a sociedade, defendendo e legitimando sua ideologia, condizente aos seus interesses. Assim como todo campo, o Jornalismo, tema central deste trabalho, também pode ser pensado sobre a perspectiva discursiva, como veremos abaixo.

O discurso está relacionado a conceitos como o de texto e o de gênero textual. Conforme Trask (2006, p. 84), é o fato de um dado texto escrito ou falado ser conexo que o caracteriza como discurso. Linguistas, cientistas sociais e estudiosos da Comunicação reivindicam diversas orientações teóricas e maneiras diferentes de empregar o discurso. Aristóteles identifica quatro espécies de discursos: o lógico (remete a uma certeza, verdadeira e indubitável; utilizado, principalmente, na matemática); o dialético (tenta atingir a máxima probabilidade de certeza e veracidade); o retórico (sem comprometimento com a busca da verdade ou sua demonstrável probabilidade; utiliza de ferramentas de influência e persuasão); o poético (a certeza ou veracidade não é importante; apresenta grau de ficção e fantasia; age mais na emoção e em causar uma impressão do que no raciocínio do ouvinte ou leitor).

O linguista francês Émile Benveniste, responsável pelo desenvolvimento da Teoria Enunciativa (estudada no Brasil no final dos anos 70), diz que o discurso é a expressão da língua como instrumento de comunicação. A enunciação é definida como um processo de discursivização da língua empregado pelo locutor. Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso*, de 1970, analisa o discurso a partir das relações de poder e controle social. Em sua concepção, o discurso desempenha um papel na ordenação do mundo, assim, um discurso dominante é capaz de determinar o que é ou não aceitável em uma sociedade, independente da qualidade do que ele reconhece como legítimo. A partir dessa compreensão, o discurso dominante não representa,

portanto, uma verdade absoluta e universal, é ele que produz a verdade (arbitrária), em um processo que legitima alguns e marginaliza outros, o qual é denominado como partilha da verdade.

Comum no trabalho jornalístico, em textos técnicos, dissertativos e instrucionais, o discurso ou função referencial tem a informatividade como característica principal. Esse tipo de discurso se pretende neutro e verdadeiro, e tenta assumir um caráter científico, caracterizando-se por frases estruturadas em ordem direta, linguagem denotativa e discurso na terceira pessoa. Apoiar-se em estratégias de desembreagem enunciativa (uso da terceira pessoa; distanciamento), ancoragem (quando uma dada teoria ou ideologia está embutida no discurso) e a objetivação (materialização dos dados, conceitos e ideias através de recursos que facilitem a sua compreensão, como gráficos e tabelas).

Tendo em vista que as notícias são construídas por meio da linguagem, dentro de certas regras e concepções (MARTÍNEZ; LOOSE, 2015, p. 10), o discurso jornalístico representa, segundo Fausto Neto (2004, p. 42), o mundo sobre o qual se reportam de forma singular, também se apoiam em dimensões das linguagens para que assim possam exercer o papel deste lugar de representação. Dessa forma, a representação funciona como um movimento de duplicação e interpretação dos fatos a serem apresentados a determinado público. Martínez e Loose (2015) afirmam que os modos como as palavras são organizadas estão ligados aos sentidos que o enunciador (neste caso o jornalista) precisa e quer transmitir.

Assim, pode-se afirmar que as representações são oriundas dos discursos que circulam na sociedade. O campo jornalístico, devido à legitimidade que lhe é constituinte, imputa uma dimensão maior às representações que são postas em seu domínio ou mesmo criadas por ele (MARTÍNEZ; LOOSE, p. 10, 2015).

Considerando que a informação, o dado, o fato, é a base central do Jornalismo, as autoras Marcia Benetti Machado e Nilda Jacks, no artigo O Discurso Jornalístico, afirmam que a atividade é permeada por um jogo discursivo capaz de se interpor “entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade” (2001, p.1). Cabe ressaltar que, desde o seu nascimento, o ser humano é interpelado por uma série de representações nos mais variados ambientes e situações e, através de sua subjetividade, as reproduz para aqueles que o cercam. Dessa forma, Martínez e Loose (2015, p. 10) entende que os discursos jornalísticos têm a sua capacidade de aumentar o potencial de reprodutibilidade e associá-los à sua credibilidade, conferindo

maior visibilidade a elas. Concluem que, a força dos discursos jornalísticos possibilita que a sociedade seja atingida por representações oriundas justamente desse campo.

No artigo *Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite*, os autores Roberto Villar Belmonte, Débora Gallas Steigleder e Sarah Bueno Motter afirmam que o Jornalismo ambiental difere do Jornalismo sobre meio ambiente, pois este último apresenta um discurso o qual denominam como risco e limite, com uma abordagem contextualizada e ampla sobre problemas e suas soluções possíveis e aparentemente não possíveis (2014, p.12). Também evocam a preocupação dos profissionais que atuam na área do Jornalismo ambiental quanto ao discurso jornalístico em disputa na problematização dos modelos de desenvolvimento para a resolução dos problemas socioambientais, no sistema capitalista que vivemos. Dessa forma, concluem que:

Risco e limite juntos dão sentido a um discurso jornalístico que clama por mais cuidado, defendendo uma sociedade economicamente viável, ecologicamente possível e socialmente justa. Este é o lugar de fala do jornalismo ambiental (BELMONTE, STEIGLEDER E MOTTER, 2014, p.13).

Nesse contexto, a Análise do Discurso, campo da linguística e da comunicação especializado em analisar o uso das linguagens e as construções ideológicas, joga luz sobre esse falso dilema e resolve teoricamente a questão da subjetividade (MACHADO e JACKS, 2001, p.2). O filósofo Michel Pêcheux, teórico da Análise de Discurso, definiu o conceito de formação discursiva em três fontes: a ilusão discursiva e as formações imaginárias e ideológicas. "Esses conceitos são muito importantes quando tratamos especificamente do Jornalismo, mas são relevantes para a análise de todo tipo de discurso" (MACHADO e JACKS, 2001, p. 4). Diante disso, Machado e Jacks distinguem duas formas de esquecimento, ou de silenciamentos, presentes no discurso:

É comum que o jornalista se utilize não só da visão sobre a realidade fornecida pelas fontes, mas também de suas expressões. Em muitos momentos, assume as perspectivas de enunciação de outros pensando serem as suas. No momento em que produz o texto, considera-se o dono deste discurso, seu autor. No segundo tipo de esquecimento, o sujeito apaga a noção de que seu discurso nada mais é do que a escolha de determinadas estratégias de expressão. É o chamado processo de denegação (MACHADO; JACKS, 2001, p. 4).

Dessa forma, as autoras destacam que o silêncio se torna ainda mais revelador no campo jornalístico. Cabe, portanto, vasculhar os silêncios que o cercam, suas intenções, seus interesses e seu impacto. No entanto, entende-se que o

esquecimento constitui a ação discursiva do sujeito, ao mesmo tempo em que confirma a presença de diferentes vozes – as que falam em nome deste sujeito e, muitas vezes, as que não falam –, em todo discurso. Por outro lado, o silêncio, conforme Eni Orlandi, é essencial à formação dos sentidos, “o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’)” (ORLANDI, 1995, p. 37).

Sob essa perspectiva, o filósofo Paul Ricœur, autor da Teoria da Narrativa, que se propõe a estudar a narratividade em geral, diz que o discurso configura o acontecimento em sentido através de um processo que causa lacunas, isto é, vazios. Portanto, o discurso jornalístico é “não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação” (BENETTI, 2007, p.108) e de que “é uma prática cuja existência é constituída por suas relações materiais e por uma regularidade” (BENETTI, 2008). Assim, um discurso sempre retoma um pré-construído – sentidos produzidos por outros dizeres, pertencentes ao interdiscurso –, atualizando este já-dito e conferindo a ele um efeito de autoria (ORLANDI, 2005). Na mesma corrente de pensamento, Mariani (1996, p. 63) diz que o discurso jornalístico é um “discurso sobre” entre sujeitos da interlocução, com plena possibilidades de interpretação, direcionando a leitura para um determinado sentido, o que o diferencia de discursos como o político e o científico, ainda que todos eles tenham uma relação de interdependência.

Por meio dos pressupostos teóricos mencionados anteriormente, compreendemos que a visão de que o Jornalismo é um “espelho” do real não apresenta sustentação teórica. Embora, enquanto instituição, o Jornalismo tenha conquistado historicamente, conforme Franciscato (2005, p. 167), “uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas”. Ademais, faz com que o leitor acredite que as notícias são um índice do real e que os jornalistas não irão ultrapassar a fronteira entre o real e o ficcional, como destaca Nelson Traquina (1993, p. 168). Essa relação paradoxal, no entanto, é vital para o Jornalismo. Afinal, é por meio da imprensa que o leitor espera ler o mundo, ainda que a imprensa não seja o mundo, mas assuma a incumbência de retratá-lo e torná-lo compreensível, passando pelo processo de apuração, seleção das fontes e hierarquização das informações. Os textos de Eliane Brum, por sua vez, possuem um teor opinativo, dotados de “fôlego” com dados e aprofundamento, ao mesmo tempo que assumem uma espécie de “liberdade” quanto

às regras técnicas que orientam o fazer jornalístico informativo. Este, portanto, é o lugar de fala da jornalista, conceito relacionado por Eni Orlandi (2012, p.22) ao plano social, dado que “todo falante ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação” e, por conseguinte, antecipando representações a partir de seu lugar como ouvinte e de seu próprio lugar de locutor.

3.2 O Jornalismo ambiental

A especialização em temas científicos ganhou um grande impulso na Europa e nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século 19. O Jornalismo ambiental, portanto, começa a se configurar como especialização temática da atividade jornalística na Europa na década de 1960. No Brasil, ele surgiu atrelado ao Jornalismo científico (BELMONTE, 2015, p. 1), a partir do último quarto do século 20, mais especificamente entre as décadas de 1970 e 1990. Para Marcos Aurélio Cardinalli (2013, p. 1), o Jornalismo ambiental adquire espaço nos veículos de notícias após os debates ambientais nas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente a que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992³³. Assim, Barros e Lima (2012) afirmam que nesse momento, com os preparativos dos veículos para a cobertura do evento, houve a consolidação do Jornalismo ambiental. Conforme Belmonte (2015 p. 9), os jornalistas discutiram nos cursos preparatórios para esta conferência “a necessidade de mostrar não apenas a importância de preservar o meio ambiente, mas também como fazê-lo”.

De acordo com os pesquisadores espanhóis Javier del Moral e Francisco Ramírez (1993), esse período é marcado pela disseminação de jornalistas especializados em temas científicos e tecnológicos nas redações para atender às distintas necessidades da nova sociedade industrial diante da segmentação do conhecimento; exigência de um conteúdo mais elaborado e com maior profundidade

33 A Organização das Nações Unidas (ONU), realizou em 1992 no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A reunião, ocorrida duas décadas após a primeira conferência do tipo em Estocolmo, na Suécia, ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra. Na ocasião, acordos foram mediados entre os Chefes de Estado presentes. Os países passaram a reconhecer o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações de proteção ambiental.

informativa por parte dos receptores; necessidade de formação permanente dos profissionais com a iniciação da especialização jornalística.

Anteriormente, no Brasil dos anos 1960, natureza, paisagem e aventuras estavam entre as temáticas constantes das revistas ilustradas (SODRÉ, 1988). O estereótipo de um país a descobrir, com um interior isolado e pitoresco a ser desbravado, foi reforçado pela mídia à época, a exemplo da reportagem “Só faltou a onça”, do jornalista José Hamilton Ribeiro. Publicada na Revista Realidade, da Editora Abril, em novembro de 1967, a peça jornalística descrevia uma caçada no Mato Grosso, na região onde está situada a cidade de Nova Mutum (MT). Em livro de reportagens selecionadas da revista (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 103), Ribeiro afirmou: “Essa reportagem, hoje, seria impossível. É política e ecologicamente incorreta. Mas, na época, era aceitável”.

A geografia nacional, que conhecida através de uma viagem real pode-se revelar bastante inóspita e miserável, é um espetáculo colorido nas páginas das revistas. O natural converte-se em monumental. Na atitude do desbravamento contínuo, reafirma-se o mito do bandeirante, a que se associaram – inconscientemente, talvez – a construção de Brasília e as metas desenvolvimentistas posteriores a 1954. (SODRÉ, 1988, p. 50).

Conforme Martínez e Loose (2015), o processo educativo por meio da reflexão sobre as representações da natureza e/ou a partir das representações disseminadas pelo Jornalismo abre espaço para questionamentos e outras percepções do lugar onde vivemos. No entanto, compreendemos que o Jornalismo não é um espelho da realidade, estando a instituição jornalística “entranhada no ambiente em que atua, o qual limita certas possibilidades de produção jornalística. É um ambiente que configura relações e práticas sociais” (FRANCISCATO, 2005, p. 167). Desse modo, o Jornalismo ambiental se relaciona com outras forças sociais. É o que percebemos em reportagens com problematizações ecológicas e/ou socioambientais com a influência, em parte, de um ativismo ecológico³⁴. Contudo, no entendimento da socióloga

34 Ativismo ecológico evidencia o modo como a discussão sobre o meio ambiente ganha força mundial em 1980, agregando ativistas a favor da natureza, dos animais e outras bandeiras, que elaboram ações práticas ou teóricas para atingir seus fins, de forma independente e/ou coletiva, bem como através de coletivos, movimentos sociais e Organizações não Governamentais (ONGs). Os primeiros ativistas ambientais surgiram nos Estados Unidos, nos anos de 1960, diante de uma discussão sobre o futuro do planeta e o desenvolvimento desenfreado tomado pelas camadas industriais. Entre as pautas abordadas por este grupo estão o relacionamento entre meio ambiente e sociedade e medidas governamentais. No Brasil, acompanhando tendência na América Latina, o ativismo ambiental chega na década de 1980, em meio a conflitos entre fazendeiros, garimpeiros, exploradores e ambientalistas, sob a influência de nomes como Chico Mendes (1944-1988) e Dorothy Stang (1931-2005).

Fernanda Petrarca (2008), a questão ambiental tende a não ter prioridade na mídia, dividindo espaço com outras pautas:

[...] quando o tema 'meio ambiente' está em alta nas discussões públicas, nos espaços administrativos e jurídicos, nos movimentos e mobilizações sociais, o seu aparecimento na mídia tende a ser alto, até aparecer outro problema que chame a atenção dos jornalistas" (PETRARCA, 2008, p. 8).

Neste contexto, o movimento ambientalista ganha visibilidade pública a partir da década de 1970 no Brasil. Eram na época pouco mais de trinta associações da sociedade civil ocupadas com assuntos ligados à proteção da natureza (URBAN, 2001, p. 97), a exemplo da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), fundada em Porto Alegre (RS), em 1971. Em nível nacional, a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA), criada em 1998, é um grupo de discussão que promove a cada dois anos o Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, com foco em qualificar a atividade jornalística ambiental.

Segundo Belmonte (2015, p. 4), a atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC) impulsionaram significativamente o Jornalismo ambiental, considerado uma subárea do Jornalismo científico até o final dos anos 1980. "O diferencial da década de 1980 em relação a 1970 foi o aumento do volume de informações [sobre meio ambiente] e a maior presença de fontes científicas" (BARROS; LIMA, 2012, p. 4).

Para Belmonte (2015), a separação entre o científico e o ambiental começou a ser delineada no Brasil com a realização do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em Brasília (DF), no ano de 1989. O presidente da Fenaj na época, Armando Rollemberg (1989, p. 1), afirmou a evidência do "papel dos meios de comunicação no aprofundamento dos debates, na fiscalização da ação dos agentes sociais (governo, comunidade e empresas) e, naturalmente, na definição de políticas para o setor ambiental".

O entendimento sobre a importância de mostrar o problema, com causas e consequências, e as suas soluções possíveis foi uma das questões que ajudou a demarcar o jornalismo ambiental como uma segmentação do Jornalismo no Brasil e estava na pauta do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente. (BELMONTE, 2015, p. 9).

De acordo com Ilza Girardi (2012, p. 137), não há consenso sobre a definição de Jornalismo ambiental e o que interfere em sua prática, embora ele seja considerado como uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas ambientais. Entretanto, ao entender que o Jornalismo ambiental anseia por um conceito que exceda o Jornalismo científico tradicional, não equiparando-o ao Jornalismo econômico ou cultural, Girardi afirma que o Jornalismo ambiental abrange temas para além do meio ambiente:

Entendemos que o jornalismo ambiental extrapola a ideia de ser uma cobertura centrada nos assuntos de meio ambiente. A concepção é outra, independente, baseada na pluralidade de vozes e na visão sistêmica, para além de uma cobertura factual ou programada” (GIRARDI, 2012, p.137).

Na mesma linha, Bacchetta (2000) diz que o Jornalismo ambiental ultrapassa o Jornalismo científico pois envolve a possibilidade de externar concepções filosóficas e éticas e emitir opiniões, os quais diferem da ciência moderna. Na concepção de Morin (2003), trata-se de um pensamento radical, multidimensional, organizador e ecologizado³⁵, o qual exige maior número de fontes, profundidade de conteúdo, abordagem ampla e compromisso social, primordial para o fazer jornalístico. Dessa forma, Moraes (2008, p. 8) entende que o Jornalismo ambiental deve buscar “sua melhor estruturação teórico-prática, a começar pelo aprofundamento do debate sobre seu papel na sociedade atual”, considerando seu caráter “educativo” e “transformador” da informação. Do mesmo modo, Barcelos (2012) destaca a vinculação da educação ambiental com a história, a cultura, a política, as crenças, mitos e ritos sociais. Diante desses fatores, Campos (2006) contempla a necessidade de pensar na alfabetização ecológica³⁶ para a capacitação dos jornalistas:

Aprender a “pensar o todo” é mais que uma disciplina, é uma gnosiologia, é um método de procedimento que pode e deve ser aplicado não apenas em relação ao meio ambiente, mas em relação a tudo o mais na vida. (CAMPOS, 2006, p. 65).

35 Ecologizado, particípio passado do verbo “ecologizar”, deriva de ecologia (definido pelo dicionário Aurélio como “o estudo das relações entre os seres vivos e o meio onde vivem, e de suas recíprocas influências). O termo foi cunhado pelo arquiteto e ambientalista brasileiro Maurício Andrés Ribeiro em seu livro “Ecologizar, pensando o ambiente humano”, publicado em 1998 e no formato de trilogia em 2009, no sentido de sintetizar a busca de um melhor ambiente humano através de uma consciência cósmica (conceito sobre a vida e o universo).

36 Alfabetização ecológica é o processo de ensino-aprendizagem em Educação Ambiental no qual o aluno adquire a capacidade de reconhecer e decodificar aspectos ecológicos locais, tais como bacia hidrográfica, captação de água, escassez hídrica, entre outros. Apoiado em conhecimentos científicos, por meio de educadores ambientais, a alfabetização ecológica auxilia a compreensão das interrelações do meio ambiente com o homem e, assim, identificar soluções práticas no cotidiano.

Nessa perspectiva, Girardi (2012, p.139) diz que “a sociedade precisa ser confrontada com a abordagem sobre os fatores que, interligados, são origem aos graves problemas socioambientais na construção da cidadania ambiental”. Isto é, “que implica responsabilidades partilhadas na busca de uma sociedade sustentável, um convite à modificação de modos de vida” (WALDMAN, 2003).

Segundo levantamento do Instituto de Estudos da Religião (ISER), os jornalistas entrevistados se consideram “aprendizes” sobre meio ambiente, reconhecem o papel de formação e conscientização do Jornalismo, mas se veem reféns da lógica do noticiário centralizado em novidades e eventos dramáticos. Ao mesmo tempo, a maioria dos entrevistados acredita que a problemática vem conquistando maior espaço na mídia e que as mudanças climáticas³⁷ podem se tornar uma nova especialização na área do Jornalismo (CRESPO e VILELLA, 2008, p. 8). Essa é uma tendência recente no currículo de instituições de ensino superior no Brasil, a exemplo da pós-graduação em Mudanças Climáticas e suas Interdisciplinaridades da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP) que, entre outros temas, trata de seus efeitos no meio ambiente Amazônico.

Diante da crescente preocupação social frente às questões ambientais, há de se considerar as funções informativa, pedagógica e política do Jornalismo ambiental (BUENO, 2008), cumprindo seu compromisso social de informar e mobilizar a sociedade para o exercício da plena cidadania. Girardi (2012, p.140), afirma que “a qualidade da mediação entre as fontes e o público está relacionada ao grau de questionamento, argumentação e exploração das obviedades e consensos estabelecidos”. Portanto, além de expor os fatos, o Jornalismo precisa explicá-los e relacioná-los com o cotidiano, como destaca John (2001, p. 88):

Cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, técnicas e tecnologias e descobrir que relação têm elas com a destruição ou preservação dos recursos naturais; com a integridade e funcionamento dos ecossistemas ou do meio ambiente urbano. Também cabe ao jornalista ambiental acolher e investigar denúncias e disseminá-las no meio mais adequado, provocando reações locais ou globais.

37 Mudança climática é o campo de estudo que compreende o conjunto de alterações nas condições do clima da Terra pelo acúmulo de grandes quantidades de gases poluentes, como dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄), na atmosfera. Essas mudanças são devidas em grande parte à atividade humana, intensificadas há pelo menos 150 anos, desde a Revolução Industrial, resultando em fenômenos como secas e inundações em diferentes partes do mundo.

Em uma perspectiva ampla, Girardi diz que “a agenda global determina um novo olhar para as ações locais e as põe no cenário de forma inédita” (2012, p. 145). Assim, entende que esse cenário configura o começo da institucionalização de como incorporar verdadeiramente o adjetivo “ambiental” no exercício do Jornalismo, atendendo a dimensão do tema e seus múltiplos desdobramentos. Essa necessidade, portanto, urge repensar a prática jornalística.

Nesta concepção, Leff (2006, p. 136) defende a busca de uma racionalidade ambiental, fundamentada “no contexto e contrafluxo da racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social”. Uma lógica que conjugue “uma nova ética e novos princípios produtivos com um pensamento da complexidade que questiona as ciências para incorporar o saber ambiental emergente” (LEFF, 2001, p. 250). Essa racionalidade implicaria na mudança nas redações, a fim de que o meio ambiente se torne um tema transversal na atividade jornalística, que contemple a variável ambiental em toda a sua complexidade. Ademais, esclarecer questões em torno da questão ambiental, em busca de respostas e significação dos dizeres por meio de uma abordagem científica que permita uma interpretação clara, crítica e (auto)reflexiva.

Compreender e praticar a visão sistêmica são rudimentos importantes no exercício do jornalismo. E essa predisposição em enxergar sistemicamente será de grande valia na descoberta de novas pautas ou na abordagem mais completa dos mesmos assuntos. Em última instância, o que se pretende é qualificar o trabalho do jornalista não apenas para denunciar o que está errado, mas também para sinalizar rumo e perspectiva para a sociedade, através das histórias que conta ou escreve. (TRIGUEIRO, 2005).

De acordo com Sodré (2009, p. 26), a complexidade ambiental envolve uma “revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas, para com isso construir um novo saber que oriente a construção de um mundo sustentável, democrático e menos desigual”. Desta forma, compreendemos que em Jornalismo ambiental tudo é informação, desde o próprio meio ambiente, o espaço às suas diversas manifestações, a fim de auxiliar na compreensão e incorporação do saber ambiental [...] e romper com as visões reducionistas sobre meio ambiente que ainda estão presentes na sociedade, como destacam Martínez e Loose (2015). Para tanto, é necessário ouvir as diferentes vozes e olhares mais abrangentes possíveis no fazer jornalístico, a fim de que os cidadãos

sejam os elementos centrais da participação, discussão e decisão dos fatores que envolvem as questões socioambientais, nos mais diferentes contextos.

Mais que noticiar sobre fenômenos e fatos relacionados ao meio ambiente, o jornalismo ambiental tem a função social de informar com qualidade a seus públicos, de modo que eles possam conhecer seus direitos e deveres, os problemas e as discussões a eles relacionados, e agir em prol da sustentabilidade da vida (MARTÍNEZ, LOOSE, 2015, p. 9).

Assim, o Jornalismo ambiental cumpre a sua natureza transformadora, mobilizadora e mediadora do debate público, com informações qualificadas e em busca de uma sustentabilidade plena e da consolidação efetiva da cidadania. Ao mesmo tempo em que contribui para a educação ambiental e propõe mudanças profundas e relações integradoras, em toda a sua complexidade.

4 METODOLOGIA

4.1 Método da Análise de Discurso

Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa para compreender o tema aqui proposto, que dá conta do discurso jornalístico acerca das políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal em 2019, a partir das colunas de Eliane Brum, no jornal *El País Brasil*. Dessa forma, a noção de qualitativo é para pensar em qualidade numa intersecção às características específicas de alguém ou alguma coisa, não se tratando de mérito ou algo positivo (MARTINO, 2018). O objetivo é mostrar como as análises empreendidas nas colunas da jornalista mencionada contribuem para a compreensão, observação e reflexão crítica do discurso jornalístico diante do tema central desta pesquisa; compreender e interpretar as relações sociais que ultrapassam determinado contexto; analisar a informação local veiculada por meio dos discursos jornalísticos relativos a meio ambiente. Portanto, não há preocupação com o tamanho da amostra, mas sim com suas características (MARTINO, 2018, p. 100).

A pesquisa qualitativa é um método relacionado com a parte subjetiva do objeto analisado. Assim sendo, responde a questões muito particulares, trabalhando – com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21 - 22). Por sua vez, ela busca estabelecer a compreensão de questões específicas e os motivos de determinado fenômeno. Ou seja, [...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 2002, p. 22).

Quanto à coleta de dados, foram realizadas pesquisas exploratória, bibliográfica e documental. A primeira tem por finalidade a elaboração de um instrumento de pesquisa adequado à realidade; a segunda, significa realizar um movimento de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico (DE LIMA; MIOTO, 2007), a fim de contribuir na construção do referencial teórico. O objetivo, em geral, - “é sistematizar linhas de pensamento a respeito de um assunto [...] procurando organizar

o caminho percorrido pelas autoras e autores” (MARTINO, 2018, pp. 95 e 96). A terceira e última, portanto, visa a coleta de documentos como, por exemplo, textos opinativos, notícias e reportagens, entre outros, sobre a temática a ser analisada.

Para ingressarmos propriamente na exploração desse material, valemo-nos da Análise de Discurso (AD) – teoria proposta por Michel Pêcheux (1938-1983), então pesquisador da École Normale Supérieure (ENS Paris), no final da década de 1960, na França. Conforme Eni Orlandi (2001, p. 15), o discurso aparece como um processo dinâmico, em movimento, e inserido ao contexto em que vivemos/falamos.

A análise do discurso, como o próprio nome indica, [...] não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem; com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2007, p. 15).

A autora compreende que todo discurso está associado a um contexto sócio histórico, no qual os fatores ideológicos possuem uma condição de preponderância, exercendo influência na constituição dos significados. Considerando que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia³⁸” (ORLANDI, 2009, p. 22), a ideologia assume uma posição de destaque na análise de discurso, desta vez não mais no plano das representações ou “ocultação”, como designam as ciências sociais³⁹, porém como parte integrante da realidade, o espaço em que se realiza a articulação entre língua e história.

Na análise de discurso, o texto se transforma num ‘produtor de sentidos’ em potencial e contribui, sobretudo, para ampliar os significados da ideologia: ‘ideologia é o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que aparece, no entanto, como a interpretação necessária, e que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado’ (ORLANDI, 1997, p. 100).

Logo, cabe a nós compreender as relações entre linguagem e discurso, fazendo-se necessária a necessidade de estabelecer um conceito de discurso e uma teoria de

38 A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação (ORLANDI, 1997, p. 20).

39 No campo das ciências sociais, a ideologia é definida como “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (CHAUI, 1994, p. 113).

linguagem que possibilitem uma linha de análise a partir de determinados entendimentos tomados (como veremos no próximo capítulo). Em “O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites”, de Freda Indursky (UFRGS), evoca-se a teoria da linguagem, que se interessa por textos e busca definir um procedimento que permita se fazer uma descrição não-contraditória e prolongada acerca de um determinado texto. Da mesma maneira, em que se possa abordar outro texto de mesma natureza, e fornecer-nos subsídios utilizáveis para estes textos. Estes conhecimentos se referem aos processos ou aos textos aos quais eles se sobrepõem, no mesmo momento que se referem ao sistema ou à língua que comanda a estrutura de todos os textos de mesma origem, e que nos possibilita a construção de novos textos. Em virtude dos conhecimentos linguísticos assim obtidos, podemos considerar, para uma mesma língua, todos os textos conceptíveis ou teoricamente prováveis. Entretanto, não é suficiente que a teoria da linguagem possa descrever e prever todos os textos possíveis de uma dada língua; é preciso ainda que, sobre a base de um conhecimento da linguagem, ela possa fazer o mesmo para os textos de qualquer língua [...] (HJELMSLEV, 1968, p. 31-2).

A língua não se constitui de palavras ou de frases independentes, mas em discurso contínuo, seja ele um enunciado constituído de apenas uma palavra, ou uma obra de dez volumes, um monólogo ou uma discussão política (HARRIS, 1969, p. 10-11).

Nessa perspectiva, o texto pode ser definido como um conjunto ordenado de instruções exercido entre os agentes de comunicação, que conferem a ele um significado próprio. Portanto, um texto isolado não dispõe de um significado, uma vez que este é desenvolvido na prática da atuação comunicativa. Indursky cita Siegfried Schmidt (1973), que reflete a Teoria do Texto, para categorizar níveis distintos de significação textual, divididos entre “sentido” e “instrução”. O primeiro assume um papel de ordem informativa e comunicativa, e o segundo refere-se à sua relevância.

Texto é uma rede de determinações. É manifestamente uma totalidade onde cada elemento mantém com os outros relações de interdependência. Estes elementos e grupos de elementos seguem-se em ordem coerente e consistente, cada segmento textual contribuindo para a inteligibilidade daquele que segue. Este último, por sua vez, depois de decodificado, vem esclarecer retrospectivamente o precedente (WEINRICH, 1973, p. 174).

Segundo estes autores, para que o texto se constitua numa “ocorrência comunicacional”, ele deve atender a uma série de critérios interdependentes, sendo

estes: coesão (refere-se à relação das dependências entre as frases) e coerência (deriva da lógica interna do texto), os quais estabelecem a interrelação semântica dos elementos textuais, responsáveis pela conectividade textual. Conforme Indursky (2001), a coerência do texto decorre da rede de significações estabelecidas na superfície textual pelo viés das relações coesivas. Na sequência, a autora destaca cinco critérios pragmáticos do texto: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. O fator de intencionalidade corresponde ao efeito pretendido no jogo de atuação comunicativa, a intenção do autor em sua história; e a aceitabilidade apresenta a contraparte, ou seja, quando o autor ao produzir um enunciado tem uma intenção ou objetivo provável com o leitor que, por sua vez, age (intuitivamente) para compreender e interpretar o enunciado. O princípio de situacionalidade aponta para a pertinência e relevância do texto em relação ao contexto interpretativo, ou seja, o texto precisa corresponder à situação de uso a qual esteja vinculado, a fim de permitir que o leitor possa significá-lo. A informatividade diz respeito à distribuição da informação no texto, com o grau de previsibilidade/redundância de informações novas veiculadas. A intertextualidade alude à influência de um texto sobre outro, isto é, o sentido de um texto quando colocado em relação a outros, como seu contexto.

Uma frase é uma unidade linguística abstrata, puramente teórica, um conjunto de palavras combinadas segundo as regras da sintaxe, conjunto este tomado fora de qualquer situação de discurso; o que produz um locutor, o que ouve seu interlocutor, não é pois uma frase, mas é o enunciado particular de uma frase (DUCROT, 1980, p. 7).

Em *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*, de Eni Orlandi (2003), é dito que o leitor é afetado por certos sentidos e não por outros devido a alguns fatores, como a história, e, talvez, o jogo da linguagem e do equívoco. No entanto, a autora diz que realizamos esta escolha motivada pelo nosso relacionamento com a linguagem e a história e, também, pela nossa experiência simbólica e mundial, através da ideologia. Diante disso, ressalta a existência das múltiplas maneiras de se estudar e de significar a linguagem. Conforme Orlandi (2003), desde a antiguidade vários estudos foram realizados, embora não sistematizados, sobre a linguagem e sua produção de sentidos. Entretanto, enfatiza que, apenas na década de 1960, a AD

assume destaque com a linguística, o marxismo⁴⁰ e a psicanálise⁴¹, mas não se restringe somente a estes campos do conhecimento.

Em sua concepção, a Análise de Discurso procura, sobretudo, entender o sentido da linguagem, como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história. A AD, portanto, propicia uma relação de proximidade com a linguagem, tendo em vista que o discurso é a manifestação da linguagem e concebe-a como o intermédio entre o homem e a realidade social. Considerando o homem em sua história, a AD leva em conta os processos e condições de produção da linguagem, observando a relação firmada entre a língua e o sujeito que a fala e a situação em que esta fala ocorre. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2003. p.16).

Essa articulação, fundamentada em uma reflexão sobre a história epistemológica e a filosofia empirista, objetiva a mudança da prática das ciências sociais e dos estudos de linguagem. Em outras palavras, "a análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político" (PÊCHEUX, 1982), de modo a refletir sobre a forma como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia é manifestada na linguagem. Pois, conforme Pêcheux *apud* Orlandi (2012, p. 17), "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido". Assim, é possível observar no discurso a relação entre linguagem e ideologia, e entender a forma como a linguagem fornece sentidos pelos/para os sujeitos.

Por conseguinte, pode-se perceber que os estudos discursivos "visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística" (ORLANDI, 2007, p. 16). Na sua definição, a noção de discurso se distancia da forma como seus

40 Marxismo é um conjunto de conceitos de natureza política, econômica, social e cultural, etc., elaborado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Baseado na economia política inglesa do início do século 19, na filosofia idealista alemã (esp. Hegel) e no pensamento socialista inglês e francês (esp. o chamado *socialismo utópico*), esta teoria sobre a evolução da sociedade pretende explicar cientificamente o capitalismo sob o ponto de vista socialista.

41 Psicanálise é um campo de estudo criado pelo médico neurologista e pesquisador austríaco Sigmund Freud (1856-1939), empregado no tratamento de transtornos mentais. Este método consiste na interpretação, por parte de um psicanalista, dos conteúdos inconscientes de palavras, ações e produções imaginárias de um indivíduo, conforme associações livres (técnica de valor terapêutico) e de transferência (definida como um deslocamento de sentido).

elementos fornecem o esquema elementar da comunicação, que consiste em remetente, destinatário, código, referente e mensagem – sendo que o remetente transmite uma mensagem (informação) ao destinatário, que, por sua vez, é formulada em um código relativo a algum elemento da realidade, o referente. Desse modo, conceituamos o discurso como o efeito de sentidos entre locutores, como evidencia Orlandi (2000, pp. 20 e 21).

O discurso não corresponde à noção de fala, [...] sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opusermos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto (ORLANDI, 2000, p. 22).

Dessa forma, compreende-se que o discurso jornalístico é um discurso narrativo que “[...] tenta, a todo custo, dominar o devir; situar racionalmente os acontecimentos; dar sentido à ocorrência dos fenômenos, tanto dos fenômenos provocados pelo desencadear das forças da natureza como dos provocados pela ação do homem” (MARQUES, 2008, p. 7). Estabelecido o conceito de que uma narrativa é uma construção discursiva, são estudados nesta pesquisa os sentidos contidos nos discursos de produtos jornalísticos que, de forma recíproca, impactam as narrativas sobre temas específicos, as quais este trabalho se refere, tendo como objetivo mostrar como as análises empreendidas nas colunas da jornalista Eliane Brum, publicadas no Jornal El País Brasil, contribuem para a compreensão, observação e reflexão crítica do discurso jornalístico acerca das políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal no ano de 2019.

4.2 Eliane Brum

Nascida em maio de 1966, na cidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul (RS), Eliane Brum é jornalista, escritora e documentarista. Durante 11 anos, foi repórter do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, e por 10 anos repórter especial da Revista Época, em São Paulo (SP). No decorrer de sua carreira, conquistou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem, como Esso, Vladimir Herzog, Ayrton Senna, Líbero Badaró, Sociedade Interamericana de Imprensa e Rei de Espanha. Em 2008, foi agraciada com o Troféu Especial de Imprensa, que destaca o trabalho de profissionais na cobertura de assuntos ligados aos direitos humanos no país. Há uma década é

freelancer⁴² e desenvolve projetos com populações tradicionais da Amazônia e da periferia da Grande São Paulo.

Em 2013, estreou sua coluna quinzenal, em português e espanhol, no jornal El País. Desde 2018, assina uma coluna no jornal El País impresso, de Madri, Espanha. Também é colaboradora do jornal britânico The Guardian e de outras publicações europeias. Em seus artigos, Eliane tece análises sobre a situação da política brasileira e mundial e a problemática relacionada às questões socioambientais da Amazônia, a partir da perspectiva dos povos desfavorecidos, das periferias e das florestas. Em 2011, quando passou a acompanhar a construção da usina de Belo Monte, sua relação com a bacia hidrográfica do rio Xingu, uma das mais importantes da Amazônia, e com os povos nativos, se aprofundou. Em sua primeira viagem à Amazônia no ano de 1998, em razão de uma reportagem sobre a Transamazônica⁴³ para o jornal Zero Hora, até mudar-se, em 2017, para Altamira – município localizado no estado do Pará (PA), na região Norte, considerado o maior em extensão e também o mais violento do Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) –, com o propósito de realizar a cobertura dos principais eventos e conflitos ocorridos na região amazônica *in loco* (no próprio local, no latim).

É autora de oito livros – desses, sete de não ficção e um romance –, além de participar de coletâneas de crônicas, contos e ensaios. O título “Coluna Prestes: o avesso da lenda”, publicado pela editora Artes e Ofícios, em 1994, vencedor do Prêmio Açorianos de autora-revelação, considerado o mais importante prêmio cultural do estado do Rio Grande do Sul. “A Vida Que Ninguém Vê” (Arquipélago Editorial, 2006), reconhecido pelo Prêmio Jabuti 2007, o mais tradicional prêmio literário do Brasil, como melhor livro reportagem. O romance “Uma Duas” (LeYa, 2011), finalista dos prêmios Portugal Telecom, São Paulo de Literatura e Jornada Nacional de Literatura (Zaffari-Bourbon), se expandindo para o mercado internacional, em 2014. A obra “Dignidade”, lançada na Itália em 2011 pela editora Feltrinelli e no Brasil em 2012

42 Freelancer é um termo em inglês que se refere a um profissional liberal que presta serviços de modo autônomo para diferentes empresas ou pessoas, por um período determinado de tempo.

43 A Transamazônica, ou Rodovia Transamazônica (BR-230), atravessa o Brasil de leste a oeste (rodovia transversal), com extensão implantada de 4260 quilômetros, sendo a terceira maior do país, percorrendo os estados da Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Com o objetivo de interligar a região Norte ao restante do país, tornou-se conhecida como uma “obra faraônica”, sendo construída no período de regime militar no Brasil. No Governo Jair Bolsonaro, 12 quilômetros de pavimentação da Transamazônica foram entregues em dezembro de 2019. Os genocídios e desmatamento em áreas próximas à rodovia são alguns dos problemas ocasionados por sua construção, alvo de críticas de povos indígenas e ambientalistas.

pela editora LeYa, finalista do prêmio Jabuti 2013, como melhor livro de reportagem. Em outubro de 2019, lançou o livro de reportagens em inglês “The Collector of Leftover Souls” (“O colecionador das almas sobradas”, na tradução). Editado pela Graywolf, entrou para a lista dos 10 melhores livros estrangeiros do National Book Award, um dos mais importantes prêmios literários dos Estados Unidos da América.

Especialmente sobre a Amazônia, Eliane escreveu “O Olho da Rua – uma repórter em busca da literatura da vida real”, que traz os bastidores de dez grandes reportagens, iniciando com a história de um parto realizado por parteiras da floresta. O livro foi publicado pela Editora Globo em 2008, e relançado pela Arquipélago Editorial, em 2017. A coletânea “A Menina Quebrada” (Arquipélago, 2013), vencedora do Prêmio Açorianos de Melhor Livro do Ano, que aborda questões políticas e socioambientais, especialmente relacionadas à Amazônia. “Entre as quatro linhas” (DSOP, 2014), que se passa na Terra do Meio, na Amazônia, com versão e-book (livro digital) traduzida em alemão, em 2014. “Brasil, construtor de ruínas” (Arquipélago Editorial, 2019), que analisa as transformações do país desde a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva até os primeiros cem dias do governo de Jair Bolsonaro, além de retratar a violação da floresta por governos, tanto de esquerda quanto de direita ao longo da história.

Como documentarista, destaca-se “Uma História Severina” (2005), que contribuiu para o debate na sociedade brasileira sobre a liberação da interrupção da gravidez em caso de anencefalia do feto, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), obtendo o reconhecimento de 17 prêmios nacionais e internacionais. Em 2017, o documentário “Eu+1 – uma jornada de saúde mental na Amazônia”, que narra a experiência da Clínica de Cuidado – que integra o projeto “Refugiados de Belo Monte”, do qual a jornalista é uma das coordenadoras –, formada por um grupo voluntário de profissionais da área de saúde mental junto à população expulsa dos “beiradões” do Xingu para a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, situada próximo à Altamira.

Eliane Brum realiza também conferências e participa de debates no Brasil e no exterior. Em maio de 2019, promoveu uma palestra na universidade de Dartmouth, nos Estados Unidos, denominada: “Por que a Amazônia é o centro do mundo. E por que isso significa que estamos ferrados”. No mesmo mês, deu uma palestra sobre “A Amazônia e a criação de futuro” na Universidade de Harvard, em Cambridge, no estado de Massachusetts (EUA). Em outubro de 2019, participou do debate “A

situação do Brasil e a resistência em tempos de Bolsonaro” no Festival da Internazionale, principal revista italiana, em Ferrara.

4.3 Recorte da pesquisa - Jornal El País Brasil

Com sede em Madri, na Espanha (Europa), o jornal El País foi fundado no dia 4 de maio de 1976, “ao amparo de uma convicção irrenunciavelmente democrática” (conforme consta em seu primeiro editorial), alicerçado em ideais de independência e defesa da liberdade – sendo pioneiro neste quesito na Espanha. O El País surge no período de transição para a democracia, após o fim do Franquismo (ditadura de Francisco Franco), desempenhando um papel importante na consolidação da democracia espanhola e no desenvolvimento do país em um mundo globalizado.

De propriedade do Grupo PRISA – o maior conglomerado de mídia espanhol, atuante na área de comunicação, educação, cultura e entretenimento; fundado pelo empresário Jesús de Polanco, em 1972 –, o veículo foi criado por ele e pelos jornalistas José Ortega Spottorno e Juan Luis Cebrián, atual diretor executivo do Grupo. Possui escritórios nas principais cidades espanholas (Barcelona, Sevilha, Valência, Bilbao e Santiago de Compostela), onde produz diferentes versões com conteúdo em galego, catalão e euskera, para cada uma das regiões autônomas (comunidades) do país, sendo uma das mais recentes a ser criada a da Galiza.

O El País conta com uma média de 457 mil exemplares diários, sendo um diário de grande circulação, com a maior tiragem da Espanha. Em outubro de 2017, o jornal triplicou sua audiência digital, atingindo a marca de 100,3 milhões de leitores mensais, sendo metade desse número oriundo de fora da Espanha, especialmente da América Latina, de acordo com dados internos da empresa. Tornando-se, assim, o jornal mais lido em espanhol no mundo, entrando para o top 10 mundial dos veículos de comunicação mais lidos do mundo na internet, que é liderado pela agência de notícias oficial do governo chinês Xinhua.

Do ponto de vista editorial, o veículo “se define como uma mídia independente, nacional, de informação geral, com uma clara vocação global e especialmente latino-americana” (El PAÍS, 2014, p. 27). Sob o aspecto ideológico, caracteriza-se por ser um jornal diário de tendência socialdemocrata próxima à centro-esquerda espanhola, com destaque para informações de âmbito internacional, de cultura e de economia, e

sobre a Espanha. Contudo, nos últimos anos, observa-se que sua linha editorial assumiu posições próximas ao liberalismo, demonstrado por suas posturas críticas sobre a nova esquerda na América Latina, vinculada aos movimentos populistas, sendo especialmente crítico em determinados assuntos relativos a questões políticas e sociais (El PAÍS, 2014).

Diante de um interesse internacional, surge uma edição global impressa e distribuída na América Latina. Conforme a direção editorial, “o crescimento excessivo de acesso ao site espanhol por parte do público brasileiro, motivou a criação de uma versão em português”. Dessa forma, foi lançada em 26 de novembro de 2013 uma versão digital exclusivamente em português, denominada El País Brasil⁴⁴, fundada um ano após o El País América – elaborado na cidade Cidade do México, capital do México, sob o comando de Luis Prados. Com uma redação própria em São Paulo, a edição brasileira se transformou em uma referência jornalística no Brasil, registrando o crescimento de 72% em um ano e chegando ao seu quarto aniversário com mais de 6,5 milhões de usuários em 2017, estando entre os jornais mais lidos do país.

Segundo dados divulgados pela empresa norte-americana de análise da internet ComScore, o El País Brasil atingiu, somente em termos de audiência digital, 6,5 milhões de leitores em setembro de 2017, o que configura um crescimento de 72% em relação ao ano passado. Foram 23 milhões de páginas acessadas nesse período, uma expansão de 22% em um ano. Um dos motivos para as audiências expressivas do veículo são os artigos de opinião. A edição espanhola, por exemplo, obteve um aumento de 200% de usuários únicos acessando artigos de opinião em um ano – dos dez conteúdos mais lidos durante o mês de outubro, sete eram editoriais e artigos opinativos –, um número superior ao das demais seções. Essa tendência se reflete na versão brasileira, assim como nas redes sociais, onde distribui sua informação, com mais de 2.6 milhões de seguidores, divididos entre Facebook (1.068,821 milhão), Twitter (679,4 mil) e Instagram (883 mil), até o dia 22 de maio de 2020 (quando foi feita esta coleta dos dados).

Conforme os autores, Rogelio Fernández-Reyes, José Luis Piñuel-Raigada, Miguel Vicente-Mariño (2015, p. 126), no artigo em espanhol “La cobertura periodística del cambio climático y del calentamiento global en El País, El Mundo y La

44 Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>.

Vanguardia⁴⁵”, publicado na Revista Latina de Comunicación Social, a imprensa começou a ecoar as mudanças climáticas e o aquecimento global na década de 70. Em análise sobre a questão ambiental no jornal El País, Reyes, Raigada e Mariño verificam a presença de um artigo e de um relatório reconhecendo o aquecimento global já nos primeiros meses de veiculação:

A primeira é de Benito R. Mallo, que, sob o título "The Earth Heats Up", aborda as relações de causa-efeito entre os componentes atmosféricos (Mallo, El País, 8 de agosto de 1976); e o segundo é um relatório de Alfonso García, intitulado "O clima global mudará", que é apoiado por um "anúncio escandaloso" feito pelo Conselho Internacional de Sindicatos Científicos, no âmbito do comitê de problemas ambientais (García, El País, 17 de outubro de 1976). (REYES, Rogelio Fernández; RAIGADA, José Luis Piñuel, MARIÑO Miguel Vicente, 2015, p. 126).

Ainda entre os anos de 1992 e 1998, existem cinco editoriais que abordam o assunto com o termo "efeito estufa", sem nomear as mudanças climáticas, segundo os autores citados acima. Em outras ocasiões, também trata de "mudanças climáticas", no plural, como é intitulado um dos tratados abordados na conferência Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. No restante do conteúdo analisado pelos autores pode-se identificar a coexistência dos conceitos "efeito estufa" e "mudança climática", prevalecendo este último.

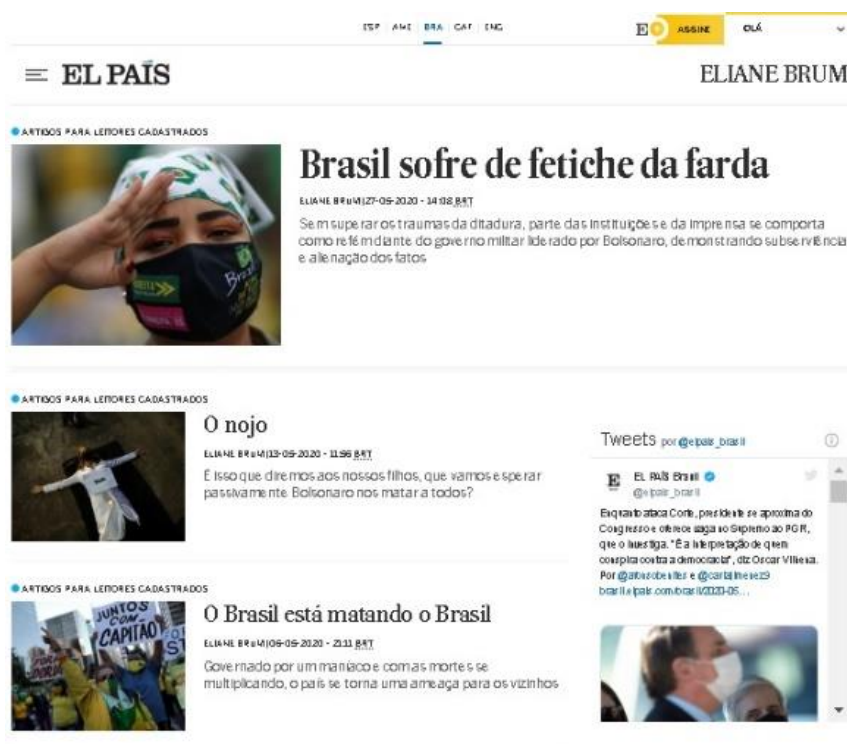
Em termos métricos, Reyes, Raigada e Mariño (2015) observam que, desde setembro de 2014, os dados do El País são extraídos com o Factiva (ferramenta de informações e pesquisa de negócios, criada em 1999, que fornece às organizações recursos de pesquisa, disseminação e gerenciamento de informações) para avançar em um processo que denominam "homogeneização dos mecanismos de pesquisa" com os quais o *Center for Science and Technology Policy Research* (Centro de Pesquisa em Políticas de Ciência e Tecnologia), instituto de pesquisa científica em Boulder, Colorado (EUA), atua.

O El País anunciou em maio de 2020 o lançamento de seu modelo de assinatura digital, fechando seu conteúdo e passando a cobrar 10 euros por mês – cerca de 60 reais, em conversão direta. A partir de então, os leitores da internet poderão consultar gratuitamente até 10 artigos por mês, mas depois terão de assinar para ter acesso completo ao conteúdo da edição espanhola. Segundo o editorial, por enquanto, o El

45 A cobertura jornalística das mudanças climáticas e do aquecimento global em El País, El Mundo e La Vanguardia. Tradução nossa.

País Brasil continua aberto, e os leitores brasileiros “terão um preço diferenciado para acessar somente as notícias em português”, consta na publicação do dia 1º de março de 2020.

Figura 1 - Coluna de Opinião de Eliane Brum



Fonte: print da página inicial da coluna de opinião de Eliane Brum no jornal El País Brasil, em 29 de maio de 2020.⁴⁶

4.4 Textos analisados do Jornal El País Brasil

Neste estudo, são analisados seis textos publicados pela jornalista Eliane Brum no Jornal El País Brasil entre os meses de janeiro e setembro de 2019, os quais foram dispostos em três categorias, de acordo com seu tema central. São elas: 1) Jornalismo, 2) Análise do Governo Federal e 3) Amazônia e políticas públicas ambientais. São analisados dois textos em cada categoria (conforme consta na tabela a seguir).

Do montante de conteúdos publicados pelo jornal virtual ao longo desses nove meses – que contempla o período de realização da disciplina de Projeto de

⁴⁶ O modelo de navegação da página inicial do jornal El País Brasil acompanha a última postagem feita na data em que for acessado.

Monografia, cursado durante o segundo semestre de 2019, e em meio aos incêndios florestais ocorridos na Floresta Amazônica que ganharam ampla repercussão na imprensa internacional no ano referido – foram coletados os textos que tratavam da Amazônia e, conseqüentemente, os que abordavam as seis temáticas centrais delimitadas em categorias para esta pesquisa. A formulação e organização dessas categorias derivam da análise de políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal em 2019, na ótica de Eliane Brum em sua coluna no jornal *El País Brasil*, e a sua concepção principal baseia-se em apreciar cada uma das temáticas que compõem esta pesquisa, dada a visão panorâmica sobre os sentidos que as norteiam.

Em seguida, foram selecionados os textos que apresentavam marcas discursivas de maior significância para compreender o discurso jornalístico acerca das políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal em 2019. Considerando que a análise de discurso é uma técnica que prioriza a profundidade e não a qualidade, são analisados apenas seis textos, o que viabiliza o tipo de pesquisa e o tempo que se dispõe para que ela seja bem executada, diante de toda a profundidade e complexidade do tema central.

Tabela 1 – Textos analisados do jornal *El País Brasil*

Texto	Categoria	Título da matéria	Data
A1	Jornalismo	“As crianças tomam conta do mundo: Num planeta governado por adultos infantilizados como Trump e Bolsonaro, meninas de diferentes países lideram uma rebelião pelo clima e marcam uma greve global de estudantes para 15 de março”	27 de fevereiro de 2019

A2		<p>“A Amazônia é o centro do mundo: Eliane Brum apresentou este discurso durante jantar no primeiro encontro do 'Rainforest Journalism Fund', em Manaus, em julho”</p>	<p>2 de agosto de 2019</p>
B1	<p>Análise do Governo Federal</p>	<p>“O chanceler quer apagar a história do Brasil: Como o ideólogo do governo Bolsonaro usa José de Alencar para pregar a assimilação dos indígenas e justificar a abertura de suas terras para o agronegócio”</p>	<p>9 de agosto de 2019</p>
B2		<p>“Doente de Brasil: Como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da autoverdade”</p>	<p>16 de janeiro de 2019</p>
C1	<p>Amazônia e políticas públicas ambientais</p>	<p>“Planeta em chamas: Enquanto bombeiros tentam apagar fogo na Europa, no Brasil fazendeiros queimam a Amazônia”</p>	<p>22 de agosto de 2019</p>
C2		<p>“‘A notícia é esta: o Xingu vai morrer’: O Ministério Público Federal adverte que a maior tragédia amazônica hoje</p>	<p>12 de setembro de 2019</p>

	na região de Altamira é o ‘ecocídio’ da Volta Grande do Xingu”	
--	---	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Na primeira coluna da tabela, consta a forma como os textos são apontados na análise. As matérias analisadas estão inseridas na íntegra ao final deste trabalho, na seção de Anexos, porém, nós destacaremos alguns excertos de cada uma delas. A definição dos pilares que norteiam esta pesquisa, deve-se, sobretudo, ao fato do El País estar entre os 100 maiores de maior circulação no mundo, segundo pesquisa realizada pela Associação Nacionais de Jornais (ANJ, 2011), e por estar presente em países populosos ou de ligação histórica com o Brasil. A jornalista Eliane Brum, por sua vez, é alvo da pesquisa por ser considerada uma referência no Jornalismo ambiental, especificamente sobre as questões que envolvem a Amazônia, em decorrência, também, de sua proximidade com a região, além de ser premiada internacionalmente na área.

Na análise, verificamos os sentidos existentes nos textos e, para tanto, vamos separar algumas marcas discursivas, pois, constantemente, elas reaparecem ao longo das matérias. Destes materiais, foram analisados os elementos textuais, que compreendem os títulos, intertítulos e os textos em si.

5 ANÁLISE

Na análise dos discursos presentes nos seis textos da coluna de Eliane Brum, no jornal El País Brasil, pode-se observar que os sentidos convergem para cinco Formações Discursivas (FDs), as quais são estabelecidas como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito (ORLANDI, 2013, p. 43).

As Formações Discursivas que irão conduzir esta seção da pesquisa são: a política ambiental do governo Bolsonaro; a problemática ambiental e políticas públicas; interesses e conflitos na Amazônia; desmatamento e queimadas na Floresta Amazônica; a importância da Amazônia para o mundo. As FDs recém mencionadas buscam relacionar o que está sendo dito, as formações ideológicas e as posições dos sujeitos e suas diferentes representações, dentro do tema proposto delimitado como princípio norteador do presente estudo. Os excertos dos textos são organizados em sequências discursivas (SDs) para efetuar o processo de análise e as marcas que consideramos exemplificar as nossas constatações são assinaladas em itálico.

5.1 Amazônia sob os holofotes da mídia

No que tange à questão ambiental, foco de interesse deste trabalho, analisaremos como a jornalista Eliane Brum retrata a efetividade e problemática das políticas públicas de meio ambiente adotadas pelo Governo Federal em 2019, relacionando seus impactos e consequências na Floresta Amazônica, em sua coluna no jornal El País Brasil. Neste capítulo, veremos como a autora apresenta a repercussão dos acontecimentos na floresta na mídia internacional, das queimadas e desmates às ações políticas e protestos, e como a própria jornalista auxilia no processo de produção do saber e de expansão da informação acerca das questões relativas à ciência, política, meio ambiente e sociedade, relacionando-os a partir de uma visão local e global. Ao mesmo tempo em que este trabalho se propõe a mostrar, evidenciar e ressaltar como a Amazônia é vista da perspectiva de uma política de Estado, enfatizando, de acordo com as expressões empregadas, certos aspectos concernentes a esse contexto. Consideremos este trecho extraído do texto A2:

Durante mais de duas décadas, eu me desloquei para as diferentes regiões da Amazônia e depois voltei para Porto Alegre, primeiro, depois para São Paulo, onde vivia. Em 2017, me mudei para Altamira, para deixar de ser ‘enviada especial’ à Amazônia, mudar o ponto de vista a partir do qual eu olhava para o Brasil e para o planeta e ser coerente com a convicção de que a floresta é o centro do mundo. SD1

Nesta parte, a autora procura reafirmar a sua proximidade com a região em distintos períodos de tempo – primeiro, há *mais de duas décadas*, depois *em 2017* –, dados que conferem legitimidade e verossimilidade ao seu discurso. No ano referido, Eliane afirma que deixa a função de “enviada especial”⁴⁷ para fixar residência na cidade de Altamira, incumbida da missão de cobrir e investigar os fatos desenrolados na região que abriga a maior floresta tropical do mundo. O emprego de expressões verbais como *mudar o ponto de vista* e *ser coerente* remetem a um processo de “sair de fora para dentro”, ou seja, de estreitar laços em busca de uma maior proximidade e interação com o tema que se propõe reportar – a Amazônia. Com o propósito de promover um equilíbrio e unidade de ideias dentro do texto, seguindo uma lógica que contemple todos os argumentos apresentados para que a mensagem final faça sentido. O qual, a partir desta SD, e reiterada através da expressão *a floresta é o centro do mundo*, reforça a ideia de que é única e exclusivamente neste espaço que se desenrolam tais eventos – os quais, segundo a autora, determinam o futuro do planeta – e que, por sua vez, não poderiam ser retratados com a mesma qualidade e precisão estando distante ou consultando fontes secundárias de informação (que envolvem análises ou interpretações da informação original), do que estar de corpo presente, alojada e devidamente ambientada na região amazônica. Consideremos estes fragmentos retirados do texto A2:

No momento em que o planeta vive o colapso climático, a floresta amazônica é efetivamente o centro do mundo. Ou, pelo menos, é um dos principais centros do mundo. Se não compreendermos isso, não há como enfrentar o desafio do clima. SD2

Esta é justamente a razão de colocarmos o nosso corpo aqui, nesta cidade, Manaus, capital do Amazonas, estado do Brasil, país que abriga cerca de 60% da Amazônia. Manaus é tanto uma floresta em ruínas como as ruínas de uma ideia de país. [...] SD3

47 Enviado especial é um repórter expatriado, ou que deixa seu local de origem e/ou de trabalho, para cobrir ou investigar um tema previamente definido (como por exemplo, um evento, uma crise, guerra, etc.) em outra localidade. Geralmente, o enviado especial é escalado entre os profissionais da equipe pelo seu conhecimento aprofundado sobre o tema ou sobre a região onde ocorrem os fatos a serem reportados, seja para produzir uma reportagem única ou uma série, retornando, muitas vezes, logo em seguida à sede do veículo de imprensa onde atua.

Desse modo, Eliane registra um processo de degradação ambiental a que a Floresta Amazônica está submetida, utilizando as expressões *colapso climático* e *desafio do clima*, como afirmam pesquisas científicas, no sentido de que a preservação da floresta é estratégica para evitar que o aquecimento global ultrapasse os 1,5 graus celsius nos próximos anos e resulte em uma crise climática. Portanto, a autora coaduna com o senso científico, ao afirmar que, para que o aquecimento global não avance, a floresta deve permanecer viva.

Por outro lado, enquanto alguns acreditam que a vida na Terra está ameaçada pela ação humana e, conseqüentemente, pelas mudanças climáticas dela procedentes – levando em conta a finitude e o esgotamento dos recursos naturais, devido à superexploração destes bens –, outros acreditam que as mudanças climáticas são fenômenos naturais sobre os quais a ação humana não é substancialmente responsável e que não há necessidade para preocupação quanto aos limites do meio ambiente. A propósito dessa última visão, “existe ainda a tese de que o mundo estaria passando por um processo de resfriamento e de que o aquecimento global seria apenas uma tentativa dos países ricos de frear o crescimento dos países em desenvolvimento” (RANGEL, 2007 *apud* CARVALHO, MACHADO e MEIRELLES, 2011).

Considerando os recentes dados e estudos que mostram o avanço da devastação na Amazônia e, também, as suas próprias vivências e experiências na região, Eliane utiliza na SD3 o termo *ruína* para se referir à floresta e uma ideologia do mecanismo que governa o país, associando-o a um modelo de desenvolvimento econômico predatório que se enraizou fortemente na Amazônia, sobretudo nos governos militares⁴⁸ (1964 - 1985). Observemos o trecho do texto A2 que relaciona este período da política brasileira nos dias atuais:

48 Os governos militares implantaram nas décadas de 60 e 70 um processo histórico de ocupação predatória da região amazônica, cujas raízes estão vinculadas a problemas crônicos, como a questão mineral, os desmatamentos e a degradação étnica, segundo Luft (2005, p. 17). A ocupação da Amazônia se tornou uma prioridade após o golpe de 1964, uma vez que, fundamentado na doutrina de segurança nacional, “o objetivo básico do governo militar torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão de obra, sob forte controle social” (BECKER, 1990, p. 12). Contudo, este período é associado “a um muito falso conceito de desenvolvimento” (AB'SABER, 1992, p. 1), marcado pela presença de “agropecuárias de todas as partes; loteamento de espaços silvestres sob o título de projetos de colonização [...], desajuste no manejo dos espaços conquistados por derrubadas e queimadas; total desconhecimento da resposta ecológica dos solos a atividade agrárias [...]; invasões de reservas indígenas; multiplicação de madeireiros em busca de madeiras nobres, violentando as florestas a partir das bordas de matas voltadas para as rodovias” (AB'SABER, 1992, p. 55). Ademais, a falência das políticas e a ineficácia do poder federal à época, conforme detalha Luft (2005, p. 73),

O modo de operação pouco familiarizado com a democracia dos militares se revelou, mais uma vez, na preocupação com o encontro que o Papa Francisco vai realizar no Vaticano, em outubro, para debater a Amazônia com 250 bispos. Como revelou a jornalista Tânia Monteiro, no jornal O Estado de S. Paulo, os militares do governo militarizado de Bolsonaro temem que o 'clero progressista' da Igreja Católica possa se tornar uma referência de oposição [...]. SD4

O regime militar foi marcado por uma forte censura aos meios de comunicação, método de silêncio imposto à sociedade em que os sujeitos somente podiam ocupar o lugar que lhes era destinado pelas instituições, sob forma de evitar que suas identidades aflorassem e passassem a ter força nos discursos (LUFT, 2005, p. 43). Ademais, Luft analisa que essa prática de “silenciamento” ainda hoje perdura na imprensa brasileira, quando se omite de ouvir todas as fontes, isto é, os diversos setores envolvidos em um mesmo acontecimento e que, apesar de relevantes, ficam à margem do discurso jornalístico, o qual a autora define como uma “postura autoritária”. Partindo desses princípios, Orlandi (1997, p. 145) contextualiza essa problemática:

O problema na censura não é impedir a informação, mas evitar que haja trabalho histórico do sentido e, conseqüentemente, da identidade dos sujeitos. [...] Ao contrário do que se supõe, a censura não age sobre o que o sujeito não sabe, mas exatamente sobre aquilo que suponham que ele saiba, o já-dito.

Para Luft, o confronto discursivo que se sucedeu diante da presença do Greenpeace⁴⁹ na Amazônia enfatiza a tese de que o Jornalismo é a “linguagem dos conflitos”, como conceitua o jornalista e escritor Manuel Carlos Chaparro (2014), observando que somente através do confronto de opiniões e da pluralidade de fontes que a imprensa pode cumprir, mais plenamente, o seu papel de direcionar os discursos a um consenso, a convergência de ideias, a tendência de opiniões e a

resultaram em uma série de problemas que se alastram até hoje, tais como: a exploração predatória da madeira na Amazônia, o desequilíbrio na economia de subsistência (desenvolvida, normalmente, em pequenas propriedades), invasão de terras e expulsão de indígenas, ribeirinhos e seringueiros, o surgimento de núcleos habitacionais sem planejamento, e danos ambientais como o assoreamento de rios e a contaminação de água em diversos municípios.

49 O Greenpeace é uma organização não governamental ambiental sem fins lucrativos com sede internacional em Amsterdã, nos Países Baixos (Europa), com escritórios espalhados em mais de 55 países. A ONG chegou ao Brasil em 1992, ano em que o país recebeu a Eco-92, no Rio de Janeiro (RJ). Com sede administrativa em São Paulo (SP), o Greenpeace realiza protestos e ativismo pelo meio ambiente, com atenção especial para a Amazônia e as mudanças climáticas. Desenvolve diversos projetos de conscientização no país, como o programa Cidade Amiga da Amazônia (CAA), que objetiva a criação de uma legislação municipal que elimine a madeira ilegal e de desmatamentos criminosos de todas as compras municipais (GREENPEACE, 2010).

transformação social. Dito isso, Luft explicita o conflito como um instrumento de aperfeiçoamento da narrativa jornalística, e revela o conflito como um importante instrumento para o aperfeiçoamento da narrativa jornalística frente às demandas sociais, culturais e tecnológicas da atualidade.

Desta maneira, podemos afirmar que os jornais estariam desempenhando o papel de “mediadores” de “conflitos multiculturais, plurais”, seguindo a concepção de Ianni (2000) para os meios de comunicação, que considera o processo de desmatamento predatório da Amazônia como parte de um contexto sócio-histórico, firmado entre a cultura regional e dependente da mediação da imprensa para atingir a devida repercussão, seja em âmbito regional, nacional e/ou global. Em paralelo a isto, Luft frisa que os movimentos sociais e as ONGs são cruciais para a construção do discurso jornalístico contemporâneo.

[...] ao longo de séculos [a Amazônia] têm despertado interesses entre as grandes potências mundiais aqui representadas por governantes, empresários do setor madeireiro, mineradoras, instituições religiosas e organizações não-governamentais. Mas também, e principalmente, diante da dimensão e repercussão que os fatos ocorridos na região podem alcançar, criando um ambiente fértil para o exercício do jornalismo contemporâneo em toda sua abrangência (LUFT, 2005, p. 16).

Diante disso, Eliane Brum registra uma série de fenômenos ocorridos na Amazônia e retrata as impressões do próprio país e do mundo acerca deles, diante de toda a repercussão e dos desdobramentos na mídia, na política e na sociedade, a partir de uma perspectiva contra-hegemônica⁵⁰ – não dos prédios de redações ou dos grandes centros urbanos (que, substancialmente, produzem e consomem essas informações), mas a partir da floresta, denominada pela autora como “o centro do mundo”, e como essa absorve tais consequências e impactos. Incluindo os povos indígenas nativos e o desenvolvimento econômico na região, em meio a ações ilegais e danos ambientais associados a práticas criminosas. Portanto, para

50 Contra-hegemônico constitui-se como uma ideia que se opõe à ordem hegemônica e ao status quo (“o estado das coisas”), que se difere da prática de desenvolvimento intelectual, moral e político exercida pela classe dominante, correspondente à burguesia, que detém controle sobre o processo econômico e político, a partir da análise marxista. O discurso contra-hegemônico é produzido por membros de um subgrupo ou classe dentro da sociedade que contradiz ou opõe-se ao conhecimento oficial relativo a normas, valores e práticas que prevalecem nesta sociedade (HALE, 1990). Contra-hegemonia, portanto, refere-se a muitas transformações no processo de relacionar experiências, reconhecendo necessidades e criando alternativas (ADKIN, 1992, p.152). Essas práticas tendem a constituir uma pluralidade de ideias e significados, fortalecendo o discurso democrático, e tornando viável a transformação social e política.

compreendermos toda essa complexidade de modo a garantir a proteção da floresta, destacamos o trecho do texto A2 que segue abaixo:

Para sermos capazes de resistir nós precisamos nos tornar floresta — e resistir como floresta. [...] Para isso temos que deslocar algumas placas tectônicas de nosso próprio pensamento. Temos que descolonizar a nós mesmos. SD5

A SD5, pertencente ao texto A2, dá o tom do discurso da autora para a sua obra, ao utilizar as expressões verbais *resistir*, *deslocar* e *descolonizar*. O primeiro termo, *resistir*, se refere ao ato de manter-se firme, não sucumbir e ceder ao choque de outro corpo, que, no texto, simboliza o corpo das ameaças que rodeiam a mata – os desmatadores, especuladores de terra, grileiros, entre tantos outros. Na sequência, o termo *deslocar* resume o que a autora já pretendia afirmar inicialmente, de dirigir-se à floresta, isto é, de voltar a atenção e a olhar de fato para a Amazônia. Por fim, a expressão *descolonizar* exprime a visão etnocêntrica e colonizada que se tem sobre a Amazônia, e que remonta ao período histórico do Brasil Colônia, que ocorreu entre os séculos 16 e 19, quando o atual território brasileiro abrigava as colônias do Reino de Portugal, e ao processo de colonização da América, sobretudo da imigração estadunidense para o Brasil que teve início no final do século 19, quando cerca de dez mil norte-americanos se estabeleceram em várias regiões do país, que vão desde as áreas urbanas do Rio de Janeiro e São Paulo à região amazônica, devido à guerra civil que ocorria nos EUA. Nesse sentido, Eliane evidencia essa visão “colonizada”, isto é, submetida a um processo de colonização, ou, em outras palavras, contaminada, formatada ou distorcida, sobre as relações de saber e que se perpetuam na Amazônia. Vejamos os recortes do texto A2 abaixo:

[...] O melhor — e o mais potente — do Brasil atual e da Amazônia, em todas as regiões, são as periferias que reivindicam o lugar de centro. Nossa melhor chance é nos somar às forças do real centro do mundo onde a disputa pelo futuro é travada, às vezes a bala. SD6

O fato de a Amazônia ainda ser vista como um longe e também — ou principalmente — como uma periferia dá a dimensão da estupidez da cultura ocidental branca, de matriz primeiro europeia e depois norte-americana, essa estupidez que molda e dá forma às elites políticas e econômicas do mundo e também do Brasil. E, em parte, também às elites intelectuais do Brasil e do planeta. SD7

Neste excerto, a SD6 provoca uma reflexão crítica acerca da forma como as periferias do Brasil, especificamente da Amazônia, são vistas, uma vez que as mesmas *reivindicam*, isto é, exigem o que lhe é de direito – a efetiva garantia dos

direitos humanos e sociais –, em um espaço que assume um papel de distanciamento e de marginalização (à margem da sociedade) a partir de uma noção de centralidade urbana. Nesse sentido, Ricardo de Freitas identifica a periferia como sendo “o espaço que está no entorno, na vizinhança de outro espaço tido como central, [...] quase sempre associada à ideia de supremacia de um ser ou espaço urbano – vista, assim, como espaço ou ser sub-urbano” (2007, p.193 e 194,). Relaciona-se o termo periferia à pobreza, ao desprestígio e, por consequência, à invisibilidade, e também à uma ideia de contra hegemonia, em razão do valor político e socioeconômico atribuído aos espaços e populações centrais.

Por essa razão, os grupos sociais que habitam os espaços periféricos são tidos como “minoritários”. Tal termo abarca os recortes necessários para classificar populações ideologicamente marginalizadas, tais como: raça e etnia, gênero, sexualidade, geração, classe e, também, regionalismos (DE FREITAS, 2007, p. 194).

Ainda na SD6, com o trecho “*a disputa pelo futuro é travada, às vezes a bala*”, Eliane busca enfatizar a falta de segurança e a perpetuação da violência na região que abriga a maior floresta do mundo, alvo de constantes conflitos e que tem se destacado no aumento da violência nos últimos anos. Segundo o Atlas de Conflitos na Amazônia, lançado em setembro de 2017, foram registrados 61 assassinatos por conflitos no campo no país, sendo que 48 destes casos ocorreram na Amazônia Legal, em 2016. No ano de 2017, dados parciais apontaram 65 assassinatos, sendo 49 nessa região. Conforme Marcia Oliveira, doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), a violência foi sendo cristalizada nas relações sociais, culturais e políticas ao longo da história da colonização nesta região, agravada por mecanismos como o preconceito (dos povos da região) e a impunidade que atuam para a sua perpetuação. Além disso, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2019, p. 9)., doutor em Geografia, afirma que o padrão de acumulação de capital, como herança secular da prática econômica colonial, produz riqueza para poucos e violência para a maioria dos camponeses, quilombolas e indígenas e devastação ambiental para todos, ainda que sofrida desigualmente segundo os distintos grupos/classes sociais.

De tal modo, Eliane Brum também procura denunciar como as lideranças políticas e econômicas portam-se em relação à Amazônia, a partir de uma abordagem histórico-cultural, uma vez que a autora assume um tom bastante incisivo, ao denunciar a *estupidez* na SD7, ou seja, a falta de discernimento, senso e/ou

sensibilidade de discursos e/ou de práticas voltadas à questão amazônica. Desse modo, Catherine Aubertin, no livro *Fronteiras* (1988), contextualiza historicamente os conflitos violentos que explodem nas zonas pouco ocupadas da região Norte, detentora de aproximadamente 80% da Floresta Amazônica. Em suma, após a abertura das rodovias Transamazônica (1970) e pelo asfaltamento da Belém-Brasília (1974), quando pecuaristas e especuladores, principalmente do Sul, foram atraídos por uma promessa de valorização rápida da terra e pela exploração da madeira, agora em busca da floresta e não mais somente das pastagens naturais, culminando uma série de conflitos na região.

A região vai então conhecer uma onda de grilagem; notários e advogados inescrupulosos falsificam títulos de propriedade ou os fabricam totalmente. [...] Com frequência, sobretudo quando temem uma ação jurídica, os fazendeiros recorrem à intimidação e à violência. O caso mais famoso de intimidação e de conluio entre os poderes públicos e os fazendeiros é, sem dúvida, o 'bombardeio' de Sampaio em 23 de julho de 1979 (AUBERTIN, 1988, p.120).

A regularização das relações desiguais entre “centro” e “periferia”, sob forma de conflitos reais como sob a forma mais dissimulada - da diferenciação social e da expulsão que dela decorre -, se traduz pelo conceito de *violência estrutural* (GALTUNG, 1971), violência indireta, geralmente impessoal, estabelecida no sistema de desenvolvimento capitalista, frente às dificuldades do meio amazônico e a uma política enfraquecida, o jogo das alianças políticas e seus próprios interesses – mais comumente ligados ao Centro que à sua região –, determinam as relações socioeconômicas e a organização do espaço. Afinal, os problemas ambientais são interconectados, multidimensionais e podem ser estudados e compreendidos a partir de distintas perspectivas (DRYZEK, 1997).

Coloca-se, portanto, uma discussão imprescindível à democracia. Em *Desenvolvimento sustentável e o papel dos mídia na Amazônia Brasileira*, Jimena Felipe Beltrão, da University of Leicester, Inglaterra (Reino Unido) afirma que a compreensão aprofundada sobre o meio ambiente, viabilizada pelos meios de comunicação, permite um diálogo essencial para a consolidação de processos democráticos. Logo, a participação possibilita à sociedade a capacidade de influenciar a tomada de decisões e torna o diálogo um elemento fundamental em questões públicas. Dessa forma, a autora diz que:

Os meios de comunicação não influenciam diretamente o desenvolvimento, mas, juntamente com outras instituições, estabelecem um potencial para a participação, fundamental em sociedades democráticas (BELTRÃO, p. 80, 1996).

É sob essa perspectiva que Beltrão (1996) realiza esse estudo sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e o papel da imprensa na Amazônia brasileira, investigando a percepção de tais temáticas por parte de lideranças de opinião na região.

Entendemos o desenvolvimento sustentável como o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação de recursos naturais. É um processo que considera as condições presentes tanto quanto as de futuras gerações no que se refere à utilização de recursos e a melhoria da qualidade de vida (BELTRÃO, p. 80, 1996).

Em sua teoria da difusão, Rogers (1983) identifica líderes de opinião como sendo indivíduos com características específicas de comunicabilidade externa (exposição em meios de comunicação de grande alcance), acessibilidade, *status* socioeconômico e inovatividade (capacidade de desempenhar ações inovadoras). Desse modo, Beltrão (1996) compreende que o papel principal da imprensa é contribuir para aperfeiçoar a compreensão de problemas regionais, como sendo um elemento crucial para a transformação social.

As estruturas de opinião proporcionam um papel da imprensa que facilite a compreensão e incentive o diálogo acerca das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Segundo Hansen (1993), não há uma projeção linear do papel da imprensa em cenários de desenvolvimento, contudo, juntamente com outras instituições sociais, a imprensa desempenha uma parte integrante do processo de construção da realidade. Na obra *Meio Ambiente e Amazônia*, Maria Schirley Luft ressalta que, na era da globalização, “os *media* [profissionais de mídia] são considerados instrumentos básicos para o processo de integração cultural que começa a se delinear com o cenário das tecnologias de informação” (LUFT, Schirley, 2005, p. 42). E acrescenta que:

Como produtores e difusores de informação em larga escala, caberá aos meios de comunicação a função de implementar mecanismos que possam contribuir para o processo de construção da cidadania com base no novo cenário multicultural que está em formação (LUFT, 2005, p. 43).

Ainda segundo Luft (2005), os meios de comunicação, especialmente os jornais, atuam como mediadores do processo democrático, partindo do pressuposto de que

uma sociedade mais bem informada, mais plenamente exercerá a sua cidadania. Ao mesmo tempo em que cumpre a necessidade de transformar a informação, no caso sobre o meio ambiente, em uma fonte lucrativa para a empresa. Portanto, entende-se que:

Transformar a informação *sobre* meio ambiente num produto vendável e atraente para o público, partindo de princípios sustentáveis, se constitui na principal estratégia para a sobrevivência das empresas no futuro [...]” (LUFT, 2005, p.114).

Conforme a autora, compreender e “intervir criticamente” sobre os fatos de ordem econômica, política e cultural “trata-se de uma obrigatoriedade ética, uma missão a ser cumprida pelo Jornalismo, pelas empresas de comunicação e com a participação de toda a sociedade” (LUFT, 2005, p. 57). Assim sendo, uma vez que o público está ciente das causas e efeitos da degradação ambiental e a permanente alteração no equilíbrio ecológico, trazendo prejuízos para toda a humanidade, destaca-se a premissa do Jornalismo preventivo, que prime pela:

[...] conscientização da comunidade, para que ela possa deflagrar movimentos que impeçam os danos ambientais e, ao mesmo tempo, difundam entre as autoridades a necessidade de aplicação de medidas preventivas quando da instalação de atividades que possam degradar o planeta (MELO *apud* VASCONCELOS, 1993, p. 59).

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável representa a melhor solução para atender a multiplicidade de interesses aos quais estão entrelaçadas as questões na Amazônia e, por conseguinte, o discurso jornalístico, Luft (2005) destaca que a criação de editorias específicas para o meio ambiente podem contribuir para a correção de distorções comuns⁵¹, adotando a prática de um Jornalismo mais aprofundado e preventivo do que meramente denunciativo. Essa defasagem entre imprensa e meio ambiente ainda é mais expressiva entre os jornais populares voltados às classes mais baixas.

O objetivo maior a ser alcançado, com uma editoria [...] em meio ambiente, é o de começar a inculcar ou formar no seio da sociedade uma consciência crítica sobre esta problemática, bem como propiciar o surgimento de ideias e

51 Há quem defenda que as distorções só poderão ser corrigidas a partir do momento em que houver uma maior integração entre imprensa e o meio científico, universidades e demais órgãos de pesquisa, e as Organizações Não-governamentais, por serem estas fontes as responsáveis pela produção dos acontecimentos e, por consequência, dos avanços científicos e tecnológicos que se processam nas sociedades (LEMOS, 1997).

alternativas para a solução de problemas ambientais (UNGARETTI, 1998, p. 28 -29).

Entre os responsáveis pela falta de sintonia entre imprensa e ciência estão: de um lado, os jornalistas, que pecam no aprofundamento das reportagens científicas, inclusive pela escassez de conhecimento sobre o tema; por outro, os próprios cientistas (LUFT, 2005). Esse fenômeno ocorre, em suma, porquê:

Se os jornalistas procuram informação bombástica, capaz de garantir manchetes, os cientistas também tentam dissimular muitos dados importantes, com o objetivo de preservar fatos polêmicos e também suas próprias carreiras” (FERNANDES *apud* VASCONCELOS, 1993, p. 73).

Diante dos novos cenários e novas perspectivas, decorrentes, sobremaneira, dos avanços tecnológicos, Luft (2005) enfatiza que os jornais, na condição de “alimentadores-chave” dos meios digitais, terão que exercer um papel de liderança no que se refere à produção de “conteúdos jornalísticos direcionados para um público mais específico, que busca na internet informações que possam trazer conhecimento a partir de uma certa coerência, sentido, e ordenação lógica” (FULLER *apud* Corrêa, 2000, p. 115).

Por conta dessa tendência, Luft (2005) salienta a importância da criação de cursos de especialização com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento profissional do jornalista em conformidade com a sua respectiva área de atuação e, de agora em diante, acarretar, paralelamente, no surgimento de uma categoria a qual denomina “ecorrepórter”, “jornalista ambiental” ou “ecológico”, que, segundo a autora, assumem uma postura mais “militante dentro do Jornalismo”. Pois, conforme a autora, em concomitância com o avanço tecnológico no mundo moderno, identifica-se um maior dimensionamento de conflitos e de interdependências entre as nações, diante de questões atreladas a processos de negociação, por meio da formação de blocos econômicos e da efetivação de acordos e parcerias e de gestões compartilhadas em âmbito internacional.

Quanto mais especializada a ciência, mais incapaz de apreender as múltiplas dimensões da realidade, de compreender o global e discernir problemas fundamentais. Se por um lado a realidade global se apresenta com problemas e questões ambientais de natureza diversa, por outro, esses problemas com os quais nos defrontamos são cada vez mais complexos e interdependentes (MORIN *apud* BRANDEBURG, 1996).

Perante a esse feixe de interações, destaca-se a função do jornalista de trazer os fatos ao conhecimento público, contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia. Considerando que a notícia é um produto jornalístico (SOUZA, 2005) e que o exercício do Jornalismo vai além de fornecer notícias, podendo também contribuir “para organizar a complexidade do mundo, para ajudar no confronto com as pressões do cotidiano” (NEVEU, 2006, p. 167), cabe dizer que:

Noticiar é a forma mais eficaz de intervenção dos que lutam para mudar ou conservar o mundo, principalmente nos domínios da ideologia, da economia, dos negócios, da política, da cultura, e da religião. Nas democracias, os confrontos se manifestam nos espaços públicos, são regulados por acordos político-sociais produzidos pela história, e em novos acordos resultam, assim ocorrendo a construção do presente e o aperfeiçoamento do sistema (CHAPARRO, 2001, p. 100).

Isso significa que, em suma, o Jornalismo precisará passar por um processo de transformação para inserir-se às novas tendências e aprimorar o discurso jornalístico. Esse aprimoramento, segundo Luft (2005, p.114), culminaria, entre outros aspectos, na: 1) formação do jornalista: através da inserção de disciplinas que abordam especificamente a Amazônia, ligadas às áreas das ciências econômicas, políticas e sociais nos cursos de Jornalismo de toda a região; 2) reposicionamento editorial: por meio da adoção de um corpo de jornalistas plenamente identificados com o contexto sociocultural da região; 3) estreitar laços e apostar em relações: no que se refere às fontes de informação dos setores políticos, econômicos e sociais – que estão direta ou indiretamente envolvidos com questões na Amazônia –, e, principalmente, do meio científico, devido à sua natureza como “detentor do conhecimento” sobre temáticas como a sustentabilidade e à sua capacidade de associar desenvolvimento e preservação ambiental e suas implicações nos diferentes campos. Nas palavras de Benetti (2007, p. 110), o Jornalismo é tido como um “modo de conhecimento”, haja vista que ele produz um entendimento particular sobre os fatos do mundo e reproduz saberes gerados por outros autores, como destacamos neste capítulo.

5.2 Da questão indígena ao agronegócio: a ideologia do governo Bolsonaro

Nas publicações observadas, notamos que Eliane Brum estabelece um panorama amplo das questões que envolvem a Floresta Amazônica, considerando a multiplicidade e a dinamicidade dos fatos que abarcam essa temática, adotando um

tom descritivo e crítico a partir do ponto de vista ambiental e indigenista. Deste modo, pontuaremos neste capítulo a questão indígena e o agronegócio, refletindo como estes dois projetos aparentemente distintos estão presentes e relacionados, ambos marcados historicamente por constantes e intensos conflitos em território nacional. Inicialmente, analisaremos a dinâmica da ideologia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) do governo Bolsonaro, e seu respectivo modo de sentir, pensar e agir o que concerne a Amazônia e os povos tradicionais da floresta, através dos excertos do texto A2 que seguem abaixo:

O principal projeto do bolsonarismo é justamente construir ruínas com método e com velocidade na floresta amazônica. É por isso que pela primeira vez, desde a redemocratização do país, temos um ministro contra o meio ambiente. SD8

Nenhum ministro do meio ambiente dos últimos mais de 30 anos teve a autonomia que já demonstrou ter Ricardo Salles, o ministro contra o meio ambiente. Ele é o office-boy do agronegócio predatório, este que é responsável pela maioria das mortes no campo e na floresta e é também a maior força de destruição do Brasil. Não é que hoje os ruralistas estão no Governo. No governo eles estiveram desde sempre, formalmente ou não. Hoje eles são o Governo. SD9

Na SD8, a autora cita o *bolsonarismo*, considerado por teóricos e estudiosos da área um fenômeno social, cultural e político complexo e maior do que o próprio governo, decorrente de um personalismo autoritário e intransigente, centrado na figura do presidente Jair Bolsonaro. O movimento bolsonarista é alinhado ao conservadorismo (ideologia política e social que sustenta a manutenção das instituições tradicionais no campo da cultura e da civilização) – com forte matriz religiosa cristã, predominantemente evangélica –, ao nacionalismo (tese ideológica, surgida após a Revolução Francesa, que traduz um sentimento de valorização e identificação com a nação) e às tradições da extrema-direita (também conhecida como ultradireita ou direita radical), surgida originalmente na França após a Revolução Francesa. Ele soma-se aos remanescentes do “nacionalismo verde-oliva” (traço característico do regime militar) e às parcelas conservadoras adeptas ao antigetulismo, anticomunismo e antipetismo. E acrescenta a essas vertentes ideológicas o liberalismo econômico, que defende a não-intervenção do Estado na economia, e incorpora o integralismo, dito fascismo caboclo (dada a sua especificidade no Brasil), ideologia política-ideológica liderada por Plínio Salgado na década de 1930, que resultou em um movimento de direita, voltado para uma forma autoritária e totalitária de poder (ASSIS, Sidnei, p. 35, 2018), entre outros fenômenos.

De tal modo, na SD9, Eliane associa as *ruínas* da Floresta Amazônica (conforme contextualizamos no capítulo anterior) ao movimento bolsonarista no tempo presente. Segundo a autora, esse movimento adere a um *método* – de destruição da mata – e o desempenha *com velocidade*, ou seja, que está em pleno funcionamento e alcançando seus objetivos com fluidez. Para fundamentar a sua crítica, a autora cita a figura do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a qual o denomina *um ministro contra o meio ambiente*, isto é, um antiministro, que age em sentido oposto à pasta que fora designado a comandar. De acordo com a autora, Salles ainda desempenha um papel de *office-boy* – expressão em inglês que significa “menino de escritório” – *do agronegócio predatório*, sendo um membro do governo responsável por desempenhar funções que mais atendem os interesses econômicos do agronegócio – o qual compete ao Ministério da Agricultura – do que questões atinentes à seara ambiental, competência do Ministério do Meio Ambiente. As pastas têm papéis distintos na estrutura federal e na execução de políticas públicas, embora desempenhem algumas atividades complementares, como veremos no próximo capítulo.

Tanto na SD8, quanto na SD9, Eliane destaca que em nenhum momento desde a redemocratização do país (processo de restauração da democracia e do estado de direito pós-ditadura, dando início à Nova República, a partir de 1985) um ministro do Meio Ambiente prestou este contrasserviço com *autonomia*, isto significa, com capacidade política de governar-se pelos próprios meios. Ressaltamos o adjetivo *predatório* na SD9, que designa o modelo de agronegócio que objetiva a máxima produção e obtenção de lucro, o qual a autora responsabiliza pelas *mortes no campo e na floresta* e pela *maior força de destruição do Brasil*, ao se referir aos conflitos fundiários e disputas de terras e às mortes de indígenas e ativistas ambientais, como exemplo, e à devastação do verde, encabeçada por adeptos a essa doutrina econômica em detrimento da floresta, aumentando progressivamente impactos ambientais, seja pela exploração ilegal da madeira ou pelo irregular uso do fogo. Dito isso, Eliane afirma que *hoje eles são o Governo*, fazendo alusão a grupos e setores do agronegócio, representado pela bancada ruralista, uma frente parlamentar atuante em defesa dos interesses dos proprietários rurais, apoiadora do presidente Jair Bolsonaro, o qual se refere nos trechos dos textos A2 e B2:

Bolsonaro não é apenas uma ameaça para a Amazônia. É uma ameaça para o planeta exatamente porque é uma ameaça para a Amazônia. [...]”. SD10

[Sobre Jair Bolsonaro] [...] Um tipo de gente sem limites, que não se preocupa em colocar outras pessoas em risco de morte, mesmo que sejam funcionários públicos a serviço do Estado, como os fiscais do IBAMA, nem se importa em mentir descaradamente sobre os números produzidos pelas próprias instituições governamentais desde que isso lhe convenha, como tem feito com as estatísticas alarmantes do desmatamento da Amazônia [...]. SD11

De forma enfática e direta, Eliane Brum declara reiteradamente, na SD10, que Bolsonaro representa uma *ameaça* à Amazônia e ao planeta, considerando a floresta sob uma perspectiva de centralidade e a sua importância para o controle do aquecimento global, devido à implementação de sua política ambiental (como detalharemos no capítulo 5.4) que corrobora para o seu extermínio (capítulo 5.6). Na SD11, a autora deixa claro que o político possui um comportamento nefasto, inconsequente e sem pudor, ao atribuí-lo a expressões como *tipo de gente sem limites, que não se preocupa e nem se importa em mentir*, ainda que coloque *outras pessoas em risco de morte*, citando a exemplo os servidores públicos da área ambiental que atuam na região, ao mesmo tempo em que explana que o mesmo adota tal postura porque age por conveniência, ou seja, pautado por interesses e desejos próprios e/ou de outrem.

Dito isso, a jornalista analisa falas e dados que reafirmam as medidas tomadas e os discursos que se estabelecem na prática, como por exemplo, o aumento do desmatamento em 50% no período eleitoral em 2018, comparado ao ano anterior, atribuindo suas declarações à sensação de impunidade por parte dos desmatadores diante de sua vitória. Considerando o neologismo da pós-verdade, dominado pela autoverdade, que pressupõe que os fatos objetivos exercem menos influência em moldar a opinião pública do que apelos a emoções e a crenças pessoais, favorecendo atitudes que se valem do engano, da mentira ou das meias-verdades para que prevaleçam seus interesses e vontades, Eliane tece suas considerações a respeito em um trecho do texto B2 que segue “Nos últimos dias, porém, o antipresidente levou a perversão da verdade, esta que torna a verdade uma escolha pessoal, à radicalidade. [...] SD12”

No excerto da SD12, denomina Bolsonaro como um *antipresidente* (assim como também emprega o prefixo “anti” para identificar o ministro do Meio Ambiente, utilizado para indicar oposição a algo, que neste caso, seria o próprio cargo ou função). Ademais, o uso de expressões como *perversão da verdade, escolha pessoal e radicalidade* atribuem um tom categórico ao seu discurso. Em conformidade com a SD11, Eliane destaca que os dados que apontam a disparada do desmatamento na

Amazônia – como a destruição de uma área de floresta maior do que a cidade de São Paulo (SP) e um índice de deflorestamento três vezes maior comparado ao ano anterior apenas no mês de julho de 2019 –, produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram taxados como “mentirosos” pelo presidente, mesmo sem comprovação.

Por fim, a autora traz uma declaração de Bolsonaro em que afirma que a questão ambiental só importa “aos veganos que comem só vegetais”. Na mesma ocasião, durante aparição em um evento do Exército do Rio de Janeiro, o presidente acrescentou: “Quando acabarem os commodities do Brasil, nós vamos viver do que? [...] Vamos virar veganos? [...] Viver do meio ambiente? Não podemos tratar o meio ambiente como uma psicose ambiental”. Entretanto, essa é uma afirmação infundada e equivocada, não apenas por falar que apenas veganos se importam com o meio ambiente, mas por citar o veganismo, uma filosofia ou estilo de vida pautado sobre o fundamento dos direitos dos animais, que se abstém do uso de produtos de origem animal, seja na alimentação ou vestuário, de forma pejorativa.

A expressão “psicose ambiental” provém de uma crítica monarquista, título de um livro de Bertrand de Orleans e Bragança, o segundo na linhagem imperial brasileira. Esse discurso controverso chamou a atenção de nutricionistas e ambientalistas e provocou reações imediatas.

Tal como enfatizado por Mário Guimarães Ferri (1977, p. 55), podem-se desenvolver pesquisas que nos ensinem como utilizar de modo racional a Amazônia, sem que ela venha a sofrer os mesmos riscos de hoje. Pois, em conformidade com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981), o meio ambiente é patrimônio público e deve ser protegido, tendo em vista o seu uso coletivo. Portanto, cabe ao Estado brasileiro preservar as riquezas naturais e garantir que os cidadãos possam usufruir da natureza, tanto as gerações presentes como as futuras. Da mesma forma, proteger áreas florestais, sejam elas unidades de conservação (UCs) ou terras indígenas (TIs), considerando que a população indígena está distribuída em 462 terras regularizadas (correspondente a cerca de 12,2% do território nacional), sendo apenas 8% delas demarcadas, com concentração na Amazônia Legal, segundos dados da Fundação Nacional do Índio (Funai). Por outro lado, Eliane Brum expõe a situação a partir da atual conjuntura política em trechos dos textos A1 e B1:

O projeto de Bolsonaro, como ele afirmou várias vezes, é que indígenas e quilombolas se tornem 'ser humano como nós'. Se o 'nós' é ele, pode se imaginar o ganho de conhecimento que as gerações da floresta terão. SD13
 Como manter a floresta em pé se o bolsonarismo se comprometeu a abrir as terras indígenas para exploração? SD14

Nas SD13 e SD14, Eliane trata da questão indígena juntamente à proteção da floresta amazônica. Outra fala de Bolsonaro expõe a sua visão colonializada e etnocentrista (tendência a observar o mundo pela perspectiva particular do povo e cultura a que se pertence), do ponto de vista antropológico, sobre os indígenas do país. Ao narrar uma suposta conversa que teria tido com um pequeno grupo de índios no Amazonas, o presidente afirmou: “Eles não querem viver como homem pré-históricos dentro das suas propriedades [...] O índio é um ser humano igual a nós, não é para ficar isolado em uma reserva como se fosse um zoológico”. A declaração foi rechaçada por entidades indígenas e ambientalistas. De acordo com a antropóloga francesa Emilie Barrucand, que se dedica à preservação das tradições dos povos Kayapó e Pareci, na Amazônia brasileira, proteger indígenas é proteger a floresta.

Dessa forma, ao trazer uma pesquisa do Datafolha de 2019 – que aponta que seis em cada dez brasileiros discordam da redução das terras indígenas –, a jornalista enfatiza que a maior parcela da população defende que o correto é manter a terra ocupada pelos indígenas como terra pública para garantir que a floresta fique em pé. Dito isso, discursiviza sobre a ideologia bolsonarista e o seu impacto sobre a Floresta Amazônica e as terras públicas de usufruto dos povos indígenas e dos ribeirinhos e de uso coletivo dos quilombolas, nos trechos dos textos A1 e B1 que seguem:

Nela, o indígena supostamente teria como aspiração maior da sua vida se tornar branco 'como nós' e passar a tratar a terra como mercadoria, ansioso por arrendá-la aos grandes grupos exportadores de soja e carne ou às grandes mineradoras transnacionais. É preciso também afirmar que mudança climática é um complô marxista, como o chanceler de Bolsonaro já escreveu, para não encontrar resistência ao entregar a Amazônia em nome do nacionalismo. SD15

O chanceler criou um departamento específico para o agronegócio no Itamaraty e extinguiu o departamento que cuidava do clima e de energias renováveis. A mensagem é clara. [...] O ideólogo do governo afirma ser preciso ler menos o New York Times e mais José de Alencar também porque a imprensa internacional tem apontado duramente o perigo que Bolsonaro representa para o planeta. SD16

Nos excertos da SD15 e SD16, sobretudo, se relaciona o ponto crucial da problemática da política ambiental adotada pelo governo Bolsonaro, que Eliane denuncia ser pautado por um modelo de capitalismo selvagem e uma perspectiva

negacionista do clima. Sobre esse último aspecto, consideramos o aquecimento global, um fenômeno de interesse universal e aparentemente não-político, que se tornou alvo de disputa política nas últimas décadas. A discordância sobre o modo como essa temática vem sendo tratada advém de uma suposta “manipulação” da opinião pública, a partir de conceitos opostos. Por meio do ponto de vista político e ideológico da esquerda, a relação destrutiva da humanidade deriva do sistema capitalista predatório e das consequências geradas da busca desenfreada pelo lucro.

Por outro lado, a partir da visão da direita, a defesa ambiental condena, de forma velada ou não, a sociedade ocidental e seu modo de produção, portanto, o ecologismo (corrente de pensamento e movimento político, social e global que zela pela defesa e proteção do meio ambiente) é interpretado como um meio de exercício de influência geopolítica mundial e de transformação social, capaz de criar “bandeiras estratégicas” dentro do movimento internacional progressista e de esquerda, também entre socialistas e globalistas – grupos de oposição ao movimento conservador e de direita e entre liberais e *nacionalistas*, como citado por Eliane Brum na SD15. Por isso, não raramente, o aquecimento global é tratado como uma “farsa política”, pelo viés da direita.

Desse modo, o conservadorismo se mantém resistente ao ecologismo, pois entende que a revolução não é apenas ecológica, mas ideológica, ética, religiosa e cultural, a qual impactaria a base da engenharia social em todo o mundo. Portanto, para os conservadores, aceitar o ecologismo seria se submeter a uma agenda ideológica progressista, o que contraria seus objetivos e sua razão. A sua preocupação não seria com a causa ecológica em si, mas com organismos e instituições internacionais que estariam interferindo na soberania nacional. Pois, segundo os nacionalistas, a ideia de organismos como a ONU e a União Europeia é impor uma concepção totalitária do homem e da natureza, que resultaria em uma nova civilização a serviço de um socialismo absoluto e universal. Enquanto defendem que os problemas globais podem ter respostas mais efetivas se forem enfrentados nos âmbitos institucionais das nações. Trata-se de uma disputa por autonomia, poder e recursos financeiros, conforme Eliane contextualiza nas SDs 15 e 16. Dessa forma, a onda de combate das ideologias de esquerda e do socialismo na causa ambiental – em que se fundem elementos do *marxismo*, do socialismo ou do socialismo libertário com a política verde, a ecologia e alterglobalização ou altermundialismo (movimento social que defende a interação e a cooperação global na proteção ambiental e

climática, de culturas indígenas, entre outras) – repercute, sobretudo com a eleição de Jair Bolsonaro. Neste trecho do texto B1, a jornalista fala sobre a sanha do projeto bolsonarista:

O principal projeto de poder do bolsonarismo é converter as terras públicas que servem a todos, na medida em que garantem a preservação dos biomas naturais e a vida dos povos originários, em terras privadas para lucros de poucos. SD17

Para entendermos o significado do discurso proferido pela autora na SD17, partimos da manifestação do presidente da República, que já disse que “a Amazônia não é nossa [do Brasil]” e que “‘Aquilo’ é vital para o mundo”, defendendo a exploração da floresta que abriga cerca de 50% da biodiversidade mundial “em parceria com os Estados Unidos, para salvar ao menos parte dela”. Chegou a dizer que as reservas indígenas e quilombolas não teriam “nem mais um centímetro” de terra, comprometendo-se com a expansão da rede de hidrelétricas na região amazônica. Também prometeu a fusão do Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura, mas após a rejeição de entidades ambientalistas e, em parte, do agronegócio, temendo um boicote internacional a produtos brasileiros, Bolsonaro voltou atrás na decisão e manteve os ministérios independentes. Também se demonstra crítico ao número de reservas ambientais protegidas no país por “atrapalhar o desenvolvimento” econômico e aos “excessos” na fiscalização ambiental, tendo prometido em sua campanha eleitoral – e se empenhado para cumpri-lo durante seu mandato – o fim da “indústria de multas”, emitidas pelo Ibama e pelo ICMBio: “Vamos tirar o Estado do cangote de quem produz”.

Nessa linha de pensamento, segue o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, como referido por Eliane Brum como o *chanceler de Bolsonaro* na SD15. Indicado por Olavo de Carvalho, pensador conservador guru de Bolsonaro, Araújo diz que “aquecimento global é trama marxista”. Em um *blog* chamado *Metapolítica 17*, ele defende que a “causa ambiental” foi criada por conservadores, mas capturada pela esquerda, que a “perverteu” – o “climatismo”, termo que se refere ao clima como uma prioridade suprema. Assim como Bolsonaro, Araújo acredita que o mundo precisa se “libertar da ideologia globalista” e que o “globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural”. Em um artigo, ele diz que “esse dogma vem servindo para justificar o aumento do poder regulador dos Estados sobre a economia e o poder das instituições internacionais

sobre os Estados nacionais e suas populações, bem como para sufocar o crescimento econômico nos países capitalistas democráticos e favorecer o crescimento da China”.

Nesse viés, o professor de geografia da USP Ricardo Felício – que lançou-se candidato a deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), antigo partido de Bolsonaro, representando o estado de São Paulo nas eleições de 2018, perdendo o pleito – afirma que o aquecimento global é uma farsa criada pelas grandes economias do mundo para manter os países em desenvolvimento (ou os pobres do mundo todo) sobre seu controle e sempre justificar a venda de novos produtos. Entretanto, quando se trata de meio ambiente, as decisões políticas e interesses de um país afetam todo o planeta, positivamente ou negativamente. O Brasil, por exemplo, figura entre os maiores emissores de gás carbônico, o principal causador do efeito estufa, em função do aumento do desmatamento e das queimadas. Cerca de 75% das emissões de CO₂ do país vêm de desmatamento e queimadas, segundo dados publicados pelo IBGE de 2010.

Esse “balanço” das informações dos “dois lados” é falacioso porque não reflete o modo como a ciência trabalha, pois “uma vez que uma questão científica é fechada, só existe um lado” (MIGUEL, 2020 p. 5).

Decorrente dos fatos narrados anteriormente nas SDs 15, 16 e 17, retomamos a fala de Eliane Brum sobre a crise climática no trecho do texto A1, a seguir:

E não está porque, depois de governos inconsequentes e estúpidos diante da crise climática, à esquerda e a à direita, o país tem hoje um governo de extrema-direita que, além de ser inconsequente e estúpido, também contém uma parcela de alucinados. O governo militarizado de Jair Bolsonaro pode conduzir o Brasil para o abismo. E, dada a importância da floresta amazônica, arrastar o planeta com ele. SD18

Neste trecho da SD18, Eliane fala sobre um processo de continuidade e não de ruptura política na Amazônia, e emprega termos como *inconsequente*, *estúpido* e *alucinado* [singular] para se referir à visão que se tem sobre meio ambiente e a implementação de políticas públicas ambientais (como veremos no próximo capítulo) adotadas pelo governo Bolsonaro, de extrema-direita. Assim, a autora busca mostrar que essa prática autoritária e violenta – não como foi a colonização da Amazônia e seus povos, mas como ocorre com a criminalização das ONGs que lutam pela preservação da floresta e de seus povos, ou com alianças a grupos criminosos, como desmatadores e grileiros na Amazônia, bem como a propagação de constantes mentiras – tende a uma quebra do pacto civilizatório, isto é, do processo civilizatório,

que se relaciona com o conceito de Estado Democrático de Direito Social, a soberania constituinte, sua legitimidade e a democracia, visando a manutenção das garantias e direitos de cada cidadão.

No que tange a *militarização* do governo, a autora destaca que a visão dos militares, construída e difundida durante a ditadura militar (1964-1985) e que norteia os discursos do governo Bolsonaro – intimamente relacionado com o agronegócio predatório que pretende se expandir ainda mais sobre a Amazônia – reflete atualmente na exploração da floresta por meio de grandes obras e projetos – executadas, também, por mineradoras estrangeiras e corporações transnacionais –, sem ouvir os povos das floresta e respeitar seus direitos constitucionais, respaldado pela estratégia de ameaça à soberania nacional.

Posto isso, Eliane considera que essas medidas poderão *conduzir o Brasil para o abismo*, isto é, para a destruição da Floresta Amazônica e, conseqüentemente, do planeta. Nessa conjuntura, frente a uma temática interconectada e multidimensional, Dryzek (1997) delimita dois níveis de complexidade: a dos ecossistemas e dos sistemas sociais humanos. Assim sendo, entende-se que, quanto mais complexa for determinada situação, maior é o número de perspectivas possíveis sobre ela. À vista do nível de ambigüidade da temática ambiental, o autor afirma que, muitas vezes, não existe o certo ou o errado, mas, sim, interpretações discordantes de um fenômeno em comum.

5.3 Visão geral dos problemas e da política ambiental em 2019

Para abarcar a temática dos problemas ambientais e da política ambiental adotada pelo Governo Federal em 2019, partimos, inicialmente, da premissa de uma imprensa livre e atuante, especialmente no que se refere à registrar e evidenciar os fatos relativos à área ambiental, de modo a elucidar a situação da Floresta Amazônica, as ações do Governo Federal e suas relações com os demais países, como Eliane Brum contextualiza no trecho do texto A2 a seguir:

A Amazônia é assunto do planeta porque, sempre que o Brasil destrói a floresta, reduz as possibilidade de controlar o aquecimento global. Tanto é assunto do mundo que o Brasil recebe bilhões de reais da Noruega e da Alemanha para manter a floresta em pé. Não fosse esse dinheiro, nem mesmo atividades básicas de fiscalização do Ibama teriam sido executadas no ano passado. SD19

Na SD19 a autora utiliza termos como *destruição* e *redução* [no tempo verbal] para tratar sobre o controle do aquecimento global e a sua relação com a floresta, conforme tratamos no capítulo anterior. Adiante, procura discutir a forma de inserção da questão amazônica – e conseqüentemente a política ambiental – no debate sobre a política externa brasileira para a Amazônia. Ao pontuar a dificuldade com *atividades básicas de fiscalização do Ibama*, cita a importância das doações de países como a *Noruega* e a *Alemanha* para o Fundo Amazônia, principal financiador da proteção da floresta, uma ferramenta essencial para impedir, ainda que minimamente, a destruição acelerada do bioma, e que segundo a autora, estão sob ataque do Governo de Bolsonaro. Por outro lado, a autora aponta a complexidade e a contradição da relação de outros países com a floresta como epicentro dos conflitos, nos trechos do texto A2:

A Noruega tem ainda participação em frentes de destruição da Amazônia, como a empresa Hydro Alunorte, que contaminou os rios de Barcarena, no Pará. Só podemos seguir adiante enfrentando todas essas contradições — e não fugindo delas. E exigindo melhores práticas e mais coerência da Noruega. SD20

[...] para fiscalizar o Estado e defender os direitos dos mais desamparados, as instituições mandam os sem nenhuma experiência. Alguns deles — não todos — interpretam que estão sendo enviados a uma região amazônica como um teste ou mesmo um castigo, um calvário que precisam passar antes de ter um posto “decente”. Parte deles — não todos — não vê a hora de ter o que é chamado de “remoção” e deixar essa *bad trip* para trás. SD21

Ao tratar do Fundo Amazônia e, mais especificamente, da Noruega, que é a maior produtora de petróleo da Europa Ocidental e financia majoritariamente o projeto, junto à Alemanha e à Petrobrás (maior empresa de exploração e produção de petróleo do Brasil e uma das maiores do mundo), na SD20, Eliane frisa a importância do país neste projeto – que no seu entendimento, é alvo de ataque do Governo de Bolsonaro – para impedir, ainda que minimamente, a destruição acelerada do bioma. Contudo, a jornalista ressalta que a Noruega também promove a *destruição* da floresta, mencionando o vazamento de rejeitos industriais da mineradora norueguesa Hydro Alunorte, que contaminou os rios de Barcarena, no interior Pará, em fevereiro de 2018. Além do impacto ambiental, social e econômico trazido, o vazamento de metais pesados acomete a saúde da população, que sofre com doenças e a pobreza. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 46,4% da população de Barcarena vive com até meio salário mínimo e a maioria tinha no rio Murucupi sua principal fonte de alimentação e de renda. O caso transcorre na Justiça do Pará.

Nesse sentido, Eliane expõe a necessidade de refletir sobre o Rainforest Journalism Fund – RJF (fundo de jornalismo sobre florestas tropicais lançado em 2018), que apesar de contribuir para o aumento do nível de relatórios sobre questões globais de florestas tropicais, como desmatamento e mudanças climáticas, é financiado, em grande parte, por recursos proveniente do petróleo. O gás e petróleo da Amazônia é considerado um dos mais puros do Brasil, possuindo uma reserva de extração no município de Coaris, em uma área de 350 quilômetros quadrados, situada no meio do coração da floresta, que abastece a zona franca de Manaus e parte da região Norte. A questão preocupa ONGs, indígenas e especialistas. Segundo o Greenpeace, áreas estão sendo vendidas para que empresas explorem petróleo e gás natural via leilão, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), uma espécie de “saldão” da Amazônia, que poderia causar ainda mais desmatamento. Um derramamento seria constante para ameaçar o bioma e os povos que habitam a região, onde há territórios indígenas ainda em processo de demarcação e unidades de conservação. Considerando toda a complexidade do assunto, Eliane sugere que lidemos com as *contradições* e exijamos soluções mais coerentes também da Noruega.

Na SD21, a autora se refere à floresta como epicentro dos conflitos, que torna toda a situação ainda mais complexa, difícil e perigosa. Neste excerto, a jornalista denuncia a lógica das instituições, isto é, o olhar para a Amazônia, que contribui para esse cenário, como por exemplo, a falta de experiência de parte dos servidores públicos ambientais escalados pelo Estado para fiscalizar e defender os direitos dos mais vulneráveis e, que, além disso, muitos destes consideram a função um *castigo* ou um *calvário*, isto é, um exercício tido como uma punição, ou ainda uma “*bad trip*” (viagem ruim, no inglês), a fim de atingir postos mais elevados, por parte dos agentes públicos. Esse é um pensamento que excede uma razão de culpa, porque é a lógica das instituições, o olhar que se tem sobre a Amazônia. Entretanto, Eliane destaca os servidores públicos que entendem a importância do papel que desempenham na região, sendo essenciais para a luta pelos direitos em uma região onde eles são banalizados.

As políticas de contenção de despesas do governo federal ao longo da última década têm reduzido progressivamente a verba para o IBAMA, o que resultou no sucateamento desse órgão e fragilizou sua capacidade para manter uma presença efetiva no campo e nos principais centros urbanos. Atualmente, a falta de pessoal qualificado, de equipamentos básicos e de verba para

atividades de campo tem limitado a capacidade dessas instituições de desenvolver um trabalho minimamente adequado (ALENCAR, 2004, p.57).

Dito isso, a autora procura debater os destinos da Amazônia, ameaçada pelas sombras do passado refletidas no presente e pelo desconhecimento básico da temática na educação – não somente nas escolas públicas –, para que seja possível fazer as conexões necessárias e compreender que, ao lutar pela Floresta Amazônica, se está lutando pela redução da desigualdade e pelo maior acesso aos recursos e às políticas públicas. Para entender que o que prejudica a economia da floresta não é a proteção da floresta, mas a invasão dos grileiros para explorar a madeira, plantar soja e abrir pastagem para gado, e a anistia destes, que violam terras públicas e assumem o posto de “representante do ‘agronegócio’” e de membro do “setor produtivo nacional”. Bem como a demora na demarcação dos territórios indígenas, hoje paralisada por Bolsonaro, e a sua ideia de revisar unidades de conservação, áreas de floresta cobiçadas por setores do agronegócio com visão atrasada. Em suma, a instabilidade e a total falta de apoio governamental, a ignorância dos governos e de seus economistas.

Deste modo, podemos concluir que a importância do Brasil no cenário internacional é atrelada, sobretudo, à Floresta Amazônica. Nas palavras de Clóvis Cavalcanti (2015, p. 171), não existe sociedade (e economia) sem sistema ecológico, mas pode haver meio ambiente sem sociedade (e economia). A natureza é vital por si só e, portanto, é a economia que necessita da natureza – para produzir bens de capital –, e não o contrário. Dessa forma, a economia não cresce sem natureza, pois ela faz parte de um sistema interconectado.

5.4 Principais causas do desmatamento na Amazônia

Adentramos este capítulo considerando que as três principais formas de desmatamento na Amazônia são a conversão de floresta em pastagens para a criação de gado, o corte e a queima da floresta para cultivos anuais pela agricultura familiar, e a implantação de cultivos de grãos pela agroindústria (MARGULIS, 2003) e o papel indutor do próprio Estado, com suas políticas estruturais que alavancam os índices e as medidas de pouca eficácia que visam reduzi-los, como contextualiza Ane Alencar, diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), no livro *Desmatamento na Amazônia: indo além da "emergência crônica"*. Dessa forma, Eliane

Brum contextualiza a relação do desmatamento com a ineficiência de políticas públicas, que, por sua vez, revelam a omissão e ausência do poder estatal. No excerto do texto A2 isso fica claro:

[...] Aqui, na Amazônia, se você come boi, tem certeza que é boi de desmatamento. Se você compra madeira, sabe que (quase) não existe madeira efetivamente legal no Brasil. Se você compra uma mesa ou um guarda-roupa vai ficar olhando para esses móveis e pensando que muito provavelmente eles foram feitos com madeira arrancada de terra indígena ou de uma reserva extrativista. Aqui, no centro do mundo, a relação com a morte da floresta e dos povos da floresta, assim como com a morte dos agricultores familiares, é direta. É inescapável. E só podemos viver carregando — conscientemente — tanto nossas contradições quanto nossas ruínas. SD22

A relação heterogênea, complexa e multifatorial do desmatamento com a ilegalidade, isto é, a sua *relação com a morte da floresta e dos povos da floresta*, conforme denunciada pela jornalista na SD22, se manifesta de forma explícita, como por exemplo, a obtenção de móveis fabricados com madeira sem procedência, isto é, *arrancada*, tomada a força (mediante intimidação, ameaça, coação, lesão física ou até a morte) de terras indígenas e reservas ambientais. De tal modo, a autora reflete sobre as *contradições* presentes na sociedade, que aparenta não se importar ou evitar de entender, compreender e assimilar as injustiças e irregularidades envolvidas, se eximindo de suas próprias responsabilidades e de seu potencial de mudança. Somado a isso, apesar do debate e do esforço do governo brasileiro de buscar políticas de controle, o desmatamento continua avançando a altas taxas anuais (INPE, 2003).

É preciso, portanto, para que se alcance uma solução do problema, que haja uma integração das políticas ambientais com aquelas socioeconômicas e desenvolvimentistas e que as diferenças regionais sejam consideradas. Somente assim será possível dar início a um processo de mudança de atitude em relação ao desmatamento. (ALENCAR, 2004, p.11).

Tendo em vista que o desmatamento é movido pela rentabilidade das atividades econômicas que avançam na região, como a pecuária, a agricultura mecanizada e a extração madeireira (ALENCAR, 2004, p. 61), Eliane Brum discorre sobre a proximidade geográfica dos territórios do agronegócio com as terras indígenas e suas respectivas implicações, que, por vezes, são acobertadas pela chancela do Estado, como consta no excerto do texto B1:

Uma parcela significativa das terras indígenas está na floresta amazônica. Fazem limite com grandes plantações de soja e criação de boi. Têm sido pressionadas — e invadidas — para o cumprimento do ciclo: desmatamento da floresta para comércio ilegal de madeira, colocação de cabeças de boi

para garantir a posse da terra, venda da terra para plantação de soja. Em algum momento do processo, legalização do 'grilo' pelo governo do momento, com anistia aos ladrões de terras públicas — ou aos que compram as terras públicas roubadas pelos ladrões. SD23

Na SD23, o uso de termos como *pressão*, *invasão* e *colocação/ plantação*, seguido de *legalização*, expõe, neste contexto, a simbiose do sistema econômico: a imposição de condicionamentos à atividade econômica e padrões de consumo; a conquista (forçada ou manipulada) de novos territórios, como áreas indígenas e florestais intocadas, como forma de expandir impérios e gerar lucro; o alcance de seu objetivo de instalar-se (ilegalmente) e, depois, apossar-se (legalmente) destas terras, destinando-as aos seus próprios interesses e fins desejados, sejam plantações ou criações de animais como negócios lucrativos.

Somente através da parceria entre a sociedade civil, o setor produtivo e o governo, será possível atacar as causas socioeconômicas do desmatamento e promover políticas de controle mais consistentes e duradouras. [...] Assim, ficará mais fácil identificar aqueles que são prejudiciais, quando florestas são derrubadas para a implementação de uma agricultura ou de pastagem em áreas nitidamente inapropriadas para o cultivo ou a criação ou de alto valor ecológico [...] (ALENCAR, 2004, p.11).

Além disso, diante da explosão do desmatamento no Governo de Bolsonaro seguida de escândalos e declarações torpes, a Alemanha e a Noruega suspenderam o repasse de quase 300 milhões de reais destinados à proteção da Amazônia. Em resposta, Bolsonaro disse: “A Alemanha vai parar de comprar a Amazônia a prestações”. E, aos noruegueses: “Pega a grana e ajude a Angela Merkel [chanceler federal da Alemanha] a reflorestar a Alemanha”. Sobre isto, Eliane Brum tece suas considerações críticas no trecho do texto C1:

Bolsonaro não é apenas estúpido — e muito mal educado. As declarações servem para acirrar a paranoia de seus seguidores: o antipresidente e seu clã defendem que a preocupação com a floresta é uma desculpa para tomar a Amazônia do Brasil. [...]. SD24

De forma enfática e categórica, na SD24, a jornalista utiliza termos como *estúpido*, *paranoia* e *desculpa* para se referir ao comportamento e ao posicionamento adotados perante a Amazônia por parte do presidente e de seu 'clã', formado por ele e seus três filhos – Eduardo (deputado federal pelo estado de São Paulo), Carlos (vereador do município do Rio de Janeiro) e Flávio Bolsonaro (senador da República pelo estado do Rio de Janeiro), que, por motivos próprios, foram eleitos na esteira da popularidade do pai e hoje assumem vida própria na política nacional, sendo alvos de

diferentes frentes de investigação e tendo envolvimento direto nas polêmicas e crises do governo.

Por outro lado, Eliane avalia como uma boa notícia – a única, em específica –, sobretudo para setores do empresariado brasileiro, o acordo entre a União Europeia e Mercosul, que, conforme a autora, fora costurado durante 20 anos pelos governos anteriores e que estão ameaçados pela destruição da Amazônia. Frente a isso, Eliane Brum expõe outra relação complexa da Europa com a floresta, propondo uma medida resolutiva entre continuar ou parar de importar carne de desmatadores e produtos carregados de agrotóxicos, entre estimular ou impedir o agronegócio predatório relacionado ao desmatamento e às queimadas (como veremos no próximo capítulo). Pois, conforme Ane Alencar:

[...] há evidências de que a agricultura intensiva – especialmente a ligada ao agronegócio da soja –, mais capitalizada, tem ampliado a sua participação na conversão da cobertura vegetal nativa, não apenas na região de cerrado mas também em áreas de floresta, além de “empurrar” outras frentes de expansão sobre a região amazônica. (ALENCAR, 2004, p. 9 - 10).

Dando continuidade aos pressupostos teóricos de Ane Alencar, com vistas a contribuir para o entendimento das sequências discursivas postas anteriormente, urge a necessidade de estabelecer conexões entre ações e políticas públicas que reduzam efetivamente o desmatamento ilegal ou inapropriado na região. Assim, determinamos os fatores que limitam reduções consistentes e duradouras nas taxas de desmatamento, a compreensão das origens deste problema e de seus distintos propósitos, que, segundo a autora devem-se à ausência de: 1) investimento na capacitação das instituições responsáveis pela implementação e fiscalização da legislação ambiental e fundiária; 2) engajamento das populações e dos grupos políticos da Amazônia na discussão das ações e políticas de combate ao desmatamento (ALENCAR, 2004, p.11).

Diante disso, podemos enfatizar que os principais instrumentos para a contenção do desmatamento seguem sendo o Código Florestal e as áreas protegidas. Posto isto, entendemos que a resolução destes eixos dependerá da tomada de um processo de negociação entre o governo e os grupos sociais, econômicos e políticos da região, estruturada a partir de três principais aspectos: 1) a definição dos mapas de zoneamento e de uso dos recursos naturais; 2) o aperfeiçoamento das políticas de fomento do manejo sustentável dos recursos naturais; 3) o fortalecimento dos sistemas de monitoramento e fiscalização.

Ademais, para evitar o desmatamento e extração predatória da mata nativa foram criadas leis e licenças ambientais no Brasil, que englobam toda a cadeia produtiva da floresta e produtos e subprodutos produzidos. Conforme o Instituto

Brasileiro de Florestas (IBF), as atividades de regularização se dão antes mesmo do plantio da floresta. Inicialmente, o produtor terá de mapear e identificar as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), Reservas Legais (RL) e as Áreas Agricultáveis, em conformidade com as regras definidas legalmente na propriedade, para que o plantio possa ser realizado nas áreas agricultáveis.

5.5 Floresta no rastro do fogo

Levando em consideração que a Floresta Amazônica tem sido alvo de constantes queimadas nos últimos anos, provocadas, sobretudo, pelo homem de forma acidental ou criminosa, analisaremos o discurso de Eliane Brum sobre as causas de incêndios de grandes proporções ocorridos na região no ano de 2019, a partir do atual contexto econômico e político. Vejamos o trecho do texto C1, que expõe um dos atos mais expressivos de queimadas na Amazônia em 2019, considerado pela Agência Especial Norte-Americana (Nasa), o pior ano desde 2010.

[...] porém, é ainda mais assustador: fazendeiros e grileiros ateam fogo na floresta, deliberadamente, como manifesto político. É o que aconteceu na Amazônia, em 10 de agosto, segundo foi anunciado no jornal de Novo Progresso. SD25

Na SD25, Eliane define como *assustador* os fatos sucedidos no fatídico Dia do Fogo, programado por fazendeiros e grileiros no entorno da BR-163, uma das regiões de maior conflito na Amazônia brasileira. O evento foi orquestrado por criminosos que atearam fogo em áreas de pasto e em processo de desmatamento, via aplicativo de mensagens WhatsApp. Para apresentar os fatos, a autora recorre ao jornal Folha do Progresso, de Novo Progresso, município paraense alvo da ação de grileiros e que mais sofreu com queimadas, tendo registrado entre 9 e 11 de agosto, 136 focos de incêndio. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que, na data marcada, Novo Progresso teve um número 300% maior de queimadas. Em Altamira, as estatísticas contabilizam até 743% de aumento, com 194 focos de incêndio neste território, epicentro dos conflitos amazônicos.

No que se refere ao uso de fogo como *manifesto político*, Eliane pretende destacar que, assim como noticiado pelo jornal, membros de setores do agronegócio sentem-se “amparados pelas palavras de Jair Bolsonaro”, que estimula a abertura de áreas protegidas da floresta para exploração da agropecuária e mineração. Portanto,

o ato revelaria a intenção de afirmar ao presidente “que querem trabalhar”, e que a única maneira para isto seria “formar e limpar pastagens com fogo”, diante do enfraquecimento das operações de órgãos de governo até quase a extinção no governo Bolsonaro. Cinco dias após a publicação destas informações na mídia local, a Amazônia queimou e o mundo assistiu estupefocado, tomando as manchetes dos mais variados meios de comunicação, tanto nacionais como internacionais, gerando inúmeras discussões. Sobre isto, a jornalista discursiviza no trecho do texto C1 a seguir:

Quando os incêndios na floresta queimaram as telas do planeta, a cidade de Altamira foi ocupada pela imprensa. ‘O mundo descobriu a Amazônia’ [...]. Altamira é redescoberta periodicamente. E, em seguida, esquecida. Essa é a angústia de quem luta pelo meio ambiente nesse centro do mundo que é tratado como periferia. As chamas podem se apagar e, se Jair Bolsonaro não for impedido de seguir desprotegendo a floresta, voltar a acender e a queimar ainda mais. SD26

Neste excerto da SD26, a autora reflete sobre o histórico dos assuntos relativos à Amazônia que, volta e meia estão em pauta, e desaparecem rápido, para, em seguida, revelar algo sobre nós. Considerando que na Amazônia, bem como no Brasil e na América Latina, sempre há uma tragédia que acaba se sobrepondo à outra, o que contribui para desmemória e para os apagamentos, consciente ou inconsciente. As más notícias do aquecimento global não param. Com a ampla repercussão na mídia das queimadas na Floresta Amazônica em 2019, Eliane contextualiza que, enquanto uma parcela da população fomentava a esperança de que as atrocidades reiteradamente denunciadas contra a floresta e os povos originários fossem realmente vistas, outra dela se sentia enraivecida, tendo em vista que toda essa proporção e expansão da informação resultaria na volta das operações de órgãos de governo e, que, nessa linha de pensamento, atrapalhariam, ao menos temporariamente, o negócio de comercializar a floresta. Ademais, ao usar o termo *voltar* para se referir aos incêndios ocorridos na Amazônia, na última frase da SD26, a jornalista reforça que esta poderá ser uma ameaça permanente e progressiva, caso nada seja feito para barrar os desmandos de Bolsonaro no que se refere à *proteção* da floresta.

Nesse sentido, é entendido que o uso do fogo constitui uma prática arraigada na cultura da Amazônia brasileira (MOTTA; MENDONÇA; NEPSTAD,; DIAZ,; ALENCAR; GOMES; ARIGONI, 2002, p. 5), tradicionalmente utilizado por agricultores por ser considerado um método barato para limpeza do terreno e preparo do solo. Entretanto,

o seu uso também traz prejuízos privados e sociais, podendo, acidentalmente, atingir cultivos, pastos e benfeitorias, além de trazer perdas associadas a doenças respiratórias provocadas pela fumaça dos incêndios (MOTTA, Ronaldo Seroa da; MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso; NEPSTAD, Daniel; VERA DIAZ, Maria del Carmen; ALENCAR, Ane; GOMES, João Carlos; ARIGONI ORTIZ, Ramon, p.5, 2002). Por outro lado, a queimada controlada é uma prática que pode ser empregada na atividade agrícola ou gestão de florestas, exigindo orientações técnicas e autorização prévia dos órgãos ambientais competentes.

A lei proíbe o uso de fogo na vegetação (Artigo 38 da Lei nº 9.605/98), exceto em algumas situações específicas, como em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais [...].

5.6 Ecocídio em curso na Amazônia

Para compreendermos este capítulo, é necessário esclarecer o conceito de ecocídio, definido como sendo o “Dano extensivo, destruição ou perda de ecossistema de um determinado território, por ação humana ou outras causas, a tal ponto de reduzir severamente o aproveitamento pacífico dos habitantes daquele território”, criado pela advogada britânica Polly Higgins, que, desde 2010, defende a inclusão do ecocídio na lista de crimes contra a humanidade, junto com os crimes de guerra e genocídio, julgados pelo Tribunal Criminal Internacional da Organização das Nações Unidas. Desse modo, Eliane Brum aborda os impactos da existência de usinas hidrelétricas que poderão levar ao ecocídio da Amazônia, como pode verificar-se nos trechos extraídos do texto C2:

[...] Na história recente da Amazônia, a grande causadora e reprodutora de violências na região do Médio Xingu, onde está a cidade de Altamira, foi e segue sendo a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Muito pouco acontece na cidade que não tenha o DNA da Norte Energia S. A., a empresa concessionária da barragem. Esse DNA está marcado na agonia da Volta Grande do Xingu, uma região belíssima de 100 quilômetros onde vivem os povos Juruna e Arara, assim como população ribeirinha e espécies endêmicas de peixes [...]. SD27

Desde antes do leilão e da construção de Belo Monte, especialistas deixaram claro que, como o Xingu passa metade do ano com pouca água, por conta da seca sazonal, a operação da usina poderia ser deficitária do ponto de vista energético e econômico. SD28

Nas SDs 27 e 28, a jornalista expõe que Usina Hidrelétrica de Belo Monte pode significar a morte da bacia do Rio Xingu, trazendo severas consequências para a

região, bem como para indígenas e a população ribeirinha, que, segundo ela, são empurrados para a periferia de Altamira, expostos à fome e à violência. Assim, na SD28, Eliane levanta a denúncia do Ministério Público Federal que, para Belo Monte ser economicamente viável, está exterminando a Volta Grande do Xingu. Segundo a autora, esta história revela a veia da corrupção que aflige a Amazônia e a omissão de políticos, parte da esquerda e uma parte da direita, diante dos crimes e/ou interesses econômicos que ceifam vidas humanas e aprofundam o colapso da Amazônia, a ponto de a situação não ter mais retorno. Isso porque, conforme Edna Castro (2018, p. 38 – 39) as consequências das mega hidrelétricas são devastadoras nos territórios.

Em geral, os projetos de hidrelétricas alteram a configuração territorial e com a finalização da obra, continuam a ocorrer processos de expropriação de grupos e pessoas, violência física e simbólica, desastres e tragédias como as observadas em plantas de mineração em Mariana (MG) e Barcarena (PA) (CASTRO, 2018, p. 38 – 39).

No entanto, a construção de hidrelétricas deve aumentar na Amazônia. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), organização não governamental que lidera a iniciativa Investimentos e Direitos na Amazônia, o Plano Decenal de Energia – PDE (2023) prevê a operação de 20 novas usinas hidrelétricas (UHEs) na Amazônia até 2023, projetados para alcançar investimentos estimados em R\$ 100 bilhões e geração potencial de 36 mil megawatts (MWs). No momento, Bolsonaro declarou que pretende retomar a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, as quais expõem a face obscura do desenvolvimento, conforme exposto por Eliane Brum nas sequências discursivas anteriores e por Edna Castro:

Esses empreendimentos vêm acompanhados de outros, de setores diferentes, como ocorre na Amazônia, com o avanço de *commodities* agrícolas e minerais, e obras de estradas, de portos, de ferrovias, impactos múltiplos e por isso com efeito de transbordamento (GUDYNAS, 2015), como verificado no território onde foi construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ou Belo Monstro, como preferem alguns moradores da região (CASTRO, 2018, p. 39).

Com esse entendimento, retiramos o seguinte trecho do texto C2:

Sem a maior floresta tropical do mundo, a vida humana no planeta não tem nenhuma chance. No Brasil, como nos outros países amazônicos da América Latina, os povos da floresta estão lutando quase sozinhos para mantê-la em pé. E morrendo. Os filhos destes lutadores têm precisado assumir a luta dos pais assassinados. [...] SD29

Na SD29, Eliane Brum enfatiza a *luta* dos povos da floresta e de seus descendentes pela salvação da floresta e de sua própria sobrevivência. Enquanto o planeta espera que o Brasil cuide da Amazônia, os povos nativos, os quais sofrem sucessivos massacres e violações, são considerados quem melhor a cuidam, em geral contra os interesses de diferentes governos no poder. De outro modo, a sociedade civil, instituições e atores estatais podem elaborar ferramentas que impeçam a perpetuação dessa situação, no sentido de reverter os danos à Floresta Amazônica e os ataques aos povos indígenas e tradicionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, apresentamos um panorama geral das políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal e a situação da Floresta Amazônica em 2019, a partir de uma Análise de Discurso (AD). Seguindo um conceito descritivo e expositivo, descrevemos e analisamos o discurso da jornalista Eliane Brum no jornal *El País Brasil* quanto à gestão ambiental na região amazônica brasileira, principalmente nos estados do Acre, Amazonas e Pará – região esta que, historicamente, é alvo de disputa de grupos de interesse movidos a distintos discursos que visam legitimar suas ideologias, acometida por fenômenos como o desmatamento e as queimadas, associados à impunidade e a violência que, concomitantemente, favorecem a destruição da Amazônia e trazem impactos negativos significativos para o meio ambiente e as populações nativas, como indígenas e ribeirinhos.

O objetivo geral deste estudo enfoca questões relativas à compreensão, observação e reflexão crítica do discurso jornalístico acerca das políticas públicas ambientais implementadas pelo Governo Federal no referido ano. Em termos gerais, o processo de pesquisa se dá através de um panorama geral e histórico-conceitual dos termos políticas públicas e políticas públicas de meio ambiente no Brasil, da compreensão e reflexão crítica da lógica e ideologia do governo Bolsonaro, no segundo capítulo, e da contextualização e análise do discurso jornalístico e do Jornalismo ambiental, no capítulo seguinte. Por meio da metodologia de pesquisa da AD – que engloba os efeitos de sentido, representação e significação –, os textos selecionados são analisados em cinco Formações Discursivas (FDs). Considerando a delimitação do tema e o tempo dispensado para a sua produção, diante de sua amplitude e complexidade, podemos observar que os sentidos convergem para as cinco FDs: a política ambiental do governo Bolsonaro; a problemática ambiental e políticas públicas; interesses e conflitos na Amazônia; desmatamento e queimadas na Floresta Amazônica; a importância da Amazônia para o mundo. Os trechos são organizados em sequências discursivas (SDs) no quinto capítulo.

Desta forma, compreendemos que todos os sentidos contidos na coluna de Eliane se voltam para uma prática de denúncia. A autora clama, reiteradamente, por um pedido de socorro para as políticas públicas (ou a falta delas) que vêm sendo aplicadas pelo governo Bolsonaro em 2019. Aliás, Eliane expressa a ausência de uma gestão pública efetiva e uma atuação resolutiva no território amazônico, que carece

de uma atenção central do poder público, enquanto que minorias sofrem com as consequências dessas práticas. Em vista disso, Eliane assume, de certo modo, o papel de porta-voz desse povo. Sendo assim, este estudo classifica os instrumentos normativos usados em questões de desenvolvimento sustentável, desmatamento, incêndios florestais, gerenciamento de riscos, mudanças climáticas e outras, e identifica as organizações governamentais e não governamentais (ONGs) envolvidas no gerenciamento de conflitos e desastres naturais e na promoção do debate público, na mobilização da sociedade civil em torno das alternativas entre os atores e na articulação política como motor de transformações necessárias nas políticas públicas.

Entretanto, tendo em vista o nível de ambiguidade dessa temática, os discursos poderão carregar variadas interpretações de um fenômeno em comum. Constata-se, portanto, que o discurso jornalístico apresentado é contra-hegemônico, uma vez que a jornalista descentraliza o debate, no sentido de retratar a floresta para o mundo, considerando este o centro da discussão. Trazendo alguns dos assuntos em voga durante o ano delimitado na pesquisa, citamos a disparada no aumento de queimadas e desmatamento, sobretudo, no segundo semestre de 2019, período que atingiu grande repercussão na mídia nacional e internacional – haja vista que, no mês de agosto deste ano, as queimadas na Amazônia provocaram um corredor de fumaça na América do Sul, cujas imagens foram capturadas por satélites. As consequências trazidas para o governo brasileiro e os conflitos desencadeados por sua ótica de política ambiental, impulsionados por declarações polêmicas e falaciosas do presidente Jair Bolsonaro para a comunidade internacional e instituições de pesquisa científica e tecnológica do próprio país, como o INPE. Este ponto da pesquisa, por conseguinte, propõe uma análise do discurso de Bolsonaro e de membros do governo associados a práticas negacionistas, autoritárias e desenvolvimentistas relacionadas à meio ambiente, dentre as quais, destacamos: o desmonte de políticas ambientais; descomprometimento em considerar dados científicos e autoridades no assunto, minando seu lugar no centro da discussão pública; o silenciamento e afastamento de servidores públicos comprometidos com a causa; conchavos e influências diretas de grupos e setores ligados ao agronegócio, em que parte está vinculado a uma predatória racionalidade econômica; além do histórico avesso à causa ambiental do presidente e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Seguido da legitimação destes discursos, acompanhamos, através do noticiário, durante este período, o recorde histórico no aumento de queimadas e desmatamento, a queda abrupta no

registro de autuações ambientais e o aumento de ações criminosas, diante de uma tendência de cancelamento de tais práticas e de omissão de responsabilidade.

Por outro lado, a pesquisa trabalha com conceitos como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, o ativismo ambiental e atuação de ONGs, projetos sociais, agentes de mídia e membros de setores ligados à questão ambiental. Desse modo, observa-se que, nas últimas décadas, as transformações sociais ocorridas estão reivindicando uma profunda revisão do modelo econômico, predominantemente consumista, para um modelo sustentável, com a finalidade de aprimorar a relação entre o homem e o meio ambiente. No entendimento de Schirley Luft (2005), várias são as frentes – da ciência, dos setores políticos, econômicos e sociais – que têm se mobilizado para a resolução de propostas e modelos de desenvolvimento alternativos baseados no uso racional dos recursos ambientais e bens públicos, visando a reparação de erros históricos em decorrência de um processo de exploração predatório da natureza, garantindo, assim, uma melhor qualidade de vida à população, sem comprometer a sobrevivência das gerações atuais e futuras.

Dito isso, compreendemos que o Jornalismo, juntamente com outras instituições e forças sociais, desempenha o seu papel como agente fiscalizador, mediador e participativo, que norteia os princípios de uma sociedade democrática. Embora temos identificado que o Jornalismo não seja um espelho da realidade, esse está entranhado no ambiente onde atua, o qual, por sua vez, possibilita certas possibilidades de produções jornalísticas, relações e práticas sociais e representações oriundas desse campo. Dentro disso, a reflexão sobre o meio ambiente e políticas públicas tornou possível entendermos a lógica dos sistema político-econômico que orienta a organização da sociedade e do espaço, e a sua relação com as questões amazônicas.

Nessa perspectiva, decorrente dos resultados e discussões levantados nesta pesquisa, refletimos que o futuro da humanidade e do planeta Terra está relacionado ao futuro da Amazônia. Assim, identifica-se a necessidade de ações urgentes e concretas por parte do Governo, Estados e Nações, com líderes respaldados em embasamento técnico-científico e que apresentem uma postura séria, combativa e célere. Dessa maneira, reforçamos a importância do Jornalismo na questão ambiental, de discursos alinhados e condizentes nesse sentido, do aperfeiçoamento e de transformações necessárias no campo de políticas públicas e da conscientização coletiva, a fim de evitar o extermínio da Floresta Amazônica, o qual, por sua vez, traria profundas consequências e danos irreversíveis para o Brasil e todo o mundo.

REFERÊNCIAS

_____. Decreto nº 9.452, de 05 de dezembro de 1982. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA-TAMOIOS), no município de Angra dos Reis. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1982/dec_9452_1982_criaapatamoiosangraris_rj.pdf>. Acesso em: 18 de jun. 2020.

_____. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-norma-pl.html>>. Acesso em: 18 de jun. 2020.

_____. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm>. Acesso em: 18 de jun. 2020.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 18 de jun. 2020.

_____. Projeto de Lei nº 6.299, de 13 de mar. 2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>>. Acesso em: 18 de jun. 2020.

AB'SÁBER, A. N. Amazônia: proteção ecológica e desenvolvimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 1, n. 3, p.4-20, 1989 [Republicado em São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 112-126, 1992].

ALENCAR, Ane; NEPSTAD, Daniel; MCGRATH, David; MOUTINHO, Paulo; PACHECO, Pablo; DIAZ, Maria Del Carmen Vera; SOARES FILHO, Britaldo. 2004. Desmatamento na Amazônia: Indo Além da Emergência Crônica. Belém, PA: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

ARISTÓTELES (II). *Metafísica (livros I e II)*. São Paulo: Abril, 1984. *Os Pensadores*.

ASSIS, Sidnei Cruz de. O Fascismo Cabloco no Brasil: O Integralismo, suas ações e propaganda de mobilização na década de 1930. Guarulhos, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/49146/MONOG.%20ULTIMA%20OVERS%C3%83O%20P%20IMPRESS%C3%83O.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

BARROS, Antonio Teixeira; LIMA, Maria Érica de Oliveira. A eficácia do jornalismo ambiental: dinâmicas e possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., 2012, Curitiba. Anais ... Curitiba: SBPJor, 2012. Disponível em: <http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/10encontro/comunicacoes_coordenadas/antonio_teixeira_de_barros_maria_ERICA_de_oliveira_lima.pdf>.

BACCHETTA, V. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, V. L. (Ed.). Ciudadanía planetaria. Montevideo: IFEJ/FES, 2000. p. 18-21. Tradução: Girardi, I.; Massierer, C.; Loose, E. B.; Schwaab, R.

BARROS, Antonio Teixeira de. *A Esquerda Verde: Partidos Políticos e Ambientalismo Radical no Brasil*. Dados vol.61 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000200503>.

BARROS, Antonio Teixeira; LIMA, Maria Érica de Oliveira. A eficácia do jornalismo ambiental: dinâmicas e possibilidades. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 10., 2012, Curitiba. Anais... Curitiba: SBPJor, 2012.

_____. (1999). Atores e discursos ecológicos no Brasil: Estado, Ciência e Imprensa. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília.

_____. (2013). A visibilidade ambiental em perspectiva sociológica: estudo comparado BrasilPortugal. *Sociologias*, v. 15; p. 318-345.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. p 219. 1990.

BELMONTE, Roberto Villar. A construção do discurso da economia verde na revista *Página 22*. Porto Alegre, 2015, p.9. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117262/000967743.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, vol. 6, nº 2, 110-125. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>>.

BELMONTE, Roberto; STEIGLEDER, Débora; MOTTER, Sarah. *Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite*. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <<https://conferencias.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/view/3594/69>>.

BELTRAO, Jimena Felipe. Opinion Leaders' Perceptions Of Sustainable Development And The Role Of The News Media In The Brazilian Amazon. *CIÊNCIA & CULTURA*, v. 50, n.4, p. 261-268, 1998. <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/915>>.

Benetti, Marcia. (2007). Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: Lago, C.; Benetti, M. (Eds.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, Brasil: Vozes.

_____. O jornalismo como gênero discursivo. O jornalismo como gênero discursivo Galáxia, núm. 15, junho, 2008, pp. 13-28. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641241002.pdf>>.

_____. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL, Luciana Leão. *Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva*. Revista Linguagem Estudos e Pesquisas. UFG, Catalão-GO. Vol. 15, n. 1, p.172 jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/32465/17293>>.

BUENO, Wilson da Costa (2008). Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: GIRADI, Ilza; SCHWAAB, Reges (org.), Jornalismo ambiental: Desafios e reflexões. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008. Disponível: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>>.

Buenos Aires: Pleamar, 1965. AUBERTIN, Catherine (Org.). Fronteiras. Brasília: UnB; Paris: Orstom, 1988.

Caminhos e Descaminhos do Jornalismo Ambiental. Ambiente, Santa Maria, UFSM, v. 23, p.250, jul. dez. 2001. LEFF, E.

CAMPOS, Pedro Celso. A percepção do tema ambiental na Universidade: por um ensino de jornalismo capaz de romper paradigmas. Comunicação e Espaço Público (UnB), v. 1 e 2, p. 07-22, 2006. Disponível: <<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/periodicos/0d42d4adc53b9e177ea571d01d9d2d8c.pdf>>.

CARDINALLI, Marcos Aurélio. Jornalismo Ambiental: Uma Breve Análise da Abordagem na Mídia Impressa. 2013, p. 1. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1431-1.pdf>>.

CASTRO, Edna. Produção de conhecimento sobre hidrelétricas na área de ciências humanas no Brasil. Novos Cadernos NAEA. v. 21 n. 3. p. 38-39, set. dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/6756/5357>>.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. 2015, p. 171. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/07.pdf>>.

CERVI, J. R., SCHMIDT, J. P. (2016): “O necessário equilíbrio entre Estadocomunidade-mercado para uma política ambiental sustentável e efetiva”,

Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 6, pp. 31-43. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4170>>.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo - Linguagem dos conflitos. Editora: do autor. 2014.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia, 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.113).

COLBACHINI, Marina Lee. Sentidos revolvidos na Revista Piauí (a intersecção da linguagem literária e jornalística). CAMPINAS, 2010, p.22. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270751/1/Colbachini_Marina_Lee_M.pdf>.

CRESPO, S.; VILELLA, M. R. O que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil. Relatório de divulgação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2008. Disponível em: <<http://www.iser.org.br/site/2013/10/15/pesquisa-de-opiniao-o-que-as-liderancas-brasileiras-pensam-sobre-mudancas-climaticas-e-o-engajamento-do-brasil/>>.

DEAN, W. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: companhia das Letras, 1996.

Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente – DPIMA. Disponível em: <<http://www.dpima.eb.mil.br/index.php/en/>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

EL PAÍS. Libro de estilo. Madrid: Santillana Ediciones, 2014, p. 27. Tradução MARÍN, Joaquín; JUNIOR, Lafaiete; FELTES, Alessandra; Sanfelice, Gustavo.

FAUSTO, Antonio Neto. *O jornalismo e os limites da representação*. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. 2004, p. 42. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/62011794508951882018031674631061540541.pdf>>.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

_____. O Jornalismo e a Reformulação da Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais. 2005, p. 167. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1863/1/JornalismoReformulacaoOcidentais.pdf>>.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. A periferia da periferia: mídias alternativas e cultura de minorias em ambientes não-metropolitanos. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.17, jan./jun., 2007. p.194. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed17/ricardo_oliveira.pdf>.

FREY, Klaus. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil, *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-260, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 09 de abr. 2020.

GALTUNG, Johan. A structural theory of imperialism. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 8, n. 2, p. 81, 1971. Tradução: AMARAL, Rodrigo.

GIRARDI, I.; MASSIERER, C.; LOOSE, E. B.; SCHWAAB, R. Jornalismo ambiental: caminhos e descaminhos. *Comunicação e sociedade*, v. 34, n. 1, p.137, 2012.

HALE, Sandra. A Global Developmental Trend in Cognitive Processing Speed. vol. 61, nº. 3. jun., 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1130951?origin=crossref&seq=1>>.

HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris, Ed. de Minuit, 1968, pp. 31-2. Tradução: INDURSKY, Freda.

IANNI, Octávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: Eni P. Orlandi; Suzy Lagazzi-Rodrigues. (Org.). *Discurso e textualidade*. 1 ed. Campinas: Pontes, 2006.

JOHN, L. Imprensa, meio ambiente e cidadania. *Revista Ciência e Ambiente*, Santa Maria, UFSM, v. 23, p.88, julho-dez 2001.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental ia ambiental*. São ia ambiental Paulo: Cortez, 2001. LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006, p. 136.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol.10, n.spe, pp.37-45. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_abstract&lng=pt>.

LITTLE, P. (Org.). *Políticas ambientais no Brasil*. São Paulo: Peirópolis - Brasília, 2003.

LUFT, Schirley. Jornalismo, Meio Ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais "O Liberal" do Pará e "A Crítica" do Amazonas. 2005, pp. 16-114).

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. *O Discurso jornalístico*. Brasília: Compós, 2001. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1217.pdf>.

MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. *Realidade: a história e as melhores matérias da revista que marcou o jornalismo e influenciou as mudanças no país*. Santos: Realejo Edições, 2010.

MARGULIS, S. *Causas do desmatamento da Amazônia Brasileira*. 1ª ed. Brasília: Banco Mundial, 2003 p. 100. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/neco/v19n1/06.pdf>>.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Linguística, Departamento de Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270690>>.

MARQUES, Ester. Estruturas do Discurso Jornalístico. In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste/Jornalismo e Editoração. 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/r12-0528-1.pdf>>

MARTÍNEZ; LOOSE. *Representações sociais da natureza e jornalismo especializado: contribuições para repensar a educação ambiental*. Polis Revista Latinoamericana. 2015, p. 10. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/11379>>.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Métodos de pesquisa em comunicação: projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MINAYO, Maria; DESLANDES, Suely; NETO, Otavio; GOMES, Romeu. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>.

MORAES, C. H. Jornalismo ambiental: dilemas de uma quase especialidade. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJOR, 6., 2008, São Bernardo do Campo. Anais... São Bernardo do Campo, 2008.

MORAL, Javier Fernández del; RAMÍREZ, Francisco Esteve. Fundamentos de la información periodística especializada. Madrid: Editorial Síntesis, 1993.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 4.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003a. 120p.

MOTTA, Ronaldo Seroa da; MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso; NEPSTAD, Daniel; VERA DIAZ, Maria del Carmen; ALENCAR, Ane; GOMES, João Carlos; ARIGONI ORTIZ, Ramon. O Custo Econômico do Fogo na Amazônia. p.5, 2002. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4470>.

NEVEU, Érik. Sociologia do Jornalismo. São Paulo: Loyola, 2006.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/download/13004/1252>>.

_____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/download/13004/1252>>.

_____. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

_____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

_____. As Formas do Silêncio, Campinas, Unicamp, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/download/4422/4035/>>.

_____. Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.
ORLANDI, Eni. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Discurso e leitura. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. “Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)”. Paraná: Editora UFPR, 2011. Disponível em: <http://ufr.br/economia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=216:politicas-publicas-ambientais-programa-bolsa-floresta&id=34:2014&Itemid=234>. Acesso em: 08 de abr. 2020.

PETRARCA, Fernanda Rios. O surgimento do “jornalismo ambiental” e as lógicas de engajamento na produção de notícias ambientais no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. Anais... Brasília: Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT10-540-253-20080510110629.pdf>>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Dos Cerrados e de suas riquezas: dos saberes vernaculares e de conhecimento científico – FASE. 2019, p.9. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/PUBLICACAO_CERRADO-2.pdf>.

REYES, Rogelio Fernández; PIÑUEL RAIGADA, José Luis; VICENTE MARIÑO, Miguel. La cobertura periodística del cambio climático y del calentamiento global en El País. Revista Latina de Comunicación Social 70(1038):122-140. fev. 2015. Tradução nossa. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281996434_Media_coverage_of_climate_change_and_global_warming_en_El_Pais_El_Mundo_y_La_Vanguardia>.

REZENDE, Tadeu. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/pt-br.php>>.

ROGERS, E. M. (1983). *Diffusion of innovations*. New York: Macmillan. Tradução: BELTRÃO, Jimena Felipe.

SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. 11a. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *O discurso do acontecimento*. In: SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009, p. 26.

The Politics of the Earth: Environmental Discourses. By John S. Dryzek. New York: Oxford University Press, 1997. Tradução: WENCESLAU, Juliana; ANTEZANA, Natalia Latino; CALMON, Paulo du Pin.

TRAQUINA, Nelson, *As notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, p. 168, 1993.

TRIGUEIRO, André. *Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. Editora Globo, 2005.

UNGARETTI, Wladimir Netto. *Empresariado e ambientalismo: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil*. São Paulo: Anna Blume, 1998.

URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VASCONCELOS, D. de. *História Média de Minas Gerais*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia;1974.

VIEIRA, Liszt e BREDARIOL, Celso (1989). *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Record.

WALDMAN, M. *Natureza e sociedade como espaço de cidadania*. In: PINSKY, J.; BASSANEZI, C. (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

WEINRICH, H. *Le temps*. Paris:Éditions du Seuil, 1973.

ZALLES, Viviana; HANSEN, Matthew C.; POTAPOV, Peter V.; STEHMAN, Stephen V.; TYUKAVINA, Alexandra; PICKENS, Amy; SONG, Xiao-Peng; ADUSEI, Bernard; OKPA, Chima; AGUILAR, Ricardo; JOHN, Nicholas; CHAVEZ, Selena (2019). *Near doubling of Brazil's intensive row crop area since 2000*. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America (PNAS)*. Disponível em: <<https://www.pnas.org/content/116/2/428>>. Tradução nossa.

ANEXOS

ANEXO A – TEXTO A1

“As crianças tomam conta do mundo: Num planeta governado por adultos infantilizados como Trump e Bolsonaro, meninas de diferentes países lideram uma rebelião pelo clima e marcam uma greve global de estudantes para 15 de março”

A luta contra o aquecimento global é hoje liderada por garotas de vários países do mundo. Estudantes secundaristas, a maioria. Mulheres muito jovens, carregando um novo espírito do tempo no mundo sem tempo, em que só há 12 anos para tentar impedir que o planeta aqueça mais do que 1,5 graus Celsius e o futuro logo ali seja uma vida muito ruim para todos, impossível para os mais pobres e os mais frágeis. Jovens mulheres com muito pânico porque os pais e avós ferraram o planeta em que vão viver e se comportam como gente mimada e egoísta que faz apenas o que quer sem se preocupar com as consequências nem mesmo para seus próprios filhos e netos. Uma parcela da espécie humana chegou a um nível de individualismo que nem mesmo protege a prole naquilo que é fundamental – e o presente se torna absoluto. De repente os mais jovens perceberam que a sobrevivência está comprovadamente ameaçada e os governantes estão brincando no Twitter.

Esse movimento de crianças e adolescentes é movido pela compreensão dos muito jovens de que os adultos não são adultos. É o que eles têm dito. “Como nossos líderes comportam-se como crianças, nós teremos que assumir a responsabilidade que eles deveriam ter assumido há muito tempo atrás”, afirmou a sueca Greta Thunberg em dezembro, durante a Cúpula do Clima, realizada na Polônia.

Ela tinha apenas 15 anos, em agosto de 2018, quando decidiu fazer um boicote às aulas todas as sextas-feiras e se postar diante do parlamento, em Estocolmo, para dar o seguinte recado: “Estou fazendo isso porque vocês, adultos, estão cagando para o meu futuro”. Desde então, Greta, uma menina de rosto redondo em que as tranças escoltam as bochechas, tornou-se uma referência internacional na luta contra o aquecimento global e tem inspirado movimentos de estudantes em vários países. Em 15 de março, planejam realizar uma greve global pelo clima.

A novíssima geração de humanos teve a extrema má sorte de nascer num momento histórico em que os pais não conseguem lidar com a questão do tempo. Os

adultos atuais cresceram bombardeados pelo imperativo do consumo que prometia prazer imediato, reiniciado a cada ato de compra, num looping infinito. O tempo passou a ser um presente estendido. Tudo o que existe é o agora do qual é preciso arrancar o máximo. É este o mundo em que cidadãos foram convertidos em consumidores. É este o funcionamento dos adultos atuais num momento histórico em que o aquecimento global, comprovadamente causado por ação humana, se não for barrado, mudará a face do planeta.

Os adultos se revelam incapazes de enfrentar uma ideia de futuro que não seja determinada por renovações do ato de consumo

Quando os mais respeitados cientistas do clima alertam que há pouco mais de uma década para evitar que a Terra se torne um planeta hostil para a nossa espécie, que é preciso mudar os padrões de consumo já e, principalmente, pressionar os líderes para tomar as medidas mais do que urgentes, a reação parece ser a de seguir mantendo o presente ativo, incapazes de enfrentar uma ideia de futuro que não seja determinada por renovações do ato de consumo no pacto capitalista do presente contínuo.

Os muito jovens perceberam que a época em que as crianças fazem só o que querem por conta de pais com problemas para educar e dar limites começa a dar lugar a época em que as crianças percebem que os pais fazem só o que eles querem porque são incapazes de aceitar que seja necessário ter limites. Mesmo limites bem pequenos, como, por exemplo, reduzir o consumo de carne a apenas uma vez por semana, já que a pecuária é uma das principais causas do aquecimento global. Ou deixar o carro em casa e usar transporte público ou bicicletas. Ou reciclar as roupas. Há quem tenha preguiça até mesmo de se responsabilizar pelo lixo que produz.

“Todos acreditam que podemos resolver a crise (climática) sem esforço nem sacrifício”, diz Greta Thunberg

“Todos acreditam que podemos resolver a crise (climática) sem esforço nem sacrifício”, escreveu Greta Thunberg em um de seus artigos. Hoje com 16 anos, ela demonstra a lucidez que falta na maior parte dos líderes mundiais. Este é um ponto importante do movimento dos estudantes pelo clima. Apesar de apontar a dificuldade dos adultos para mudar a vida cotidiana, assim como suas escolhas e a relação fundamental com o tempo, as crianças e adolescentes sabem que esta transformação não pode ser reduzida apenas a decisão de cada indivíduo. Os estudantes têm concentrado sua pressão sobre as autoridades públicas de cada país. São essas as

lideranças que têm poder para barrar as grandes corporações, taxar os poluidores, determinar políticas capazes de interromper a escalada de destruição.

Não faltam estudos mostrando o que é preciso ser feito para evitar que o aquecimento global ultrapasse o 1,5 graus Celsius, condenando centenas de milhões de pessoas à fome e à miséria e varrendo do planeta maravilhas vivas como os corais. O que falta é fazer o que precisa ser feito, assim como cumprir os acordos já existentes. Se os avanços em escala global já eram difíceis antes, a recente ascensão de líderes de extrema direita em países estratégicos, como Donald Trump e Jair Bolsonaro, tornaram a situação desesperadora.

Esta também é uma característica da novíssima geração que está indo às ruas pelo clima. São crianças e adolescentes – e não são ingênuos. Em janeiro, no Fórum de Davos, na Suíça, Greta também não mediu palavras ao falar à plateia composta pela elite econômica global: “Algumas pessoas, algumas empresas, alguns tomadores de decisão em particular, sabem exatamente que valores inestimáveis têm sacrificado para continuar a ganhar quantias inimagináveis de dinheiro. E eu acho que muitos de vocês aqui hoje pertencem a esse grupo de pessoas”.

O que as crianças e adolescentes deste movimento crescente dizem é que, se quiserem ter onde viver, vão precisar tomar conta do mundo. Para contar. Já que os adultos que destroem o planeta não as contam.

Nunca houve nada parecido na história. Em nenhuma história. Os filhotes tentam salvar o mundo que os espécimes adultos destroem sistematicamente. Para além dos efeitos concretos sobre o futuro da humanidade, serão necessários muitos anos de estudos para compreender os efeitos desta inversão sobre a forma de compreender o mundo e seu lugar no mundo daqueles que serão adultos amanhã. Mas, para isso, é preciso antes ter amanhã.

Nunca houve nada parecido na história: os filhotes tentam salvar o mundo que os espécimes adultos destroem

O Brasil é o país mais biodiverso do planeta. Tem no seu território a maior porção da maior floresta tropical do mundo. Deveria estar na vanguarda do combate ao aquecimento global e à perda avassaladora de biodiversidade. Deveria ocupar seu lugar estratégico e se colocar na vanguarda de todos os movimentos pelo clima. Deveria. Mas não está.

E não está porque, depois de governos incoerentes e estúpidos diante da crise climática, à esquerda e à direita, o país tem hoje um governo de extrema-direita

que, além de ser inconsequente e estúpido, também contém uma parcela de alucinados. O governo militarizado de Jair Bolsonaro pode conduzir o Brasil para o abismo. E, dada a importância da floresta amazônica, arrastar o planeta com ele.

É preciso ser muito claro neste momento e afirmar com todas as vogais e consoantes disponíveis que uma parcela do governo Bolsonaro é composta por gente que usa o poder de forma perigosa. Gente que brinca de guerra. Gente que brinca de arma. Gente com delírios de grandeza e desejo de destruição. Gente que tem tanto medo dos próprios demônios que enxerga o diabo em toda parte, de preferência no outro. Gente que enaltece torturadores, chama ditadores de estadistas e dá medalhas a milicianos.

Essa realidade fez com que o governo cada vez mais militarizado de Bolsonaro – já são oito os militares no primeiro escalão, sem contar o vice e o porta-voz, e dezenas contando os demais escalões, e crescendo... – criasse uma nova anomalia no Brasil. Depois de passar por uma ditadura de 21 anos, em que os generais permitiram e/ou ordenaram a tortura, o sequestro e o assassinato de civis, muitos ainda hoje desaparecidos, a cada vez que é anunciado um novo general no governo, mais gente sente alívio. A situação no Brasil chegou a um ponto – e com apenas dois meses de governo Bolsonaro – que qualquer pessoa com aparência de adulto e aura de autoridade gera alívio mesmo que apenas alguns meses atrás gerasse pânico naqueles que sempre defenderam a democracia.

Dias atrás uma amiga de esquerda, com histórico familiar de repressão na ditadura, me contava, assustada consigo mesma, que se acalmava a cada vez que o general Hamilton Mourão abria a boca. Não é a tal Síndrome de Estocolmo, mas o fato de que a certeza de estar na mão de perversos, de adultos infantilizados, de um pai que deixa os filhos brincarem de governarem o país porque também brinca de governar o país tornou a realidade muito apavorante. Como os generais em geral falam frases com sentido, além de sujeito, verbo e predicado, e mesmo que seja um sentido do qual se discorde, até pessoas críticas têm se agarrado a esses fiapos de sanidade para conseguirem dormir à noite.

É tarde demais para dissociar a imagem das Forças Armadas da aventura arriscadíssima que é um Governo Bolsonaro

Não se pode esquecer, porém, uma possibilidade e um fato. É possível que os generais também não estejam dormindo à noite, pensando em como manter a imagem das Forças Armadas a salvo num governo em que Bolsonaro parece ser menos

controlável do que acreditavam, e agora que já se tornou tarde demais para dissociar a imagem das Forças Armadas da aventura arriscadíssima que é um governo Bolsonaro.

E é um fato que a política desastrosa para a Amazônia ganhou um corpo e um rosto justamente no projeto e na propaganda da ditadura militar, nos anos 70, quando a floresta teve grandes porções destruídas e povos indígenas dizimados para abrir estradas, construir hidrelétricas e implantar grandes plantas de mineração. Esse mesmo imaginário do “deserto verde” ou “da terra sem homens para homens sem terra”, dois dos slogans da ditadura que permanecem até hoje, nos quais os povos da floresta são considerados não humanos, é ainda o que norteia os discursos do governo Bolsonaro, intimamente conectado com o agronegócio predatório que pretende avançar ainda mais sobre a Amazônia.

O modo de operação pouco familiarizado com a democracia dos militares se revelou, mais uma vez, na preocupação com o encontro que o Papa Francisco vai realizar no Vaticano, em outubro, para debater a Amazônia com 250 bispos. Como revelou a jornalista Tânia Monteiro, no jornal O Estado de S. Paulo, os militares do governo militarizado de Bolsonaro temem que o “clero progressista” da Igreja Católica possa se tornar uma referência de oposição, ocupando o vácuo deixado pela incapacidade de articulação da esquerda pós-PT.

Os militares decidiram agir para impedir que críticas ao governo Bolsonaro ganhem fórum internacional no sínodo que vai debater durante 23 dias a crise climática causada por desmatamento e as ameaças aos povos da floresta. Uma das ações será tentar convencer o governo italiano a interceder junto à Santa Sé para evitar ataques diretos à política ambiental e social do governo brasileiro durante o Sínodo sobre Amazônia.

Entre os temas do encontro global, um assunto causa particular preocupação num governo que pretende tornar comercializáveis as terras públicas de usufruto exclusivo dos indígenas: “O grito dos índios é semelhante ao grito do povo de Deus no Egito”. Segundo o Estadão, o general Augusto Heleno, ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional e supostamente o adulto com mais influência sobre o garoto Bolsonaro, saiu-se com essa: “Estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí”. E ainda essa: “Achamos que isso é interferência em assunto interno do Brasil”.

Como é fácil perceber, ainda que os generais no governo militarizado de Bolsonaro demonstrem capacidade cognitiva, o que é um alívio no quadro de indigência intelectual do ministério, claramente estão desconectados dos desafios da crise climática. Também eles demonstram acreditar viver num mundo que já não existe. Parecem tão preocupados em apagar sua intervenção criminosa no passado recente que se tornaram incapazes de enxergar o futuro logo adiante.

A Amazônia é assunto do planeta porque, sempre que o Brasil destrói a floresta, reduz as possibilidades de controlar o aquecimento global. Tanto é assunto do mundo que o Brasil recebe bilhões de reais da Noruega e da Alemanha para manter a floresta em pé. Não fosse esse dinheiro, nem mesmo atividades básicas de fiscalização do Ibama teriam sido executadas no ano passado.

Em nota, o Gabinete de Segurança Institucional, comandado pelo general Augusto Heleno, fez uma afirmação digna do famoso slogan da ditadura para a Amazônia – “Integrar para não Entregar”: “Parte dos temas do referido evento (Sínodo da Amazônia) tratam de aspectos que afetam, de certa forma, a soberania nacional. Por isso, reiteramos o entendimento do GSI de que cabe ao Brasil cuidar da Amazônia Brasileira”. O planeta realmente espera que o Brasil cuide da Amazônia, e espera há bastante tempo. Os povos da floresta, que são quem melhor a cuidam, em geral contra os interesses dos diferentes governos no poder e apesar dos sucessivos massacres, também esperam que o Brasil decida cuidar da Amazônia.

Se o Governo Bolsonaro quiser acionar a manipuladora ideia da “ameaça à soberania nacional”, pode começar suspendendo os grandes projetos de mineradoras estrangeiras na Amazônia

Se o ministério militarizado de Bolsonaro quiser acionar a manipuladora “ameaça à soberania nacional”, os tais “gringos que estão invadindo a Amazônia”, que peça antes ao presidente para suspender a presença das corporações transnacionais na Amazônia, assim como os projetos destruidores. Pode começar com a gigantesca exploração de ouro da mineradora canadense Belo Sun, na Volta Grande do Xingu, uma catástrofe anunciada que teve como consultor o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, hoje mais uma vez à frente da Fundação Nacional do Índio (Funai), num evidente conflito de interesses que, como de hábito, foi ignorado. Os povos da floresta agradecerão. Os brasileiros urbanos conscientes também.

Enquanto no Brasil é preciso debater os destinos da Amazônia neste nível primário, como se ainda vivêssemos no século 20, os estudantes se organizam para

lutar pelo planeta, dando lições de cidadania a governantes muito mais velhos. Em novembro, 15 mil estudantes australianos boicotaram as aulas para dizer às autoridades públicas que era obrigatório combater o aquecimento global. O primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, reagiu mal: “O que queremos nas escolas é mais aprendizagem e menos ativismo”. Algo que podemos imaginar Bolsonaro dizendo com ainda piores palavras, talvez ameaçando mandar os estudantes para a “ponta da praia”, como ele costuma mencionar, referindo-se ao lugar clandestino onde eram torturados e assassinados os opositores mortos pelo regime de exceção que ele tanto exalta.

“Nós seremos menos ativistas se vocês fizerem menos merda”

Os jovens australianos responderam ao seu ministro com um cartaz nas ruas: “Nós seremos menos ativistas se vocês fizerem menos merda”. As manifestações de estudantes exigindo ações dos adultos diante da crise climática multiplicaram-se, especialmente na Europa, chegando a ter dezenas de milhares de manifestantes em países como Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça e França.

No centro dos numerosos protestos da Bélgica está uma adolescente de 17 anos chamada Anuna De Wever. Inspirada num vídeo gravado por Greta, no qual a sueca estimulava os estudantes a fazer uma greve climática diante da inércia dos adultos, ela e sua melhor amiga gravaram seu próprio vídeo. Como contou ao BuzzFedd News, esperavam apenas 20 pessoas num protesto marcado para o início de janeiro. Apareceram 3.000. E os protestos cresceram até dezenas de milhares semana após semana.

A ministra do meio ambiente da Bélgica mentiu aos estudantes e ao país, afirmando que os serviços de inteligência haviam informado que os protestos eram um complô para derrubá-la. Foi obrigada a reconhecer a mentira e a renunciar. Às autoridades desconcertadas, que tentaram justificar sua incompetência diante do maior desafio global cobrando dos manifestantes estudo e disciplina, os estudantes responderam com um cartaz bem objetivo: “Eu farei a minha lição de casa quando você fizer a sua”.

“Nossas crianças podem lidar com a verdade. Você pode?”

Quando se afirma que o governo Bolsonaro é uma vanguarda do atraso, é importante ter a dimensão de que a qualidade das lutas também determinam – e muito – a qualidade do país. Há vários anos o debate tem sido não só interdito como desqualificado no Brasil, o que é outra forma de interdição. Na semana passada,

alunos e professores de escolas de vários países fizeram um protesto pela falta de conteúdos ligados à crise climática, o tema que deveria atravessar todos os outros também na sala de aula. “Ensine a verdade”, diziam os cartazes. Ou: “Nossas crianças podem lidar com a verdade. Você pode?”. Um professor comentou, durante a manifestação em Londres: “Às vezes me pergunto: qual é o sentido de ensinar quando ninguém está ensinando a verdade sobre o futuro?”.

No Brasil, os estudantes das escolas públicas precisam se rebelar para ter ensino com qualidade mínima e respeito aos seus direitos mais básicos, como aconteceu em 2015 e 2016. Os alunos brasileiros têm um dos piores desempenhos do mundo em disciplinas como português e matemática. E a maioria dos professores não ganha o suficiente sequer para viver com dignidade, quanto mais para se atualizar e estudar.

Nos dias atuais, porém, nem mesmo essa luta básica, óbvia, é possível travar, porque há que se preocupar com os falsos problemas. Um grupo de delirantes e/ou oportunistas decidiu inventar que os problemas das escolas são ideologia de gênero e outras bobagens criadas por ideólogos de extrema direita. Criaram, entre outras aberrações, o Escola Sem Partido, um projeto autoritário que toma o partido do que há de pior num momento em que todos deveriam estar concentrados nos problemas reais que arrancam as possibilidades de milhões de crianças e adolescentes brasileiros. Para conseguir o que querem, eles mentem, criam notícias falsas, como as mamadeiras com bico em formato de pênis e os professores ensinando crianças a fazer surubas. A falta de caráter dessas pessoas não encontra limites. E o governo não é o limite, porque hoje eles são governo.

Assim, em vez de lutar pela educação para enfrentar a crise climática, como estão fazendo os estudantes de países de outras partes do mundo, exigindo ciência e pensamento de qualidade nas escolas, no Brasil é preciso lutar para que a teoria científica da evolução de Charles Darwin, base para a compreensão das espécies e de muito do que foi possível compreender sobre a vida desde então, continue a ser ensinada como aquilo que é, uma teoria científica – e não uma teoria alternativa ao mito religioso do criacionismo. Os cada vez mais numerosos fundamentalistas evangélicos deveriam abrir mão dos medicamentos que salvam suas vidas e dos celulares onde espalham seu ódio antes de equiparar a ciência à religião, desrespeitando a ambas.

Em vez de concentrar todos os esforços do país em melhorar a qualidade da educação, Bolsonaro está preocupado em censurar as questões do ENEM. O ministro da Educação manda um email para as escolas dizendo que os alunos precisam cantar o hino nacional no início do ano letivo, os professores devem ler uma carta que termina com o slogan da campanha de Bolsonaro e a direção deve gravar o momento despachando um trecho do vídeo para Brasília. A ministra da Mulher diz que meninas vestem rosa, meninos azul. O ministro das Relações Exteriores afirma que o aquecimento global é um complô da esquerda. O ministro do Meio Ambiente diz que a discussão sobre “se há ou não aquecimento global é secundária”. O “secundária” já seria terrível, mas ele ainda coloca dúvida sobre aquilo que é um consenso científico mundial e que cada um já consegue perceber no seu cotidiano.

No Brasil nem pelo básico se consegue lutar, mas sim para impedir que a burrice vire um tipo de verdade

Os debates importantes, os que realmente podem representar avanço para o país, têm sido adiados porque é preciso se defender dessa gente que lança frases sem lastro na realidade, mas que hoje têm poder para afirmar mentiras como verdades. As melhores mentes do país são obrigadas a concentrar esforços em descobrir uma maneira de impedir que delírios virem lei. E enquanto isso o Brasil perde e perde e perde. Já não é mais nem pelo básico que se luta, mas para impedir que a realidade seja convertida num delírio. Luta-se também para que as palavras recuperem seu significado.

Os estudantes brasileiros, pela importância do Brasil na redução das emissões de gases que provocam o aquecimento global, deveriam ter protagonismo na greve climática marcada para 15 de março. Mas até este momento não têm. Porque vivem num país em que os adultos no poder são tão precários, mas tão precários, que é preciso explicar para o ministro do Meio Ambiente que não há nada mais importante neste momento histórico do que saber quem é Chico Mendes. É preciso ficar repetindo e repetindo o óbvio para que a estupidez não vire inteligência.

Os estudantes suíços, por exemplo, estão exigindo que nenhuma escola use aviões em suas excursões de estudos, já que voar tem grande impacto sobre o meio ambiente. A própria Greta, que parou há anos de comer carne e de comprar qualquer coisa que não seja absolutamente essencial, deixou de voar em 2015. Desde que a filha começou a se preocupar com a crise climática, sua mãe, uma famosa cantora de ópera, desistiu da carreira internacional por conta da pegada de carbono da aviação.

A pergunta é óbvia: como debater questões como estas, num país como o Brasil, em que estudantes têm dificuldade para chegar à escola por falta de transporte?

Talvez começando por entender que é obrigatório debater. Acreditar que a crise climática é um tema para estudantes ricos de países ricos é um erro. E um erro perigoso. Enfrentar a crise climática não é luxo, é necessidade urgente de todos. Nada aumentará mais a desigualdade e atingirá os mais pobres do que a crise climática. O aquecimento global atravessa todos os temas e todas as áreas, inclusive a racial e a de gênero. No Brasil, possivelmente as mais afetadas serão as mulheres negras, o contingente mais frágil e oprimido da população. É isso que as crianças e adolescentes estão dizendo. Mas, também por deficiência de educação, e não só nas escolas públicas, a maioria dos estudantes brasileiros tem dificuldade para fazer as conexões e compreender que, ao lutar pela floresta amazônica, estará lutando pela redução da desigualdade e por mais acesso aos recursos e às políticas públicas.

As mulheres, e principalmente as negras, serão as mais afetadas pela crise climática

Nos Estados Unidos, a greve pelo clima de 15 de março está sendo organizada em sua maioria por meninas, muitas delas negras. A Organização Mundial da Saúde já mostrou que as mulheres serão as mais atingidas pelos desastres naturais causados pelo aquecimento global e também serão as mais atingidas porque em muitas sociedades ainda cabe a elas a responsabilidade de conseguir água, energia e alimento. São também as mulheres as primeiras a perderem oportunidades quando os recursos naturais se tornam escassos. “Se você é vítima de um sistema de opressão, você é mais afetado pela crise climática. E isso vale para as mulheres”, disse Jamie Margolin, uma ativista climática americana de 17 anos, ao BuzzFeed News. “Temos que nos levantar e levantar nossas vozes.”

Há uma particularidade que torna o enfrentamento da crise climática ainda mais difícil no Brasil. O crescimento acelerado dos evangélicos neopentecostais nas últimas décadas fortaleceu a crença no apocalipse bíblico. Para uma parcela deles, que apoiou massivamente a eleição de Bolsonaro, as catástrofes provocadas pelo aquecimento global não foram causadas por ação humana, mas sim estão previstas na Bíblia como os acontecimentos que prenunciam o Armagedom. Ou, mesmo que tenham sido causadas por ação humana, já estava escrito. É bastante possível que seus líderes não acreditem nisso, apenas usem uma interpretação literal da Bíblia

para melhor controlar os corpos e barganhar poder. Mas há uma massa de fiéis que acredita. E que cresce.

Uma linha dos evangélicos acredita que as catástrofes provocadas pelo aquecimento global são profecias bíblicas que prenunciam o apocalipse

Tudo o que pode ser visto como catástrofe climática causada pelo uso de combustíveis fósseis, para essa linha do evangelismo é apenas cumprimento da profecia bíblica. São eles que pressionam para mudar a embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém, porque esta cidade seria o palco do Armagedom. Mais uma vez é preciso sublinhar que os articuladores desta ideia têm interesses bem mais imediatos e mundanos, que revestem com uma retórica bíblica para santificar o que é totalmente terreno.

Não é permitido esquecer que Bolsonaro foi batizado no Rio Jordão, em Israel, em 2016, e que pastores como Silas Malafaia promovem excursões para Israel. Para esta camada de evangélicos que só cresce no Brasil, a catástrofe é bem vinda, já que eles têm certeza que serão salvos porque são os únicos puros. Salvar-se, portanto, seria apenas uma questão de ter a fé certa. A deles, claro. Como então demandar razão neste país? Talvez seja preciso avisá-los que o rio Jordão está se tornando mais e mais estreito devido à seca causada pela crise climática. Se o processo continuar, logo será preciso encontrar outro rio para batismos espetaculares.

Se as novas gerações (e também as velhas) dos povos da floresta fossem escutadas, elas poderiam dar aula para os estudantes que se rebelam pelo clima na Europa. Também na Amazônia o protagonismo das mulheres nas lutas de indígenas, quilombolas e beiradeiros é cada vez maior – e as lideranças são cada vez mais jovens. O profundo conhecimento dos povos da floresta, imprescindível para enfrentar a crise climática, e a rebelião que sua luta representa, porém, têm sido sistematicamente caladas. O projeto de Bolsonaro, como ele afirmou várias vezes, é que indígenas e quilombolas se tornem “ser humano como nós”. Se o “nós” é ele, pode se imaginar o ganho de conhecimento que as gerações da floresta terão.

Sem a maior floresta tropical do mundo, a vida humana no planeta não tem nenhuma chance. No Brasil, como nos outros países amazônicos da América Latina, os povos da floresta estão lutando quase sozinhos para mantê-la em pé. E morrendo. Os filhos destes lutadores têm precisado assumir a luta dos pais assassinados. As jovens garotas que lideram a rebelião dos estudantes pelo clima na Europa têm o

desafio de fazer a ponte com as jovens garotas da floresta amazônica, o centro geográfico onde o futuro próximo está sendo disputado. E vice-versa.

Jovens lideranças femininas da greve climática global levam para a luta a potência política de suas diferenças

Greta Thunberg e Anuna De Weve, duas das principais lideranças estudantis na Europa, trazem muitas novidades ao ativismo climático. Greta, a garota que inspirou dezenas de milhares de estudantes a se unir pelo clima, tem diagnóstico de transtorno do espectro do autismo. Embora não tenha sido esse o objetivo, seu ativismo pelo clima mostra a potência política de uma diferença. Em entrevista à revista *New Yorker*, ela disse: "Eu vejo o mundo um pouco diferente, a partir de outra perspectiva. Tenho um interesse especial. É muito comum que as pessoas, no espectro do autismo, tenham um interesse especial. Posso fazer a mesma coisa por horas". Ou por anos, como já ficou provado.

Anuna é menina na certidão de nascimento, tornou-se menino durante a escola fundamental e hoje se define como "gênero fluido" e prefere os pronomes femininos. Ela relaciona a luta pelo clima diretamente com a identidade de gênero. Aquilo que para muitos é imutável, para ela é possível mudar, percepção que parte da sua própria experiência de ser. "Ter gênero fluido sendo jovem faz com que eu veja o mundo um pouco diferente", disse. "Eu não olho para o *mainstream* e o que eles pensam. Começo a ter meus próprios valores, princípios próprios, e penso no que não está dando certo neste mundo e o que posso fazer e melhorar em vez de apenas fechar os olhos."

Velhos ativistas do clima estão perplexos – e animados. "O movimento que Greta lançou é uma das coisas mais esperançosas em meus 30 anos de trabalho na questão climática. Ela lança o desafio geracional do aquecimento global e desafia adultos a provar que são, na verdade, adultos", disse Bill McKibben, fundador da 350.org, ao *The Guardian*.

As crianças reivindicam aos adultos que se "adultizem"

Num mundo em que as decisões ainda são majoritariamente tomadas por homens, as garotas levantaram a voz. Os milhares de meninos de sua geração que vão para a rua com elas não parecem ter problemas com o protagonismo feminino dos protestos. Meninas como Greta, Anuna e outras tantas, porque elas são muitas, não querem ocupar o lugar dos adultos. Não é disso que se trata. O que elas querem

talvez seja ainda mais difícil. Ao denunciar a infantilização dos governantes, ela reivindica que os adultos se “adultizem”.

O afiado cronista brasileiro Nelson Rodrigues, que era também um exímio frasista, ao ser perguntado que conselho daria aos jovens, disse: “Envelheçam!”. As crianças que estão sendo obrigadas a tomar conta do mundo dizem hoje aos adultos: “Cresçam!”.

Chegamos a este ponto: as crianças precisam pedir aos adultos que sejam adultos. Que tenham limites e se responsabilizem. Ou, em suas palavras: “Parem de cagar no planeta em que vamos viver”.

ANEXO B – TEXTO A2

“A Amazônia é o centro do mundo: Eliane Brum apresentou este discurso durante jantar no primeiro encontro do 'Rainforest Journalism Fund', em Manaus, em julho”

Eu quero começar lembrando onde nós estamos.

E quero lembrar que nós estamos no centro do mundo. Essa não é uma frase retórica. Também não é uma tentativa de construir uma frase de efeito. No momento em que o planeta vive o colapso climático, a floresta amazônica é efetivamente o centro do mundo. Ou, pelo menos, é um dos principais centros do mundo. Se não compreendermos isso, não há como enfrentar o desafio do clima.

Esta é justamente a razão de colocarmos o nosso corpo aqui, nesta cidade, Manaus, capital do Amazonas, estado do Brasil, país que abriga cerca de 60% da Amazônia. Manaus é tanto uma floresta em ruínas como as ruínas de uma ideia de país. Manaus pode ser vista como a escultura viva de um conflito iniciado em 1500, com a invasão europeia que causou a morte de centenas de milhares de homens e

mulheres indígenas e a extinção de dezenas de povos. Neste momento, em 2019, testemunhamos o início de um novo e desastroso capítulo.

O Brasil é um grande construtor de ruínas. O Brasil constrói ruínas em dimensões continentais desde que começou a ser inventado pelos europeus no século 16. Neste momento, uma forma de vida predatória chamada bolsonarismo assumiu o poder quase total e totalitário no Brasil. O principal projeto do bolsonarismo é justamente construir ruínas com método e com velocidade na floresta amazônica. É por isso que pela primeira vez, desde a redemocratização do país, temos um ministro contra o meio ambiente.

Nenhum ministro do meio ambiente dos últimos mais de 30 anos teve a autonomia que já demonstrou ter Ricardo Salles, o ministro contra o meio ambiente. Ele é o *office-boy* do agronegócio predatório, este que é responsável pela maioria das mortes no campo e na floresta e é também a maior força de destruição do Brasil. Não é que hoje os ruralistas estão no Governo. No governo eles estiveram desde sempre, formalmente ou não. Hoje eles são o Governo.

O principal projeto de poder do bolsonarismo é converter as terras públicas que servem a todos, na medida em que garantem a preservação dos biomas naturais e a vida dos povos originários, em terras privadas para lucros de poucos. Estas terras, a maioria delas na floresta amazônica, são as terras públicas de usufruto dos povos indígenas, as terras públicas ocupadas pelos ribeirinhos (população que vive da pesca, da coleta do látex, da castanha e de outros frutos da floresta há mais de um século), e as terras de uso coletivo dos quilombolas (descendentes de escravos rebeldes que conquistaram seu direito aos territórios ocupados pelos antepassados).

As disputas entre os vários grupos que ocupam o Governo é constante, inclusive porque o Governo Bolsonaro tem como estratégia simular sua própria oposição, ocupando todos os espaços. A abertura das terras protegidas dos povos indígenas e a abertura das áreas de conservação, entretanto, despontam como consenso. Sobre transformar a maior floresta tropical do planeta em boi, soja e mineração não há briga. Algumas das vozes levemente dissonantes já foram deletadas do Governo.

O bolsonarismo vai muito além da criatura que lhe dá nome. Eventualmente, em algum momento, o bolsonarismo pode inclusive prescindir de Jair Bolsonaro. O bolsonarismo, intimamente conectado à crise global das democracias, está influenciando toda a região amazônica, fazendo com que figuras que se mantiveram nos esgotos por anos, às vezes décadas, estejam hoje emergindo em outros países

da América Latina onde também o destino da maior floresta tropical do mundo está sendo decidido. O bolsonarismo, vale repetir, não é uma ameaça apenas para o Brasil, mas para o planeta. Exatamente porque ele destrói a floresta estratégica para o controle do aquecimento global.

Como resistir a essa enorme força de destruição, a essa competente força de destruição?

Para sermos capazes de resistir nós precisamos nos tornar floresta — e resistir como floresta. Como floresta que sabe que carrega consigo as ruínas, que carrega consigo tanto o que é quanto o que deixou de ser. Me parece que é a esse sentimento político-afetivo que precisamos dar forma para dar sentido à nossa ação. Para isso temos que deslocar algumas placas tectônicas de nosso próprio pensamento. Temos que descolonizar a nós mesmos.

O fato de a Amazônia ainda ser vista como um longe e também — ou principalmente — como uma periferia dá a dimensão da estupidez da cultura ocidental branca, de matriz primeiro europeia e depois norte-americana, essa estupidez que molda e dá forma às elites políticas e econômicas do mundo e também do Brasil. E, em parte, também às elites intelectuais do Brasil e do planeta. Acreditar que a Amazônia é longe e que a Amazônia é periferia, quando qualquer possibilidade de controle do aquecimento global só é possível com a floresta viva, é uma ignorância de proporções continentais. A floresta é o perto mais perto que todos nós aqui temos. E o fato de muitos de nós nos sentirmos longe quando aqui estamos só mostra o quanto o nosso olhar está contaminado, formatado e distorcido. Colonizado.

Dias atrás eu conversava com procuradores e defensores públicos que chegaram há pouco em cidades do interior amazônico. Era o primeiro posto deles. Porque essa é a lógica. A Amazônia é o epicentro dos conflitos, mas, para fiscalizar o Estado e defender os direitos dos mais desamparados, as instituições mandam os sem nenhuma experiência. Alguns deles — não todos — interpretam que estão sendo enviados a uma região amazônica como um teste ou mesmo um castigo, um calvário que precisam passar antes de ter um posto “decente”. Parte deles — não todos — não vê a hora de ter o que é chamado de “remoção” e deixar essa *bad trip* para trás. E não é culpa deles, ou não é só culpa deles, porque essa é a lógica das instituições, este é o olhar para a Amazônia. Felizmente alguns deles percebem a importância do seu papel, aprendem, compreendem, permanecem e se tornam servidores públicos essenciais para a luta pelos direitos em regiões onde os direitos pouco ou nada valem.

Lembrei a eles que, como eu, eram privilegiados. Eles estavam justamente no centro do mundo. Eles estavam no melhor lugar para se estar para quem tinha escolhido aquela profissão. Mas teriam que se esforçar muito para superar a sua ignorância, como eu me esforço todos os dias para superar a minha. Era a população local, eram os povos da floresta que teriam de ter enorme paciência para explicar a eles o que precisam saber, já que pouco ou nada sabem quando aqui chegam. O mesmo princípio vale para jornalistas e também para cientistas.

Se nós nos reunirmos aqui acreditando que somos especiais por estarmos preocupados com a floresta, não teremos compreendido nada. Se nós compreendermos a nós mesmos — nós jornalistas, nós cientistas, nós brancos para muito além da cor da pele —, como aqueles que deixam o conforto de suas casas em cidades “desenvolvidas” e supostamente com mais opções de lazer e cultura para se solidarizarem com os povos da floresta, também não teremos entendido nada. Se existe uma verdade ela está nas ruínas. A única verdade são as ruínas.

Durante mais de duas décadas, eu me desloquei para as diferentes regiões da Amazônia e depois voltei para Porto Alegre, primeiro, depois para São Paulo, onde vivia. Em 2017, me mudei para Altamira, para deixar de ser “enviada especial” à Amazônia, mudar o ponto de vista a partir do qual eu olhava para o Brasil e para o planeta e ser coerente com a convicção de que a floresta é o centro do mundo.

Na chegada, tive dificuldades para alugar uma casa. Algumas das que eu gostava pertenciam a grileiros e/ou mandantes de crimes contra povos da floresta e pequenos agricultores. Porque aqui, no centro do mundo, a relação é direta. Não é que os proprietários de casas, apartamentos, hotéis e condomínios de São Paulo sejam mais “limpinhos”, é que a cadeia entre o crime e a ponta é mais longa e tem mais intermediários.

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo, somos afastados das mortes das quais nossos pequenos atos cotidianos se fazem cúmplices, temos o privilégio de não sermos obrigados a questionar a origem da roupa que vestimos ou a origem da comida que comemos. Aqui, na Amazônia, se você come boi, tem certeza que é boi de desmatamento. Se você compra madeira, sabe que (quase) não existe madeira efetivamente legal no Brasil. Se você compra uma mesa ou um guarda-roupa vai ficar olhando para esses móveis e pensando que muito provavelmente eles foram feitos com madeira arrancada de terra indígena ou de uma reserva extrativista. Aqui, no centro do mundo, a relação com a morte da floresta e dos povos da floresta, assim

como com a morte dos agricultores familiares, é direta. É inescapável. E só podemos viver carregando — conscientemente — tanto nossas contradições quanto nossas ruínas.

Por isso, temos que enfrentar também a contradição de estarmos aqui, financiados neste evento, por recursos da Noruega. A Noruega também sustenta majoritariamente o Fundo Amazônia, hoje sob ataque do Governo de Bolsonaro. A continuidade do Fundo Amazônia, principal financiador da proteção da floresta, é essencial para barrar, ainda que minimamente, a destruição acelerada do bioma. Este fato não nos absolve, porém, da necessidade de refletir que o Rainforest Journalism Fund é financiado, em grande parte, por dinheiro proveniente do petróleo, já que a Noruega é o maior produtor de petróleo da Europa. A Noruega tem ainda participação em frentes de destruição da Amazônia, como a empresa Hydro Alunorte, que contaminou os rios de Barcarena, no Pará. Só podemos seguir adiante enfrentando todas essas contradições — e não fugindo delas. E exigindo melhores práticas e mais coerência da Noruega.

Por caminhos diferentes, penso que nós estamos aqui, e não só os que vieram de fora, mas também os que já se colocaram geograficamente aqui neste território, porque sabemos que nossa vida depende disso. Mesmo que este ainda não seja um sentimento — ou mesmo um pensamento — que todos possam nomear. Não estamos aqui para ajudar os povos da floresta, contando o que está acontecendo aqui para o mundo de lá, mas sim estamos aqui para, humildemente, perguntar se eles nos aceitam ao seu lado na luta.

Somos nós que precisamos da ajuda dos povos da floresta. É deles o conhecimento sobre como viver apesar das ruínas. São eles os que têm experiência sobre como resistir às grandes forças de destruição. Para que tenhamos alguma chance de produzir movimento de resistência precisamos compreender que, nesta luta, nós não somos os protagonistas.

Sem compreender nosso lugar nessa luta e estarmos dispostos a compartilhar o pouco poder que temos, ou mesmo ceder esse poder, acredito que será muito difícil produzir movimento real. Desta vez, somos nós que precisamos nos deixar ocupar, permitir que nosso corpo seja afetado por outras experiências de ser e de estar neste planeta. Não como uma violência, como foi a colonização da Amazônia e de seus povos, esta que está em processo até hoje, e em processo cada vez mais acelerado.

Mas, desta vez, como troca, como mistura, como relação amorosa, como sexo consentido.

Reproduzo aqui uma fala do filósofo Peter Pál Pelbart, que faz essa síntese de forma brilhante: “Talvez o desafio seja abandonar a dialética do Mesmo e do Outro, da Identidade e da Alteridade, e resgatar a lógica da Multiplicidade. Não se trata mais, apenas, do meu direito de ser diferente do Outro ou do direito do Outro de ser diferente de mim, preservando em todo caso entre nós uma oposição. Nem mesmo se trata de uma relação de apaziguada coexistência entre nós, onde cada um está preso à sua identidade feito um cachorro ao poste, e portanto nela encastelado. Trata-se de algo mais radical, nesses encontros, de também embarcar e assumir traços do outro, e com isso às vezes até diferir de si mesmo, descolar-se de si, desprender-se da identidade própria e construir sua deriva inusitada”.

Durante muito tempo nós, jornalistas e cientistas brancos ocidentais, e quando me refiro a brancos ocidentais me refiro a muito além da cor da pele, me refiro a um modo de pensar e de habitar esse mundo, usamos os povos da floresta apenas como fontes do nosso trabalho. Cientistas de todas as áreas, e também da área de humanas, fizeram sua carreira a partir do conhecimento dos povos da floresta citando-os nos trabalhos acadêmicos apenas como “informantes”, isso quando os citavam.

Embora essa prática ainda seja largamente exercida na produção científica, muitos já começam a compreender que já não é eticamente possível fazer isso. Os povos da floresta precisam ser reconhecidos, no mínimo, como coautores. Os intelectuais, assim como os cientistas, não se restringem à academia. Os intelectuais e os cientistas estão também — e muito — na floresta.

É isso que muitos intelectuais indígenas estão dizendo no mundo inteiro neste momento. No Brasil, a obra mais expressiva de coautoria entre um intelectual acadêmico e um intelectual da floresta é *A Queda do Céu*, resultado de uma parceria efetiva, real, de mútuo respeito e mútuo aprendizado, entre Davi Kopenawa, intelectual yanomami, e Bruce Albert, antropólogo francês.

Talvez o debate mais fundamental que precisamos empreender no jornalismo é como esse desafio ético e também estético pode ocupar a produção jornalística neste momento crucial. Como colaborar com os povos da floresta para invadir e ocupar o jornalismo a partir de suas próprias experiências — e não apenas se deixando formatar pelo nosso modelo de imprensa. Esta, me parece, não deve ser apenas uma

ocupação de espaço, com indígenas, ribeirinhos e quilombolas fazendo jornalismo. Deve ser também uma transformação do espaço, do próprio fazer jornalístico.

Uma das maneiras de começar esse movimento no Rainforest Journalism Fund é estimular a coautoria nos projetos de reportagem porque, a maneira mais efetiva de ocupar os espaços de poder é... ocupando os espaços de poder. E, de novo, devemos aceitar esse desafio não porque somos *cool* ou por concessão ou por favor — e nem mesmo porque é o mais correto a se fazer —, mas porque precisamos muito aprender e porque podemos ensinar. Precisamos nos inventar de outro jeito se quisermos ter uma chance de enfrentar este momento em que a espécie humana se tornou ela mesma a catástrofe que temia.

Bolsonaro não é apenas uma ameaça para a Amazônia. É uma ameaça para o planeta exatamente porque é uma ameaça para a Amazônia. Diante desta força acelerada de destruição que é o bolsonarismo nós, de todas as nacionalidades, precisamos fazer como os africanos escravizados que se rebelaram contra o opressor. Precisamos nos aquilombar. E, como não sabemos fazer isso, teremos que ter a humildade de aprender com quem sabe.

O melhor — e o mais potente — do Brasil atual e da Amazônia, em todas as regiões, são as periferias que reivindicam o lugar de centro. Nossa melhor chance é nos somar às forças do real centro do mundo onde a disputa pelo futuro é travada, às vezes a bala.

É a esse movimento que nós, jornalistas e cientistas, precisamos humildemente servir. Espero que os povos da floresta possam, depois de tudo o que fizemos contra seus corpos, nos aceitar ao seu lado na luta.

ANEXO C – TEXTO B1

“O chanceler quer apagar a história do Brasil: Como o ideólogo do governo Bolsonaro usa José de Alencar para pregar a assimilação dos indígenas e justificar a abertura de suas terras para o agronegócio”

“Vamos ler menos *The New York Times*, e mais José de Alencar e Gonçalves Dias”, afirmou o chanceler do bolsonarismo, Ernesto Araújo, em seu discurso de posse. Por quê?

Prestar atenção ao que diz o chanceler Ernesto Araújo tem se mostrado tarefa penosa, mas fundamental para compreender como a ideologia do Governo Bolsonaro está sendo construída. O diplomata foi indicado por Olavo de Carvalho, considerado o “guru da nova direita” brasileira, desde sua casa nos Estados Unidos. Claramente, Araújo tem a pretensão de dar a base intelectual ao que o bolsonarismo chama de “nova era”. Se integrantes mais preparados do governo concordam, há dúvidas robustas para suspeitar que não. Araújo, porém, segue firme em seu propósito, publicando artigos onde consegue espaço.

O discurso de posse como novo ministro de Relações Exteriores é uma falsificação da história, com o objetivo de justificar o presente e o futuro próximo. Para fazer parecer que a estrutura parava em pé, o chanceler usou seu grego, seu latim e até mesmo seu tupi, abusou do recurso do *name-dropping* (ótima expressão em língua inglesa para aqueles que desfiam nomes e citações para impressionar o interlocutor), dos clássicos à cultura pop. Todos já bem mortos, para que nenhum deles pudesse contestar a citação. Nenhuma de suas escolhas é um acaso. Vale a pena se deter em cada uma delas porque, como já escrevi neste espaço, os malucos agora sapateiam no palco — e sapateiam com poder de destruição.

Ernesto Araújo é um personagem ainda obscuro para o Brasil, embora seja um diplomata de carreira do Itamaraty. Em seu discurso, ele dispôs de figuras e acontecimentos históricos, assim como artistas contemporâneos, como se eles estivessem misturados como bonecos de plástico numa prateleira, para serem usados ao gosto do freguês — e para o propósito do freguês. Arrancados de seu contexto e esvaziados de conteúdo, eles foram manipulados pelo chanceler para produzir a sua falsificação. Cada frase tem ali um objetivo.

Me detenho apenas em uma, que chamou particular atenção e foi reproduzida várias vezes na imprensa e nas redes sociais, com a qual abro esse artigo: “Vamos ler menos *The New York Times*, e mais José de Alencar e Gonçalves Dias”. Por quê?

Não é preciso ter inteligência acima da média para perceber que não faz nenhum sentido contrapor um dos mais importantes jornais do mundo, com edição diária, e dois escritores do romantismo brasileiro do século 19. O objetivo é exacerbar um nacionalismo que se ajoelha diante de Donald Trump, mas despreza a independência do *New York Times*; idolatra o WhatsApp e o Facebook de Mark Zuckerberg, mas achincalha a imprensa brasileira.

O chanceler quer menos denúncias bem apuradas e checadas contra Bolsonaro e contra os abusos do seu governo, documentados pelo *Times* e pelos principais jornais do mundo onde a imprensa é livre. Menos imprensa, convertida declaradamente em “inimiga pública”, por Bolsonaro e seus papagaios, porque querem falar diretamente com seus seguidores sem serem perturbados. Do contrário, teriam que responder perguntas difíceis e explicar depósitos de Queiroz na conta da primeira-dama.

Para não terem que prestar contas de seu governo ao público, é preciso destruir a credibilidade da imprensa. Sim, porque um tuíte ou um “live” no Facebook não é prestar contas, é apenas dizer o que quer, como faz a maioria, sem correr o risco de ser contestado com fatos e provas. O que os bolsonaristas querem fazer parecer democracia é apenas autoritarismo e já foi usado antes por governos totalitários, mas sem a enorme facilidade das redes sociais da internet.

O bolsonarismo quer inventar seus próprios fatos

A imprensa só faz sentido se fiscalizar o governo, qualquer governo. A frase do senador americano Daniel Patrick Moynihan (1927-2003) já se tornou clichê, mas ela é precisa: “Você tem direito a suas próprias opiniões, mas não a seus próprios fatos”. A luta dos bolsonaristas é para inventar seus próprios fatos, de modo que a realidade não importe nem atrapalhe seu projeto de poder.

Mas por que José de Alencar (1829-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864), dois escritores do Brasil do século 19, que escreveram no Brasil imperial, durante o reinado de Dom Pedro II?

Essa escolha é capciosa, como todas as outras. E se refere a uma suposta identidade nacional. Alencar e Dias são expoentes do romantismo na literatura brasileira — um na prosa, o outro na poesia. Eles viveram e escreveram sua obra num momento muito particular do Brasil. O país se tornara independente de Portugal, o que significava que deixava de ser colônia dos portugueses.

Na visão dos homens daquela época (e eram majoritariamente homens, porque as mulheres, exceto raríssimas exceções, não tinham voz pública), era necessário criar uma identidade nacional. Para isso, seria preciso marcar essa identidade no campo da cultura. O Brasil deveria ter, ao mesmo tempo, uma literatura que o colocasse no mesmo patamar da Europa, que vivia a fase do romantismo, e ser ele próprio um novo que emergia após os séculos de domínio português. Gonçalves Dias e José de Alencar entregaram-se a essa tarefa. Não foram os únicos, mas tornaram-se referências do romantismo que inaugurava o que se chamou de literatura brasileira.

Para o ideólogo do governo, Bolsonaro seria uma espécie de Dom Pedro I declarando a segunda independência do Brasil

O chanceler de Bolsonaro exalta um momento da história do Brasil em que as elites se empenham em criar uma identidade nacional depois de o país ter sido colônia de Portugal. Araújo parece acreditar — ou quer que acreditemos — que o governo Bolsonaro está promovendo “o renascimento político e espiritual” do Brasil, como ele escreveu em um artigo. Ou, como afirmou em seu discurso de posse: “Reconquistar o Brasil e devolver o Brasil aos brasileiros”. Araújo quer que acreditemos que tudo o que aconteceu entre a independência do Brasil, a de 1822 — e a nova independência do Brasil, a que ele acredita estar sendo liderada pelo seu chefe, em 2019 — não existiu.

O ideólogo do governo parece sugerir que esse hiato de dois séculos foi um tempo de perdição do Brasil de si mesmo. “O presidente Bolsonaro disse que nós estamos vivendo o momento de uma nova Independência. É isso que os brasileiros profundamente sentimos”, afirma Araújo, que acredita ainda que suas cordas vocais libertam a voz do povo. Bolsonaro seria então uma versão contemporânea de Dom Pedro I, com sua espada em riste para libertar o Brasil. Não mais diante do riacho Ipiranga, agora no espelho d’água do Planalto.

O chanceler acessa esse episódio em dois momentos de sua vida, como ele mesmo relata no discurso de posse: “Eu me lembro da emoção que eu senti pela primeira vez, quando era Terceiro Secretário (do Itamaraty), que subi as escadas para este terceiro andar, e vi, logo ao subir a escada, o quadro da Coroação de Dom Pedro 1º e o quadro do Grito do Ipiranga. Imediatamente, eu, que tinha 22 anos, me lembrei de quando tinha 5 anos e assisti maravilhado no cinema ao filme ‘Independência ou Morte’, com Tarcísio Meira e Glória Menezes. E pensei: então tudo isso existe, né? Tudo isso existe... e tudo isso é aqui!”.

Pois é. Em outro ponto, com a sutileza de dar alguns parágrafos de intervalo, o admirador de Dom Pedro I e de Tarcísio Meira usa um tuíte para comparar Bolsonaro à rainha Elizabeth II, da Inglaterra: “Vou dar um exemplo do que temos para ouvir. É o comentário de uma pessoa que segue a minha conta do Twitter, que diz o seguinte... li isso ontem: ‘Antes eu não entendia o amor do povo da Inglaterra pela rainha. Agora entendo. Quando temos alguém que ama seu país e seu povo e os defende, ganha amor e respeito. Não conhecíamos isso antes de Bolsonaro’”.

Em nenhum momento os indígenas são citados nominalmente no discurso de posse do ideólogo do governo de extrema direita, o que em si já diz bastante coisa. Mas uma das línguas indígenas, o tupi, se faz presente. De que modo, porém? Na Ave Maria em tupi do padre José de Anchieta, jesuíta canonizado santo pela Igreja Católica. A língua do indígena usada para catequizá-lo numa religião alienígena às suas crenças. A escolha não é um detalhe. Sem a experiência da cultura, que confere carne à língua e conteúdo às palavras, a língua nada é. Apenas casca, como casca era o indígena do romantismo do século 19.

O bolsochanceler exalta José de Alencar, o escritor que fez do índio “um cavaleiro português no corpo de um selvagem”

O escritor José de Alencar é o principal expoente da prosa do que se chama “indianismo” na literatura brasileira. Em três livros — *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874) —, ele busca construir uma identidade nacional fiel aos princípios do romantismo. Como o romantismo europeu é marcado por uma ideia heroica do cavaleiro medieval, Alencar torna o indígena um cavaleiro medieval ambientado na exuberante paisagem tropical do Brasil.

O indígena, habitante nativo que vivia na terra antes do domínio europeu, seria o herói genuinamente brasileiro da nação que se declara independente da metrópole. Mas com todas as qualidades atribuídas à cavalaria, na Idade Média, transplantadas para seu corpo e sua alma. A coragem, a lealdade, a generosidade, a partir de um ponto de vista que servia à manutenção do sistema feudal, e o amor cortês. Para escritores da época de José de Alencar e de Gonçalves Dias, que viviam o período pós-independência do Brasil, escrever era um ato de patriotismo. Eles teriam de dizer com sua obra o que é “ser brasileiro”. É também essa referência que o ideólogo do governo procura resgatar e enaltecer.

Os negros, corpos escravizados que moviam a economia do Brasil e serviam às suas elites, não estavam presentes como formadores de uma identidade nacional

nestes romances de fundação. Se os escritores buscavam uma identidade nacional, ela era forjada dentro da matriz europeia. Como seria possível escrever em língua portuguesa, a do colonizador, sem ser colonizado na linguagem, foi uma questão crucial para a qual Alencar e outros também tentaram dar uma resposta no século 19. Mas este é um tema longo para outra conversa.

Em artigo no Nexô, Vinícius Rodrigues Vieira, professor-visitante do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), afirma: “Araújo — assim como as alas mais conservadoras do governo — ambiciona o retorno a uma identidade nacional pré-freyriana, ou seja, antes das ideias que ficaram associadas a Gilberto Freyre. Em suma, o ideal de sincretismo encarnado na malfadada expressão ‘democracia racial’. Não à toa o ministro citou em seu discurso de posse o romancista José de Alencar, cujas obras claramente buscavam no indígena harmonizado com o colonizador as raízes de nossa nacionalidade, sem considerar o legado africano”.

“Crede-me, Álvaro, é um cavalheiro português no corpo de um selvagem!” A frase é de D. Antônio de Mariz, fidalgo português e um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro na obra de José de Alencar. Assim o personagem é descrito em *O Guarani*, primeiro romance indianista do escritor, publicado na época como folhetim, com grande sucesso: “Homem de valor, experimentado na guerra, ativo, afeito a combater os índios, prestou grandes serviços nas descobertas e explorações do interior de Minas e Espírito Santo. Em recompensa do seu merecimento, o governador Mem de Sá lhe havia dado uma sesmaria de uma légua com fundo sobre o sertão, a qual depois de haver explorado, deixou por muito tempo devoluta”.

O “cavaleiro português no corpo de um selvagem” é Peri, um indígena do povo Goytacá, que desde que salvou da morte Cecília, a filha do fidalgo, um “anjo louro de olhos azuis”, é adotado pelo clã dos Mariz. Peri passa a viver numa cabana perto da casa da família, uma espécie de castelo onde o escritor reproduz as relações de vassalagem do feudalismo que o Brasil nunca teve, mas parte da Europa sim.

Peri faz todas as vontades da moça, a quem serve como um cão de estimação. Diz Isabel, outra personagem: “Pedirás a meu tio para caçar-te outro que farás domesticar, e ficará mais manso do que o teu Peri”.

Peri era manso, domesticado. Mas valente. Quando D. Diogo, filho do fidalgo, mata por acidente uma Aymoré, este povo indígena tenta vingar-se matando Ceci, mas é impedido por Peri. A tensão cresce entre a família portuguesa e o povo indígena. Peri arma então a estratégia de envenenar-se para combater os Aymoré.

Como essa etnia mantém o ritual de canibalismo, devorando os valentes vencidos, ele será comido depois de morto e assim exterminará também o inimigo.

A pedido de Ceci, Peri suspende seu sacrifício heroico. Ao final do romance, Dom Antônio entrega Ceci a Peri para que ela seja salva. Mas só entrega a filha se Peri converter-se ao cristianismo: “O índio caiu aos pés do velho cavalheiro, que impôs-lhe as mãos sobre a cabeça. — Sê cristão! Dou-te o meu nome. Peri beijou a cruz da espada que o fidalgo lhe apresentou, e ergueu-se altivo e sobranceiro, pronto a afrontar todos os perigos para salvar sua senhora”.

O “bom selvagem” é aquele que pode ser assimilado pela “civilização”

Peri e Ceci fogem então numa canoa e são surpreendidos por uma tempestade. Depois, os dois somem no horizonte. José de Alencar termina sua obra com a ideia de que o casal formará a identidade do novo Brasil. “Horizonte”, a última palavra do romance, é ao mesmo tempo futuro e o país que se descobre.

Este é o indígena que aparece no discurso do chanceler, ao citar José de Alencar. Uma identidade nacional forjada por um “cavaleiro português no corpo de um selvagem”, que luta contra um povo indígena diferente do seu para salvar sua adorada senhora branca, filha do colonizador, e que se converte ao cristianismo para fundar com ela o futuro nos trópicos. Peri, o indígena, é o “bom selvagem” que oferta seu corpo para ser assimilado pela civilização.

Ao criar esse herói romântico no século 19, supostamente indígena, Alencar sofreu críticas por desprezar a realidade. Mas o escritor deve ser compreendido no seu contexto. Que Araújo o faça no século 21, usando José de Alencar e desprezando todos os debates culturais daquela e de outras épocas, poderia ser apenas um ataque contra a inteligência. Mas o chanceler do bolsonarismo também precisa ser entendido no contexto do governo que ele tenta justificar não apenas como um governo, mas como uma “nova era”.

O bolsonarismo é um projeto de poder em que até mesmo Bolsonaro pode ser tornar um mero adereço – ou nem isso

O bolsonarismo é um projeto de poder com diferentes forças internas e possivelmente antagônicas, em alguns temas, como o futuro próximo deve mostrar. Como todo projeto de poder, está em disputa. Em algum momento, talvez o próprio Bolsonaro, que dá nome à ideologia em construção, seja apenas um adereço — ou nem mesmo isso.

Há um tema, porém, em que os diversos grupos que formam o capitalismo messiânico que governa o país parecem coincidir, guardando uma eventual ressalva por parte de uma parcela dos militares, cuja posição ainda não está totalmente clara. Este tema é o futuro dos indígenas. Ou, mais especificamente, o futuro das terras indígenas.

A escolha deste indígena com atributos morais europeus, representado pela alusão a José de Alencar, não é um acaso. Este indígena, que na obra do escritor manteve apenas as características do corpo e a cor, vai ser branqueado pela matriz europeia da loira Ceci dos olhos azuis para fundar o Brasil pós-independência. É amor cortês, mas também é assimilação brutal. Sobre Peri, a quem não conhecemos porque Alencar também não conhecia, nada sabemos.

Vale a pena lembrar a declaração do hoje vice-presidente, Hamilton Mourão. Ao justificar ter dito durante a campanha que o país herdou a “indolência” dos indígenas e a “malandragem” dos negros, o general resgatou sua mestiçagem e a colocou a serviço do apagamento do racismo estrutural do Brasil: “Em nenhum momento eu quis estigmatizar qualquer um dos grupos, até porque nós somos um amálgama de raças. É só olharem para mim. Eu sou filho de amazonense, minha vó é cabocla”.

O que o bolsonarismo anuncia entender por “mestiçagem” é assimilação. É o que Bolsonaro afirmou de várias formas na campanha, com a brutalidade habitual: “O índio é ser humano como nós”. Quem será que pensava que o índio não era humano?

É importante seguir perguntando. O que é, neste contexto, “ser humano como nós”, Bolso? O populista explica que o índio “quer ter o direito de 'empreender' e 'evoluir', o índio quer poder vender e arrendar a sua terra. Mas avisa: “Os índios não querem ser latifundiários”. No entender do novo presidente, ser humano latifundiário o índio não quer ser.

Antes do bolsonarismo, a tática da direita era dizer que os índios não eram mais índios. Era duvidar da “autenticidade”. Como se um indígena usar celular o tornasse menos indígena. Ao deixarem de ser considerados indígenas, os diferentes povos perderiam o direito à terra. Essa tática ainda persiste. Mas a nova direita representada por Bolsonaro é mais esperta. Ela não nega o indígena, e sim afirma uma suposta igualdade do indígena ao branco. Não para que os indígenas mantenham seus direitos constitucionais, mas para que os percam.

Mais tarde, logo após a eleição, Bolsonaro ainda afirmaria: “E por que no Brasil temos que mantê-los reclusos em reservas como se fossem animais em zoológico?”

O índio é um ser humano igualzinho a nós e quer o que nós queremos, e não pode se usar a situação do índio para demarcar essas enormidades de terras que, no meu entender, poderão ser sim, de acordo com a própria ONU, novos países no futuro”. Só para constar: a ONU nunca disse que as terras indígenas serão países do futuro.

O bolsonarismo tenta transformar terra indígena em mercadoria para exploração de grupos privados

O que o discurso do “ser humano como nós” encobre? Pela Constituição de 1988, as terras dos indígenas são de domínio da União. Aos indígenas cabe o usufruto exclusivo de suas terras ancestrais, mas elas seguem sendo públicas. Uma das principais missões de Bolsonaro é justamente abrir essas terras públicas para exploração e lucros privados.

Uma parcela significativa das terras indígenas está na floresta amazônica. Fazem limite com grandes plantações de soja e criação de boi. Têm sido pressionadas — e invadidas — para o cumprimento do ciclo: desmatamento da floresta para comércio ilegal de madeira, colocação de cabeças de boi para garantir a posse da terra, venda da terra para plantação de soja. Em algum momento do processo, legalização do “grilo” pelo governo do momento, com anistia aos ladrões de terras públicas — ou aos que compram as terras públicas roubadas pelos ladrões.

Ao tornar o indígena um ser humano que quer converter a terra em mercadoria, o discurso ideológico tem como objetivo fazer com que soja e boi possam avançar sobre a floresta hoje protegida. A quem isso vai beneficiar? Não a mim e a você. Mas sim aos grandes criadores de gado e aos grandes grupos plantadores de soja para exportação.

A mudança que os bolsonaristas — o que inclui o agronegócio mais atrasado do país — querem na Constituição vai permitir também a mineração. Não por cooperativas de garimpeiros, sempre criminalizados, mas por grandes grupos transnacionais, apresentados como empreendedores. A quem isso vai beneficiar? Não a mim e a você.

Seis em cada dez brasileiros discordam da redução das terras indígenas

É fácil perceber que o melhor para o conjunto dos brasileiros é manter a terra ocupada pelos indígenas como terra pública — e a floresta em pé. Como mostrou pesquisa recente do DataFolha, a maioria já entendeu isso: seis em cada dez brasileiros discordam da redução das terras indígenas.

O objetivo do bolsonarismo com relação às terras quilombolas é o mesmo: abri-las para a exploração por grupos privados. Era essa a ideia por trás das ofensas do então candidato durante a campanha, que chegou a dizer que os quilombolas não serviam “nem para procriar”. Descendentes de escravos rebelados, os quilombolas têm o título das terras ocupadas pelos antepassados, mas seu uso é coletivo.

Quando o indígena não tem nome próprio no discurso do chanceler Ernesto Araújo é este o propósito. Ao aparecer assimilado no nome de José de Alencar, o indígena já não é. Virou “ser humano igualzinho a nós”. E suas terras ancestrais são mercadorias como as “nossas”. O chanceler de Bolsonaro sabe muito bem a quem serve quando tenta forjar uma identidade nacional para um Brasil que afirma ter renascido pelas mãos de seu chefe. Ele não cita os indígenas, mas afirma enfaticamente em seu discurso que trabalhará pelo agronegócio.

A floresta amazônica é estratégica para evitar que o aquecimento global supere os 1,5 graus Celsius nos próximos anos. Isso não é opinião, é pesquisa científica de alguns dos melhores cientistas do mundo, que trabalham há décadas com a crise climática. Para que o aquecimento global não avance, a floresta precisa ficar em pé. Como manter a floresta em pé se o bolsonarismo se comprometeu a abrir as terras indígenas para exploração?

É preciso criar uma ideologia, como faz o bolsonarismo. Nela, o indígena supostamente teria como aspiração maior da sua vida se tornar branco “como nós” e passar a tratar a terra como mercadoria, ansioso por arrendá-la aos grandes grupos exportadores de soja e carne ou às grandes mineradoras transnacionais. É preciso também afirmar que mudança climática é um complô marxista, como o chanceler de Bolsonaro já escreveu, para não encontrar resistência ao entregar a Amazônia em nome do nacionalismo.

O chanceler criou um departamento específico para o agronegócio no Itamaraty e extinguiu o departamento que cuidava do clima e de energias renováveis. A mensagem é clara. O atual presidente do Brasil fez ainda mais. Transferiu a Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado por Damares Alves, fundadora de uma ONG acusada de incitar ódio contra os indígenas. Os evangélicos, grupo que a ministra representa, têm todo o interesse em ampliar a presença da sua religião entre os povos originários. A eles também interessa que o índio seja “ser humano como nós”, o que neste caso significa ser evangélico neopentecostal.

Bolsonaro entregou o banco de sangue aos vampiros

Bolsonaro, como garoto obediente ao agronegócio mais truculento, aquele que se confunde com agrobandidismo, foi adiante: entregou a responsabilidade pela demarcação das terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura, comandado pela pecuarista Tereza Cristina, conhecida como “musa do veneno”, pelos serviços prestados como congressista às indústrias transnacionais de agrotóxicos. Como comentou um jornalista estrangeiro: é o mesmo que entregar o comando do banco de sangue aos vampiros.

O problema para o bolsonarismo se chama “realidade”, já que o planeta não vai parar de aquecer por causa das mentiras de Bolsonaro e de seu chanceler. Mas até isso ficar claro para seus seguidores, a destruição já estará consumada e os grupos que compõem o bolsonarismo já terão multiplicado seus lucros. Se os lucros são de poucos, o prejuízo sobrar para todos. Para os mais pobres e os mais frágeis, o sofrimento será maior e chegará primeiro. Já chegou. Basta ler a imprensa séria para descobrir. Ou lembrar quem sofreu mais com a última crise da água em São Paulo.

O ideólogo do governo afirma ser preciso ler menos o *New York Times* e mais José de Alencar também porque a imprensa internacional tem apontado duramente o perigo que Bolsonaro representa para o planeta. A importância do Brasil no cenário internacional é dada principalmente pela floresta amazônica. E não para exploração de produtos primários como soja, carne e minérios, mas sendo floresta.

Converter a floresta em matéria-prima de exportação é o pior negócio da história, inclusive para a agropecuária

A conversão de floresta em matérias-primas para exportação pode beneficiar a economia a curto prazo. Isso interessa aos ultraliberais do atual governo, como interessou aos governos do PT, que foram um desastre para a Amazônia. Mas é claramente o pior negócio da história para todos. Inclusive para a agricultura, como sabe o setor esclarecido do agronegócio, que, infelizmente, é minoritário no Brasil.

Nem Bolsonaro nem seu chanceler sabem quem são os indígenas, como vivem e o que fazem. Nem acham que precisam saber. Se a mentira que criaram serve a seus interesses imediatos, para que serviria a realidade?

Para os não indígenas que se interessam em conhecer os indígenas, o primeiro fato a compreender é que não existe um indígena, e sim mais de 240 povos com cultura própria. Vale lembrar que a estimativa é de que havia mil povos antes da invasão europeia, no século 16. Hoje, os povos que sobreviveram às sucessivas

matanças e às epidemias transmitidas pelos brancos são, ao mesmo tempo, eles mesmos uma enorme riqueza em sua diversidade cultural e também os maiores responsáveis pela proteção da biodiversidade das terras onde vivem.

Alguns ainda conseguem viver sem saber dos brancos, ou sabendo o mínimo possível, e para todos é melhor que continue assim. Outros, cujo contato com os brancos já foi estabelecido, encontram seus caminhos para gerar renda sem destruir o ecossistema. As terras indígenas, comprovadamente, são os maiores obstáculos à derrubada da floresta amazônica. Em 2018, o desmatamento na Amazônia atingiu o índice mais alto da década. Só no período eleitoral, o desmatamento cresceu quase 50%, comparado ao ano anterior, tão confiantes os desmatadores se sentiram com a certeza da vitória de Bolsonaro.

Em editorial desta semana, o Instituto Socioambiental, que faz a publicação mais completa sobre Povos Indígenas no Brasil, atualizada regularmente e disponível na internet, conta ao governo o que o governo não está interessado em saber. O mel dos índios do Xingu foi o primeiro produto indígena de origem animal com certificação orgânica e registro no Sistema de Inspeção Federal. Já está no mercado do sudeste do país. O óleo de pequi do povo Kisêdjê representou o Brasil numa feira do movimento Slow Food em Turim, na Itália. O cogumelo Yanomami é reconhecido internacionalmente no mundo da gastronomia. A pimenta Baniwa tem 78 variedades que são utilizadas na fabricação de chocolate, molhos e cervejas no Brasil e no exterior. Os indígenas Wai Wai, Xikrin, Kuruaya e Xipaya comercializam safras com toneladas de castanha para uma fabricante de pães e produtos derivados. A borracha dos Xipaya é utilizada por outra grande indústria brasileira. Os Kayapó e Panará vendem o cumaru para empresas internacionais de cosméticos produzidos artesanalmente.

Quem não existe não pode reivindicar terra na floresta tão cobiçada pelo setor atrasado do agronegócio

O que atrapalha a economia da floresta não é a proteção da floresta. Pelo contrário. O que atrapalha a economia da floresta é a invasão dos grileiros para explorar a madeira, botar soja e pasto para boi. É a anistia destes grileiros por governos como o de Lula e o de Michel Temer, que converteram criminosos violadores de terras públicas em representantes do “agronegócio” e membros do “setor produtivo nacional”. É a demora na demarcação dos territórios ancestrais, hoje paralisada por Bolsonaro. É a instabilidade e a total falta de apoio governamental, apesar de os

produtos comercializados pelos indígenas pagarem todos os impostos. É a ignorância dos governos e de seus economistas. É um chanceler que quer reinventar o índio de José de Alencar para inventar um índio que não existe. Quem não existe não pode reivindicar a demarcação de suas terras na floresta tão cobiçada pelo setor atrasado do agronegócio.

O discurso de posse do chanceler é a tentativa de lançar as bases ideológicas do que está sendo chamado de bolsonarismo, aquelas que pretendem justificar tanto o armamento da população quanto a exploração predatória das terras indígenas e quilombolas. Seria importante que os professores das universidades, instituições tão atacadas por Bolsonaro e seus seguidores, usassem seu conhecimento para dissecar esse discurso naquilo que diz e naquilo que omite. E o fizessem na internet, onde todos têm acesso.

Foi na internet que os malucos passaram a dançar e um deles se tornou presidente. O debate tem que ser travado (principalmente) ali, como já perceberam uns poucos intelectuais. Da tarefa de resgatar a importância dos fatos, a prevalência da realidade e a honestidade do debate ninguém tem o direito de se omitir. Em especial quem é pago com recursos públicos.

Termino com outro trecho do discurso do ideólogo do bolsonarismo: “É só o amor que explica o Brasil. O amor, o amor e a coragem que do amor decorre, conduziram os nossos ancestrais a formarem esta nação imensa e complexa. Nós passamos anos na escola, quase todos nós, eu acho, escutando que foi a ganância ou o anseio de riqueza, ou pior ainda, o acaso, que formou o Brasil, mas não foi. Foram o amor, a coragem e a fé que trouxeram até aqui, através do oceano, através das florestas, pessoas que nos fundaram”.

O projeto de poder em curso quer inventar um passado apagando o passado que efetivamente existiu

Ernesto Araújo torna explícito que o “renascimento” proposto pelo bolsonarismo é criminoso. Seu projeto de poder não busca apenas moldar o presente a partir de premissas falsas como “ideologia de gênero” e “climatismo”, mas sim inventar um passado apagando o passado que efetivamente existiu. Antes será preciso explicar como “o amor” matou milhões de indígenas, extinguiu povos inteiros, e colocou à força no Brasil quase 5 milhões de escravos africanos, durante mais de três séculos. Seus descendentes ainda hoje vivem pior e morrem mais cedo.

José de Alencar sonhava com construir uma identidade nacional no século 19, em um país que acabara de se tornar independente da metrópole e precisava de um rosto para se legitimar como nação. Em seu discurso inaugural, Ernesto Araújo violenta dois séculos de debates culturais e ofende até mesmo a memória de Alencar. O chanceler quer, no início do século 21, apagar todo o passado. Como se o Brasil fosse uma página em branco que o bolsonarismo vai passar a escrever a partir do ponto zero da independência.

Nenhuma novidade. A “nova era” do bolsonarismo apenas copia os piores exemplos dos totalitarismos do século 20, que também quiseram forjar seu próprio mito e sua própria mitologia para justificar as atrocidades que cometeriam logo adiante. Como os dias mostraram, os cadáveres daqueles que destruíram teimam em viver como memória. Não esqueceremos. Nem deixaremos esquecer.

ANEXO D – TEXTO B2

“Doente de Brasil: Como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da autoverdade”

Jair Bolsonaro é um perverso. Não um louco, nomeação injusta (e preconceituosa) com os efetivamente loucos, grande parte deles incapaz de produzir mal a um outro. O presidente do Brasil é perverso, um tipo de gente que só mantém os dentes (temporariamente, pelo menos) longe de quem é do seu sangue ou de quem abana o rabo para as suas ideias. Enquanto estiver abanando o rabo – se parar, será também mastigado. Um tipo de gente sem limites, que não se preocupa em colocar outras pessoas em risco de morte, mesmo que sejam funcionários públicos a serviço do Estado, como os fiscais do IBAMA, nem se importa em mentir descaradamente sobre os números produzidos pelas próprias instituições governamentais desde que isso lhe convenha, como tem feito com as estatísticas alarmantes do desmatamento da Amazônia. O Brasil está nas mãos deste perverso, que reúne ao seu redor outros perversos e alguns oportunistas. Submetidos a um cotidiano dominado pela autoverdade, fenômeno que converte a verdade numa escolha pessoal, e portanto destrói a possibilidade da verdade, os brasileiros têm adoecido. Adoecimento mental, que resulta também em queda de imunidade e sintomas físicos, já que o corpo é um só.

É desta ordem os relatos que tenho recolhido nos últimos meses junto a psicanalistas e psiquiatras, e também a médicos da clínica geral, medicina interna e cardiologia, onde as pessoas desembarcam queixando-se de taquicardia, tontura e falta de ar. Um destes médicos, cardiologista, confessou-se exausto, porque mais da metade da sua clínica, atualmente, corresponde a queixas sem relação com problemas do coração, o órgão, e, sim, com ansiedade extrema e/ou depressão. Está trabalhando mais, em consultas mais longas, e inseguro sobre como lidar com algo para o qual não se sente preparado.

O fenômeno começou a ser notado nos consultórios nos últimos anos de polarização política, que dividiu famílias, destruiu amizades e corroe as relações em todos os espaços da vida, ao mesmo tempo em que a crise econômica se agravava, o desemprego aumentava e as condições de trabalho se deterioravam. Acirrou-se enormemente a partir da campanha eleitoral baseada no incitamento à violência produzida por Jair Bolsonaro em 2018. Com um presidente que, desde janeiro, governa a partir da administração do ódio, não dá sinais de arrefecer. Pelo

contrário. A percepção é de crescimento do número de pessoas que se dizem “doentes”, sem saber como buscar a cura.

Vou insistir, mais uma vez, neste espaço, que precisamos chamar as coisas pelo nome. Não apenas porque é o mais correto a fazer, mas porque essa é uma forma de resistir ao adoecimento. Não é do “jogo democrático” ter um homem como Jair Bolsonaro na presidência. Tanto como não havia “normalidade” alguma em ter Adolf Hitler no comando da Alemanha. Não dá para tratar o que vivemos como algo que pode ser apenas gerido, porque não há como gerir a perversão. Ou o que mais precisa ser feito ou dito por Bolsonaro para perceber que não há gestão possível de um perverso no poder? Bolsonaro não é “autêntico”. Bolsonaro é um mentiroso.

Podemos – e devemos – discutir como chegamos a ter um presidente que usa, como estratégia, a guerra contra todos que não são ele mesmo e o seu clã. Como chegamos a ter um presidente que mente sistematicamente sobre tudo. Podemos – e devemos discutir – como chegamos a ter um antipresidente. Assim como podemos – e devemos – perceber que a experiência brasileira está inserida num fenômeno global, que se reproduz, com particularidades próprias, em diferentes países.

Esse esforço de entendimento do processo, de interpretação dos fatos e de produção de memória é insubstituível. Mas é necessário também responder ao que está nos adoecendo agora, antes que nos mate.

Em 10 de julho, o psiquiatra Fernando Tenório escreveu um post no Facebook que viralizou e foi replicado em vários grupos de Whatsapp. Aqui, um trecho: “Acabei de atender a um homem de 45 anos, negro, sem escolaridade. Nos últimos cinco anos, viu seus colegas de setor serem demitidos um a um e ele passou a acumular as funções de todos. Disse-me que nem reclamou por medo de ser o próximo da fila. Tem sintomas de esgotamento que descambam para ansiedade. Qual o diagnóstico para isso? Brasil. Adoeceu de Brasil. Se eu tivesse algum poder iria sugerir ao DSM (o manual de transtornos mentais da psiquiatria) esse novo diagnóstico. Adoecer de Brasil é a mais prevalente das doenças. Entrei agora na Internet e vi que a reforma da previdência corre para ser aprovada sem sustos. O povo, adoecido de Brasil, permanece inerte. Vai trabalhar sem direito a aposentadoria até morrer de Brasil”.

Não há normalidade nem jogo democrático quando um perverso governa a partir da administração do ódio e da mentira

Alagoano da pequena Maribondo, Fernando Tenório fez residência e atuou na rede pública de saúde mental do Rio de Janeiro. Atualmente, mantém consultório na

capital fluminense e atende trabalhadores de um sindicato do setor hoteleiro. O psiquiatra me conta, por telefone, que cresceu muito o número de pessoas que chegavam ao seu consultório com sintomas como taquicardia, desmaios na rua, sinais de esgotamento corporal, dores de cabeça frequentes, sentimentos depressivos. Eram pessoas que estavam objetiva e subjetivamente esgotadas pela precarização das condições de trabalho, como jornada excessiva, acúmulo de funções, metas impossíveis de cumprir, falta de perspectivas de mudança, insegurança extrema. Tinham um “trabalho de merda” e, ao mesmo tempo, medo de perder o “trabalho de merda”, como testemunharam acontecer com vários colegas.

O psiquiatra diz que ele mesmo se descobriu adoecido meses atrás. “Fiquei muito mal, porque me senti quase um traficante de drogas legais. Estava tratando uma crise, que é social, no indivíduo. E, de certo modo, ao dar medicamentos, estava tornando essa pessoa apta a sofrer mais, porque a jogava de volta ao trabalho.” Na sua avaliação, o adoecimento está relacionado à precarização do mundo do trabalho nos últimos anos, acentuada pela reforma trabalhista aprovada em 2017, e foi agravado com a ascensão de um governo “que declarou guerra ao seu povo”. “O Brasil hoje é tóxico”, afirma.

Após a publicação do post, Tenório sentiu ainda mais o nível da toxicidade cotidiana do país: recebeu xingamentos e ameaças. Um dos agressores lembrou que sua filha, cuja foto viu em uma rede social, um dia poderia ser estuprada. A menina é um bebê de menos de 2 anos.

“Tóxico” é palavra de uso frequente de brasileiros ao relatarem o sentimento de viver em um país onde já não conseguem respirar. Na constatação de que o governo Bolsonaro já aprovou 290 agrotóxicos em apenas sete meses, o envenenamento ganha uma outra camada. É como se os corpos fossem um objeto atacado por todos os lados. País que ultrapassou a possibilidade das metáforas, a toxicidade do Brasil abrange todas as acepções.

Cresce nos consultórios os casos de depressão provocados e alimentados pelo contexto político e social

Mas que adoecimento é este que Tenório chama de “doente de Brasil”? Um psicanalista que prefere não se identificar por temer represálias explica que aumentou muito nos consultórios os quadros depressivos provocados pelo momento vivido pelo Brasil, em que especialmente pessoas ligadas à esquerda, mas não necessariamente ao PT, sentem uma total perda de sentido e horizonte. “Para a psiquiatria,

a depressão é a tristeza sem contexto. Ou seja, ela é relacionada à estrutura psíquica de cada pessoa, às fundações e alicerces construídos na infância”, explica. “O que temos vivido hoje nos consultórios é o aumento da depressão com contexto, esta que não tem a ver com a estrutura do indivíduo e que nem vai melhorar no divã. Esta em que o uso de medicamentos só vai servir para obscurecer o esclarecimento das questões. Esta que só pode ser sanada por mudanças sociais.”

O rompimento dos laços, como a divisão das famílias provocada pela polarização política, tornou as pessoas ainda mais sujeitas ao adoecimento mental e com menos ferramentas para lidar com ele. Como disse um filósofo, ninguém deixa de dormir porque está tendo uma guerra no outro lado do mundo, com exceção daqueles que vivem a guerra. Com isso, ele queria dizer que as pessoas perdiam o sono muito mais por pequenas dores e preocupações mezinhas com as quais se identificavam, como as relacionadas à família e ao mundo dos afetos, do que por enormes barbáries que ocorriam no outro lado do mundo.

O que os brasileiros testemunharam foi uma inversão: a política, que sempre foi algo do campo público, invadiu o campo privado, passando a ser um fator íntimo, um fator primeiro de identificação. Dias atrás uma amiga presenciou uma conversa em que duas garotas decidiam quais os critérios para dividir apartamento com uma outra. “Não suportaria dividir com uma petista”, disse uma delas. Essa conversa, exceto no caso de militantes mais radicais, dificilmente aconteceria anos atrás: ninguém costumava perguntar qual era a orientação política antes de dividir a casa com alguém.

A eleição, que costumava ser um acontecimento pontual, da esfera pública, tornou-se algo crucial na esfera privada. Do mesmo modo, o inverso também aconteceu. Questões íntimas, como a orientação sexual de cada um, como o que acontece na cama de cada um, passaram a ser discutidas publicamente. Esse fenômeno atingiu fortemente laços que cada um considerava incondicionais, como os familiares, laços com os quais se contava para enfrentar a dureza da vida. E acentuou ainda mais os quadros depressivos e persecutórios, aumentando ansiedade e angústia, corroendo a saúde.

O sofrimento é agravado pela constatação de que as instituições não barram a violência do governo e do governante

Uma psicanalista de São Paulo, que também prefere não se identificar, acredita que o adoecimento do Brasil de 2019 expressa a radicalização da impotência. As

peças, hoje, não sabem como reagir à quebra do pacto civilizatório representada pela eleição de uma figura violenta como Bolsonaro, que não só prega a violência como violenta a população todos os dias, seja por atos, seja por aliar-se a grupos criminosos, como faz com desmatadores e grileiros na Amazônia, seja por mentir compulsivamente. Não sabem, também, como parar essa força que as atropela e esmaga. Sentem como se aquilo que as está atacando fosse “imparável”, porque percebem que já não podem contar com as instituições – constatação gravíssima para a vida em sociedade. E então passam a sentir-se como reféns – e, seguidamente, a atuar como reféns.

“Como reagimos à violência de alguém como Bolsonaro, que faz e diz o que quer, sem que seja impedido pelas instituições?”, questiona. “Toda a nossa experiência dá conta de que a vida em sociedade é regulada por instâncias que vão determinar o que pode e o que não pode, que têm o poder de impedir a quebra do pacto civilizatório, este pacto que permite que a gente possa conviver. Nesta experiência de que há um regulador, se uma pessoa é racista, ela vai ser processada – e não virar presidente do país. O que vivemos agora, com Bolsonaro, é a quebra de qualquer regulação. E isso tem um enorme impacto sobre a vida subjetiva. Ninguém sabe como reagir a isso, como viver numa realidade em que o presidente pode mentir e pode até mesmo inventar uma realidade que não corresponde aos fatos.”

A documentação das experiências de autoritarismo em diferentes épocas e países costuma relatar o sofrimento físico e psíquico das vítimas, mas geralmente em condições explícitas. Como, por exemplo, um judeu num campo de concentração nazista. Ou uma das mulheres torturadas no Doi-Codi, em São Paulo, durante a ditadura militar do Brasil (1964-1985). Perceber essa violência explícita como violência é imediato. O que a experiência autoritária do bolsonarismo tem demonstrado é o quanto pode ser difícil resistir (também) à violência do cotidiano, aquela que se infiltra nos dias, nos pequenos gestos, na paralisia que vira um modo de ser, nas covardias que deixamos de questionar.

O cotidiano de exceção tem se infiltrado e realizado em milhões de pequenos gestos de autocensura, silêncio e ausência no Brasil

Há milhares, talvez milhões de pequenos gestos de conformação acontecendo neste exato momento no Brasil. Em silêncio. Pequenos movimentos de autocensura, ausências nem sempre percebidas. Uma autora me conta que conseguiu manter seu livro no catálogo da editora sem usar a palavra gênero.... para falar de gênero e

sexualidade. Uma diretora me diz que vestiu os corpos de suas atrizes, até então nuas, numa peça de teatro. A professora de uma das mais importantes universidades públicas do país me relata que muitos colegas já deixaram de analisar determinados temas em salas de aula por medo do “poder de polícia” dos alunos, que têm gravado as aulas e se comportado de forma ainda mais violenta que a polícia formal. Um curador de eventos preferiu não fazer o evento. Mudou de assunto. Outro deixou de convidar uma pensadora que certamente levaria bolsocrentes para a sua porta. Nunca saberemos o que poderia acontecer, porque o acontecimento foi impedido para não sofrer o risco de ser impedido.

Há tantos que já preferem “não comentar”. Ou que dizem, simpaticamente: “me deixa fora dessa”. É também assim que o autoritarismo se infiltra, ou é principalmente assim que o autoritarismo se infiltra. E é também assim que se adocece uma população por aquilo que ela já tem medo de fazer, porque antecipa o gesto do opressor e se cala antes de ser calada. E em breve talvez tenha medo também de sussurrar dentro de casa, num mundo em que os aparelhos tecnológicos podem ser usados para a vigilância. Chega o dia em que o próprio pensamento se torna uma doença autoimune. É assim também que o autoritarismo vence antes mesmo de vencer.

Um dos sintomas do cotidiano de exceção que vivemos é a colonização de nossas mentes. Mesmo pessoas que viveram a ditadura militar não têm recordação de algum momento da sua vida em que tenham pensado todos os dias no presidente da República. Bolsonaro administra o horror dos dias, com suas violências e mentiras, de um modo que o torna onipresente. Faça o teste: quantas horas você consegue ficar sem pensar em Bolsonaro, sem citar uma bestialidade de Bolsonaro? É isso o autoritarismo. Mas sobre isso poucos falam.

Bolsonaro encarna a vanguarda messiânica-apocalíptica do mundo

Se Bolsonaro encarna a vanguarda messiânica-apocalíptica do mundo, é preciso sublinhar que os brasileiros não estão sós. Um amigo estrangeiro me conta que, desde que Donald Trump assumiu, a primeira coisa que ele faz ao acordar é conferir qual é a barbaridade que o presidente americano escreveu no Twitter, porque sente que isso afeta diretamente a vida dele. E afeta.

Mario Corso, psicanalista e escritor gaúcho, aponta que não é possível pensar no que ele chama de “ethos depressivo” deste momento fora do contexto do Ocidente. “Veja o Reino Unido. O novo primeiro-ministro (referindo-se ao pró-Brexit Boris Johnson) é um palhaço. E eles já tiveram Churchill!”, exemplifica. “O problema, no

Brasil, é que além de toda a crise global, elegemos um cretino para presidente”, diz o psicanalista. “O que assusta é que não há freios para impedi-lo. E, assim, ele segue atacando os mais frágeis. Como Bolsonaro é covarde, ele não engrossa com os maiores que ele.”

Boris Johnson não chega a ser um Donald Trump. E nem Donald Trump chega a ser um Jair Bolsonaro. Mas a diferença maior está na qualidade da democracia. Tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido, as instituições têm conseguido exercer o seu papel. No Brasil, não chega a ser perda total – ou não bastou (ainda) “um cabo e um soldado” para fechar o STF, como sugeriu o futuro possível embaixador do país nos Estados Unidos, Eduardo Bolsonaro, o garoto zero três. Mas a precariedade – e com frequência a omissão – das instituições – quando não conivência – são evidentes. “Enquanto Bolsonaro não consegue uma ditadura total, porque isso ele quer, mas ainda não conseguiu, ele antecipa a ditadura pelas palavras”, diz Corso. “Bolsonaro usa aquilo que você definiu como autoverdade para antecipar a ditadura. Os fatos não importam, o que ‘eu’ digo é o que é.”

“A guerra acontece quando a palavra, como mediadora, se extinguiu”

Para Rinaldo Voltolini, professor de psicanálise da Universidade de São Paulo, a autoverdade é a amputação da palavra no sentido pleno. “Este é um grande disparador do sofrimento das pessoas, ao constatarem que estão fora no nível mais importante. Não é que você está fora porque não tem uma casa ou um carro, hoje você está fora das possibilidades de leitura do mundo. O que você diz não tem valor, não tem sentido, não tem significado. É como se, de repente, você já não tivesse lugar na gramática”, diz o psicanalista. “O que é a guerra? A guerra acontece quando a palavra, como mediadora, se extinguiu. Isso acontece entre duas pessoas, entre países. Sem a mediação da palavra, se passa diretamente ao ato violento”.

A autoverdade, como escrevi neste espaço, determinou a eleição de Bolsonaro. E seguiu moldando sua forma de governar pela guerra, o que implica a destruição da palavra. Assim, desde o início do governo, Bolsonaro tem chamado os órgãos oficiais de mentirosos sempre que não gosta do resultado das pesquisas. Como quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou que o número de desempregados tinha aumentado no seu governo.

Nos últimos dias, porém, o antipresidente levou a perversão da verdade, esta que torna a verdade uma escolha pessoal, à radicalidade. Decidiu que a jornalista Míriam Leitão não foi torturada – e ela foi. Insinuou que o pai do presidente da Ordem

dos Advogados do Brasil teria sido executado pela esquerda, quando ele desapareceu por obra de agentes do Estado na ditadura militar. Decidiu que ninguém mais passa fome no Brasil – o que é desmentido não só pelas estatísticas como pela experiência cotidiana dos brasileiros. Decidiu que os dados que apontaram a explosão do desmatamento na Amazônia, produzidos pelo conceituado Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, eram mentirosos. Isso porque apenas no mês de julho de 2019 foi destruída uma área de floresta maior do que a cidade de São Paulo, e o índice de desmatamento foi três vezes maiores do que em julho do ano passado. E Bolsonaro decidiu ainda que “só os veganos que comem vegetais” se importam com o meio ambiente.

Bolsonaro controla o cotidiano porque fora de controle. Bolsonaro domina o noticiário porque criou um discurso que não precisa estar ancorado nos fatos. A verdade, para Bolsonaro, é a que ele quer que seja. Assim, além da palavra, Bolsonaro destrói a democracia ao usar o poder que conquistou pelo voto para destruir não só direitos conquistados em décadas e todo o sistema de proteção do meio ambiente, mas também para destruir a possibilidade da verdade.

O que vivemos não é mal-estar, mas horror

“Narrar a história é sempre o primeiro ato de dominação. Não é por acaso que Bolsonaro quer adulterar a história. A história da ditadura é construída por muitos documentos, é uma produção coletiva. Mas ele decide que aconteceu outra coisa e não apresenta nenhum documento para comprovar o que diz”, analisa Voltolini. “Não é que estamos vivendo o mal-estar na civilização. Isso sempre houve. A questão é que, para ter mal-estar é preciso civilização. E hoje, o que está em jogo, é a própria civilização. Isso não é da ordem do mal-estar, mas da ordem do horror.”

Como enfrentar o horror? Como barrar o adoecimento provocado pela destruição da palavra como mediadora? Como resistir a um cotidiano em que a verdade é destruída dia após dia pela figura máxima do poder republicano? Rinaldo Voltolini lembra um diálogo entre Albert Einstein e Sigmund Freud. Quando Einstein pergunta a Freud como seria possível deter o processo que leva à guerra, Freud responde que tudo o que favorece a cultura combate a guerra.

Os bolsonaristas sabem disso e por isso estão atacando a cultura e a educação. A cultura não é algo distante nem algo que pertence às elites, mas sim aquilo que nos faz humanos. Cultura é a palavra que nos apalavra. Precisamos recuperar a palavra como mediadora em todos os cantos onde houver gente. E fazer isso coletivamente,

conjugando o nós, reamarrando os laços para fazer comunidade. O único jeito de lutar pelo comum é criando o comum – em comum.

É preciso dizer: não vai ficar mais fácil. Não estamos mais lutando pela democracia. Estamos lutando pela civilização.

ANEXO E – TEXTO C1**“Planeta em chamas: Enquanto bombeiros tentam apagar fogo na Europa, no Brasil fazendeiros queimam a Amazônia”**

Imagem captada pelo satélite Aqua, da NASA, mostra vários incêndios nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Mato Grosso em 13 de agosto de 2019. AQUA / NASA.

A ativista adolescente Greta Thunberg costuma afirmar, na tentativa de acordar os adultos para a emergência climática: “Nossa casa está em chamas”. No momento, a sueca de 16 anos atravessa o oceano num barco à vela rumo à Conferência da ONU, em Nova York. O que Greta pode não ter imaginado, porém, é ainda mais assustador: fazendeiros e grileiros ateam fogo na floresta, deliberadamente, como manifesto político. É o que aconteceu na Amazônia, em 10 de agosto, segundo foi anunciado no jornal de *Novo Progresso*.

Fazendeiros e grileiros do entorno da BR-163, uma das regiões de maior conflito na Amazônia brasileira, programaram o “Dia do Fogo”. Na data, queimaram áreas de pasto e em processo de desmatamento. Segundo uma das lideranças, entrevistada pelo jornal *Folha do Progresso*, setores do agronegócio se sentem “amparados pelas palavras de Jair Bolsonaro”, que estimula a abertura das áreas protegidas da floresta para exploração agropecuária e mineração. Disseram também que desejavam mostrar ao presidente do Brasil “que querem trabalhar e o único jeito é derrubando, e para formar e limpar nossas pastagens é com fogo”.

Tudo indica que conseguiram. Anunciaram, pelo jornal, cinco dias antes. E cinco dias depois a Amazônia queimou — mais. Segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, na data marcada Novo Progresso teve um número 300% maior de “queimadas”, com 124 focos de incêndio. No dia seguinte, o número saltou para 203. Em Altamira, as estatísticas mostraram uma realidade ainda mais assustadora: 743% de aumento, com 194 focos de incêndio. No domingo, chegaram a 237.

Enquanto Greta Thunberg navega para Nova York, sua frase se literaliza: há incêndios em diferentes partes do planeta, da Gran Canária, na Espanha, a Sibéria, na Rússia. A conexão com a crise climática pode ser mais ou menos direta. Na Europa, os focos apareceram depois do julho mais quente da história. No Ártico, os incêndios recordes criaram um ciclo vicioso: o fogo libera CO₂ para a atmosfera e agrava o colapso climático. O trabalho dos bombeiros, em todas as partes, está sendo dificultado pelas ondas de calor e pela falta de umidade. Na América Latina, a Amazônia queima, assim como pedaços da Bolívia e do Paraguai.

As más notícias para superaquecer o planeta não param. Diante da explosão do desmatamento no Governo de Bolsonaro, Alemanha e Noruega suspenderam quase 300 milhões de reais destinados à proteção da Amazônia. Bolsonaro respondeu ao Governo alemão: “A Alemanha vai parar de comprar a Amazônia a prestações”. E, aos noruegueses: “Pega a grana e ajude a Angela Merkel a reflorestar a Alemanha”.

Bolsonaro não é apenas estúpido — e muito mal educado. As declarações servem para acirrar a paranoia de seus seguidores: o antipresidente e seu clã defendem que a preocupação com a floresta é uma desculpa para tomar a Amazônia do Brasil. O curioso nacionalismo pregado por Bolsonaro amaldiçoa a Europa em nome da soberania e se curva até a cueca aparecer diante dos Estados Unidos de Donald Trump. Para setores do empresariado brasileiro, porém, a única boa notícia no atual governo foi o acordo entre União Europeia e Mercosul, costurado durante 20 anos pelos governos anteriores e hoje ameaçado pela escandalosa destruição da Amazônia. A Europa precisa decidir: se continuar comprando carne de desmatadores e produtos empapados de agrotóxicos, o agronegócio predatório vai continuar se sentindo à vontade para ampliar os dias de fogo, estimulado pelo perverso que hoje lidera o Brasil.

ANEXO F – TEXTO C2

“‘A notícia é esta: o Xingu vai morrer’: O Ministério Público Federal adverte que a maior tragédia amazônica hoje na região de Altamira é o ‘ecocídio’ da Volta Grande do Xingu”

Quando os incêndios na floresta queimaram as telas do planeta, a cidade de Altamira foi ocupada pela imprensa. “O mundo descobriu a Amazônia”, as pessoas falavam nas ruas, enquanto eram abordadas por uma babel de línguas. Algumas tinham a esperança de que as atrocidades tantas vezes denunciadas contra a floresta e os povos da floresta fossem finalmente vistas. Outras apenas sentiam raiva, porque a volta das operações de órgãos de governo —enfraquecidos na gestão de Michel Temer e desidratados até quase a extinção no governo de Jair Bolsonaro— atrapalhavam temporariamente o lucrativo negócio de comercializar a floresta. “Onde está o fogo? Onde está o fogo?”, perguntavam os jornalistas que chegavam de todas as partes ao maior município do Brasil. Dentro de Altamira, cabem Portugal e Suíça e ainda sobra espaço. No criminoso Dia do Fogo, em 10 de agosto, 194 focos subiram neste território. Epicentro dos conflitos amazônicos, Altamira é redescoberta periodicamente. E, em seguida, esquecida. Essa é a angústia de quem luta pelo meio ambiente nesse centro do mundo que é tratado como periferia. As chamas podem se apagar e, se Jair Bolsonaro não for impedido de seguir desprotegendo a floresta, voltar a acender e a queimar ainda mais. Algo aterrador e menos visível, porém, está em curso: a Volta Grande do Xingu está morrendo.

Esta era a mensagem que a procuradora da República em Altamira Thais Santi tentava passar aos jornalistas. Os incêndios são graves e devem ser denunciados e combatidos, mas é necessário compreender também que um rio está morrendo. Morrendo. “É ecocídio, e é genocídio”, ela afirma. A procuradora não exagera. Os fatos são eloquentes, investigados e mensurados pelos melhores cientistas da área do Brasil, e também por documentos oficiais. Na história recente da Amazônia, a grande causadora e reprodutora de violências na região do Médio Xingu, onde está a cidade de Altamira, foi e segue sendo a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Muito pouco acontece na cidade que não tenha o DNA da Norte Energia S. A., a empresa concessionária da barragem. Esse DNA está marcado na agonia da Volta Grande do Xingu, uma região belíssima de 100 quilômetros onde vivem os povos Juruna e Arara, assim como população ribeirinha e espécies endêmicas de peixes. É também nesta

região que, nos últimos anos, outra gigante, a mineradora canadense Belo Sun, pressiona a população local e assedia políticos de Belém para obter autorização para explorar aquela que seria a maior mina de ouro a céu aberto do Brasil – e também o sepultamento oficial da Volta Grande embaixo de toneladas de rejeitos tóxicos.

MPF afirma que Belo Monte é inviável

No final de agosto, Thais Santi e outros 23 procuradores, incluindo coordenadores de câmaras, assinaram uma recomendação para o Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) afirmando que o hidrograma – a administração da água pela usina – deve ser suspenso e revisado. Caso isso não aconteça, o Ministério Público Federal entrará com uma ação judicial. Na prática, o que o documento demonstra e afirma é o que já se dizia e escrevia antes de Belo Monte ser construída: preservando as condições mínimas para a vida de indígenas e ribeirinhos e para a vida das outras espécies, numa das regiões mais biodiversas da Amazônia, e preservando o Xingu, um dos mais magníficos afluentes do Amazonas, do qual depende a vida de dezenas de povos originários, Belo Monte é economicamente inviável.

Esta não é nenhuma novidade. Em 2011, publiquei uma entrevista na Revista Época com Celio Bermann, professor da Universidade de São Paulo. Especialista na área energética, ele também havia trabalhado no Ministério de Minas e Energia com Dilma Rousseff no início do primeiro mandato de Lula (PT). Bermann dizia com todas as letras que Belo Monte seria construída mais para gerar propina, menos para gerar energia. E afirmava que, para gerar energia, a usina era economicamente inviável. A entrevista gerou respostas e pressões de vários protagonistas, como o então senador José Sarney (PMDB), uma das figuras mais influentes do setor energético por décadas, em diferentes governos.

Qual é o problema político com Belo Monte, acentuado num país polarizado?

Belo Monte é um crime construído pelos governos do PT/PMDB. Segundo a Operação Lava Jato, uma obra construída para a geração de propina. Como é uma obra que começou a ser articulada com Lula e foi materializada por Dilma Rousseff, uma parcela significativa da esquerda preferiu fechar os olhos para Belo Monte, como faz até hoje. Os direitos humanos tanto dos povos indígenas, o que fere diretamente a Constituição, quanto das populações ribeirinhas foram violados sistematicamente para que a usina fosse construída.

Durante a construção da usina, na segunda década deste século, pessoas analfabetas foram pressionadas a assinar papéis que não eram capazes de ler, onde aceitavam perder tudo em troca de nada ou de uma indenização que mal permitia viver alguns meses nas periferias de Altamira. Ninguém pode dizer que não sabia. Embora grande parte da imprensa exaltasse a “grandiosa obra de engenharia”, eu e outros jornalistas denunciemos as violações em nossas reportagens. E fomos fortemente pressionados junto a nossos editores pela empresa. Também fomos atacados por militantes nas redes sociais.



Foto mostra Volta Grande do Xingu em 2015, antes da seca e do início do funcionamento da usina/
DIVULGAÇÃO

Este, de novo, é o problema com a morte da Volta Grande do Xingu. No momento, Lula está preso por um processo em que há escandalosas evidências de abusos cometidos por agentes públicos durante a instrução e julgamentos, excessos totalmente incompatíveis com qualquer ideia de justiça. Para piorar, a situação foi agravada pela parcialidade explícita exposta pelo vazamento das trocas de mensagens entre o então juiz Sergio Moro, atual ministro da Justiça do Governo Bolsonaro, e os procuradores da Operação Lava Jato, revelado pela série de reportagens do jornal The Intercept. Neste cenário, quem quer lembrar do crime que é Belo Monte, este que tem o DNA de Lula e de Dilma Rousseff?

Tanto os governos do PT quanto o Governo Bolsonaro reproduzem a visão sobre a Amazônia da ditadura militar

O outro grande obstáculo que impede a salvação da Volta Grande do Xingu, e portanto da floresta amazônica, é que Belo Monte está totalmente afinada com a visão de Jair Bolsonaro e do grupo de militares que o acompanha no governo de extrema-direita. Bolsonaro já anunciou, por meio do ministro de Minas e Energia, que viajará para Altamira no final do ano, para orgulhosamente inaugurar a última turbina de Belo Monte, o que significará a conclusão de uma obra que custou várias vezes mais do que o previsto.

É preciso reconhecer e dizer, mesmo que seja duro para alguns: a visão para a Amazônia dos governos de Lula e de Dilma, de centro-esquerda, e do governo de Bolsonaro, de extrema direita, é semelhante. E é totalmente afinada com a visão dos militares, construída e difundida durante a ditadura (1964-1985): a exploração da floresta por meio de grandes obras e grandes projetos, sem escutar os povos da floresta nem respeitar seus direitos constitucionais, usando como estratégia a falácia da ameaça à soberania. No trato com a Amazônia não houve ruptura política, mas continuidade.

Acompanhem o que Lula afirmou à repórter Mariana Schreiber, da BBC Brasil, em excelente entrevista feita na prisão e publicada no último 29 de agosto. “Tenho orgulho de ter feito Belo Monte”. E, em outro ponto: “Não tente culpar a Dilma pelo que está ocorrendo em Belo Monte hoje. Cada um de nós é responsável pelo período que governou o país”. Lula defende Belo Monte durante vários parágrafos e empurra os problemas para os governos municipal e estadual, assim como para o atual governo federal.

Concordo com Lula que é suficiente e justo responsabilizá-lo apenas pelo período em que ele e Dilma governaram o país e impuseram aos povos do Xingu uma hidrelétrica que nem a ditadura tinha conseguido materializar num dos rios mais importantes da Amazônia. E, assim, fazer a conversão de povos ricos da floresta em pobres urbanos da periferia da cidade. E, tudo isso, justamente num momento em que o planeta vive a emergência climática. Para mim, e acredito que para muitos, se ele assumir a responsabilidade do PT no que se refere à Belo Monte durante os três mandatos completos e o quarto mandato interrompido pelo impeachment está suficiente.

É nesse ponto de rara intersecção entre Lula e Bolsonaro que o Xingu está morrendo. Quem então vai defender a vida na Volta Grande do Xingu no Brasil polarizado, se isso significa tocar no vespeiro das verdades das quais não se pode

escapar? Este tem sido o desafio da parcela respeitável do Ministério Público Federal e das ONGs que lutam pela preservação da floresta e de seus povos, mas que hoje foram criminalizadas por Bolsonaro e seus seguidores. Está bastante claro que, sem a mobilização da população, não será possível salvar o Xingu. É na Amazônia que as lideranças políticas emergentes, em especial as identificadas com a esquerda, vão mostrar de fato quem são. Observemos.

2016 foi “o ano do fim do mundo” para os Juruna da Volta Grande do Xingu

A gestão da água por Belo Monte é chamada de “hidrograma de consenso”. Apesar do nome, não há consenso algum. Está mais para “hidrograma de conflito”. Quem decidiu quanta água seria liberada pela usina para a Volta Grande do Xingu foram a empresa e o governo. Segundo o livro *Xingu, o rio que pulsa em nós* (Instituto Socioambiental), “trata-se de um esquema hidrológico que estipula as quantidades mínimas de água que precisariam passar pela Volta Grande para garantir a sustentabilidade socioambiental da região. O hidrograma tem sua origem no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, anunciado como solução para conciliar a geração de energia, a quantidade de água indispensável para as funções ecológicas da região e a manutenção das condições de navegabilidade do rio Xingu”.

A partir da operação total da usina, foram previstos dois hidrogramas, o A e o B. No A, teria que passar pela Volta Grande do Xingu 4.000 metros cúbicos por segundo durante abril, mês de maior cheia. Essa baixa quantidade de água estressaria totalmente a fauna e a flora da região. No ano seguinte, então, entraria em operação o hidrograma B, quando supostamente a fauna e a flora se recuperariam com uma vazão média de 8.000 metros cúbicos por segundo também em abril.

O problema é que, em 2016, a região viveu uma das secas mais severas das últimas décadas e, ao mesmo tempo, foi afetada pelo barramento da usina. Ainda assim, havia 9.763 metros cúbicos por segundo em abril. Ou seja: mais água entrando na Volta Grande do que o pico de 8.000 metros cúbicos por segundo previstos no hidrograma de Belo Monte. Mesmo com mais água, os Juruna da Volta Grande batizaram 2016 de “o ano do fim do mundo”. Peixes morreram às toneladas, assim como outros animais. A vida começou a se tornar inviável. Caso Belo Monte execute os hidrogramas previstos, cientistas afirmam que será o fim da Volta Grande do Xingu.

Um painel dos mais respeitados especialistas e instituições brasileiras afirmou em artigo científico: “Está provado, cientificamente, (...) que as vazões do hidrograma proposto no licenciamento inviabilizarão a vida na Volta Grande do Xingu. Não há

condições de que os testes dos próximos seis anos ocorram com base no hidrograma inicialmente proposto, pois apenas se pode testar algo que ainda não tenha nenhum indicativo ou indício de comprovação ou de possível consolidação. A sobrevivência e a manutenção de todo o ecossistema da Volta Grande e dos modos de vida de comunidades não podem ser objetos de testes quando são contundentes e claras as evidências e indicativos de impactos graves e irreversíveis que já ocorrem e estão em curso, mesmo com vazões bem superiores às do hidrograma proposto”.

Com a corrosão do rio e as dificuldades da pesca, indígenas têm consumido mais produtos industrializados: o número de doenças aumentou

Conforme as constatações científicas e também da vistoria interinstitucional que foi feita na Volta Grande do Xingu em fevereiro, caso os hidrogramas sejam colocados em prática, haverá a remoção (palavra técnica para expulsão) dos povos indígenas Juruna e Arara, assim como de indígenas não aldeados e ribeirinhos que vivem na região, por total impossibilidade de sobrevivência. Todo o ecossistema será alterado, como já está sendo. Em 2016, os peixes morreram. Em 2017, 2018 e 2019, estavam —e estão— magros e com dificuldades para se reproduzir. As fêmeas são encontradas com as ovas em decomposição dentro do corpo. Os indígenas passaram a se alimentar principalmente de alimentos industrializados, o que vem provocando doenças como hipertensão e diabetes. A própria Norte Energia S. A. reconhece os efeitos nefastos da vazão reduzida em relatório: “Quatro das seis etnoespécies mais importantes para os indígenas da Volta Grande do Xingu apresentaram uma sutil redução de tamanho e uma diminuição mais significativa de peso. Essa diminuição foi mais forte no caso do pacu branco, principal espécie consumida pelos indígenas”.

Toda alteração tem efeito em cadeia, já que tudo é conectado na natureza. Está em curso uma catástrofe que afetará a maior floresta tropical do mundo. Não há chamas nesta tragédia, mas a Volta Grande do Xingu está sendo calcinada.

Em 30 e 31 de maio, o MPF realizou um seminário técnico na Procuradoria Geral da República, em Brasília. Foi constrangedor. A Agência Nacional de Águas (ANA) afirmou que só definiu as vazões mínimas para a navegabilidade, mas a responsabilidade da viabilidade ambiental era toda do Ibama. Já o Ibama, por sua vez, disse que o hidrograma tinha sido aprovado pela ANA. Ele, Ibama, tinha reconhecido a inviabilidade do hidrograma A e questionado o B. A Fundação Nacional do Índio (Funai) enfatizou que os impactos sobre as populações indígenas já foram ainda maiores do que os previstos.

A corrupção tornou possível uma gestão da água incompatível com a vida no Xingu

Como então foi possível? Tanto na recomendação de que o “hidrograma de consenso” seja suspenso quanto no relatório parcial que o MPF de Altamira produziu no curso do inquérito civil que acompanha a licença prévia dada a Belo Monte, a procuradora Thais Santi aponta a investigação da Operação Lava Jato sobre a obra. O que tornou possível seria a corrupção. Diz o documento:

“No presente momento, há elementos mais do que suficientes para se supor que o que ficou conhecido como ‘Hidrograma de Consenso’ é um arranjo, que sustou complexo esquema criminoso para viabilizar a construção da UHE Belo Monte, no interesse de um cartel de empreiteiras e de integrantes de partidos políticos, na obtenção de vantagem indevida, com riscos ao meio ambiente e aos recursos federais aplicados”.

De novo, não há nenhuma novidade. O leilão que tornou a Norte Energia a concessionária de Belo Monte era claramente um escândalo na época, em 2010. Mas não foi tratado como escândalo, porque nem a direita nem a esquerda estavam interessadas em denunciá-lo. Vale a pena prestar atenção a essa parte do documento do MPF de Altamira datado do final de agosto:

O leilão de Belo Monte, segundo a Lava Jato, foi uma farsa

“Conforme consta da denúncia proposta pela Força Tarefa Lava Jato em face de Edison Lobão e outros, a estruturação do esquema de desvio de recursos da UHE Belo Monte, mediante ação de cartel integrado pelas construtoras Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e agentes do Governo Federal, pôs em curso uma pseudodisputa temerária, mediante a criação às pressas da empresa (Norte Energia S/A) destinada a vencer o leilão da hidrelétrica, com lance inexequível. Nesse contexto, forma-se um grupo investidor – fadado a ser deficitário – que disputa a concessão da hidrelétrica mediante proposta apresentada com deságio direcionado para a vitória certa no leilão, porém sem estudo de viabilidade econômica. (...) Após sagrar-se vencedor do leilão, (...) na conhecida troca de cadeiras, as construtoras reduzem expressivamente seu controle acionário, e passam a integrar o Consórcio Construtor Belo Monte, que será então contratado pela concessionária”.

Para ficar mais claro. O que aconteceu no leilão de Belo Monte, em 2010, é que as grandes construtoras se retiraram da disputa porque não haveria lucro na administração da hidrelétrica. A usina seria economicamente inviável. Apenas uma

delas, a Andrade Gutierrez, permaneceu no único consórcio existente, possivelmente como disfarce. Foi então formado às pressas um outro consórcio, para dar aparência de disputa, composto por pequenas construtoras sem nenhuma tradição em obras do porte de Belo Monte. Quem ajudou a organizar esse consórcio foi Delfim Netto. Chamado de Norte Energia, o consórcio de última hora “ganhou” a “disputa”. O ex-ministro de governos da ditadura nega o recebimento de propinas e já disse, por meio de seus advogados, que recebeu apenas honorários por serviços de consultoria.

Em seguida ao leilão, as grandes construtoras que não disputaram —Camargo Corrêa e Odebrecht—, a grande construtora que disputou e perdeu —Andrade Gutierrez— e as pequenas construtoras que ganharam mas progressivamente foram deixando a Norte Energia, formaram juntas o Consórcio Construtor Belo Monte. Era ali que estava o lucro —e, segundo a Lava Jato, também a propina que teria sido combinada com PMDB e PT. As construtoras sabiam que havia muito mais vantagem em construir a usina, o que também significava que estariam livres de responder por qualquer um dos grandes passivos socioambientais, que ficariam a cargo da concessionária Norte Energia, grande parte dela formada por estatais e fundos de pensão.

Desde antes do leilão e da construção de Belo Monte, especialistas deixaram claro que, como o Xingu passa metade do ano com pouca água, por conta da seca sazonal, a operação da usina poderia ser deficitária do ponto de vista energético e econômico. O que o Ministério Público Federal denuncia neste momento é que, para Belo Monte ser economicamente viável, está matando a Volta Grande do Xingu. Esta é a história de como a corrupção está secando um pedaço da Amazônia. É também a história de como uma parte da esquerda e uma parte da direita preferem se omitir para não ter de encarar seus crimes e/ou interesses de lucros econômicos, mesmo que isso custe vidas humanas e aprofunde o colapso da Amazônia, hoje perigosamente perto do ponto de não retorno.

“Se o mundo da lei funcionasse, Belo Monte teria que ser fechada. A ninguém é dado o direito de matar o Xingu”

“O que chamam de Hidrograma de Consenso deveria ser a maior mitigação dos danos provocados por Belo Monte no Xingu. E o que vemos é que é o maior impacto. Como a maior mitigação pode ser o maior impacto?”, questiona a procuradora Thais Santi. “A notícia é esta: o Xingu vai morrer. A partilha da água da Amazônia já começou e está pautada pela corrupção.” A partir dos estudos que a filósofa Hannah Arendt fez

dos estados totalitários, a procuradora considera Belo Monte “o mundo do tudo é possível”. Santi afirma: “Se o mundo da lei funcionasse, Belo Monte teria que ser fechada. A ninguém é dado o direito de matar o Xingu”.

Belo Monte segue sendo o inescapável neste país. Exatamente por isso muita gente continua repetindo que ela já é “fato consumado”. Cansei de ouvir: “Esquece Belo Monte. É verdade, foi horrível o que fizeram, mas já é passado”. Pergunta-se. Passado para quem? Para os que são empurrados para a periferia de Altamira para passar fome ou morrer à bala? Para a cidade que se tornou uma das mais violentas do Brasil, hoje a mais violenta da Amazônia? Para os indígenas que comem macarrão instantâneo porque falta peixe? Para as famílias ribeirinhas que esperam até hoje serem assentadas no reservatório, enroladas dia após dia pela Norte Energia? Para a floresta? Para os que morrem?

Não esqueceremos. Nem deixaremos esquecer.

Em 29 de julho, 58 presos foram mortos no presídio de Altamira. Decapitados ou queimados. As primeiras chamas, é preciso lembrar, foram anunciadas dentro do sistema e queimaram corpos humanos. Em seguida, outros quatro presos foram executados quando eram transferidos, totalizando 62 mortos em dependências do Estado. Foi o segundo pior massacre da história do sistema carcerário brasileiro, só perdendo para o Carandiru, em São Paulo. O DNA de Belo Monte estava lá, tanto na violência que multiplicou-se na cidade com a construção da usina quanto no atraso da entrega do novo presídio, parte das obrigações acordadas pela Norte Energia e até hoje não cumprida.

Com o massacre, Belo Monte e a Norte Energia voltaram ao centro do noticiário. Apenas alguns dias depois, porém, a floresta começou a incendiar numa proporção muito maior do que no ano anterior e com ações programadas por WhatsApp e anunciadas pelo jornal de Novo Progresso, como o Dia do Fogo, organizado na região da BR-163. As chamas desviaram a atenção e cobriram de fumaça e cinzas outras catástrofes em curso. Na Amazônia, assim como no Brasil atual, há sempre uma tragédia se sobrepondo à outra, o que colabora para a desmemória e para os apagamentos.

O próximo golpe na Volta Grande do Xingu se chama Belo Sun

A destruição da Volta Grande do Xingu é acompanhada com grande interesse pela mineradora canadense Belo Sun. Com a progressiva corrosão da vida na região e a crescente impossibilidade da existência dos indígenas, as barreiras para a

instalação da gigantesca mineração de ouro vão se fragilizando. Abrir a Amazônia para a mineração é um dos principais objetivos do Governo Bolsonaro. A autorização para Belo Sun depende, porém, de outro personagem, o governador do Pará, Hélder Barbalho (MDB). Nos próximos dias, semanas e meses, será decidido se a Volta Grande do Xingu, e com ela o rio e uma parte da Amazônia seguirão morrendo, com reações em cadeia, ou se ainda há possibilidade de barrar essa operação de extermínio que poderá repercutir em todo o planeta.

No seriado de TV Chernobyl, que causou grande impacto recentemente, o personagem do cientista russo Valery Legasov, que na vida real se suicidou para chamar atenção para a verdade da tragédia, traz um monólogo que cabe com perfeição ao que hoje testemunhamos na operação de Belo Monte. Durante o julgamento dos culpados por uma das maiores catástrofes atômicas da história, ele diz:

“Eu menti ao mundo. Não sou o único a esconder esse segredo. Há muitos outros. Cumprindo ordens. (...) Nossos segredos e mentiras são praticamente o que nos define. Quando a verdade nos ofende, nós mentimos e mentimos, até que não nos lembramos mais de que a verdade existe. Mas a verdade ainda está lá. Cada mentira que contamos gera uma dívida com a verdade. Cedo ou tarde essa dívida deve ser paga”.

Veremos como os petistas com consciência vão agir diante do legado inescapável de Belo Monte — e como o bolsonarismo sem consciência vai responder à tragédia em curso. No momento, Bolsonaro já declarou que vai retomar a construção das grandes hidrelétricas na Amazônia. Depende de cada um de nós impedir que essa dívida com a verdade seja paga pelo sacrifício da Volta Grande do Xingu e de seus povos.